

UM MUNDO, UM GOVERNO: A IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL NO CENÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES INTER- REGIONAIS

Carlos Manuel Rodrigues Borges

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

SETEMBRO 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Dr. Manuel Filipe da Cruz Canaveira e da Mestre Cármen Fonseca.

Aos meus queridos pais

AGRADECIMENTOS

Parece que ainda foi ontem que comecei esta aventura mas já se passaram dois anos repletos de bons momentos, novos horizontes de conhecimento e o amadurecimento do gosto pela pesquisa científica. O sonho de concretizar o Mestrado em Estudos Europeus pôde, finalmente, ser realizado mas sem o apoio de pessoas muito importantes na minha vida tal não teria sido possível. Agradeço aos meus pais, em primeiro lugar, porque sempre foram estes que me ajudaram em todos os momentos - nas frustrações e alegrias. Não esqueço as vossas palavras bondosas e do espírito de confiança que sempre depositaram em mim. Serei grato para sempre.

Obrigado à minha família toda (avós, tios, primos...) por sempre demonstrarem interesse na minha tese e passarem a confiança necessária. Cada uma das vossas palavras e opiniões foram importantes e estão aqui plasmadas, em parte.

Obrigado ao Professor Manuel Filipe Canaveira que desde o início do curso, na licenciatura, foi a minha inspiração pelo empenho que coloca ao leccionar as suas cadeiras e a preocupação que nos passa de uma visão crítica da sociedade. Tal admiração fez-me escolher sempre as cadeiras que leccionava (mesmo no Mestrado) sendo estas opcionais ou obrigatórias. Obrigado por todos os conselhos que me deu e, pela especial atenção que, sempre, teve para com o meu trabalho.

Obrigado à minha co-orientadora Cármen Fonseca cujo interesse e sapiência demonstrada ao longo das cadeiras, que tivemos juntos, transmitiram rigor e exigência aos meus trabalhos científicos. As reuniões que marcamos foram muito úteis e a sua persistência frutificou nesta tese. Obrigado pela sua atenção e palavras de regozijo das quais sou extremamente grato.

Obrigado aos meus amigos todos (Rute, Dário Luz, Cátia Luz...). Obrigado aos meus colegas de Mestrado que foram uma boa companhia ao longo do curso e que tornaram possível que a discussão dos temas em aula fosse um exercício saboroso e salutar. Obrigado a todas as entidades que me facultaram livros, dados e entrevistas. Um obrigado especial ao cientista político Andres Malamud) que colaborou nesta tese.

E pricipalmente **obrigado a Deus** por ter consigo partilhar estes momentos tão felizes junto de pessoas de quem muito gosto

RESUMO

UM MUNDO, UM GOVERNO: A IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL NO CENÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES INTER-REGIONAIS

CARLOS MANUEL RODRIGUES BORGES

PALAVRAS-CHAVE: integração regional, União Europeia, Mercosul, acordo bi-regional, ALCA

Este trabalho teve como intenção inventariar os acordos firmados através das relações entre a União Europeia e o Mercosul para a criação de uma *Zona de Livre Comércio* e, auferir a utilidade dos mesmos no equilíbrio das relações internacionais e na difusão do regionalismo europeu no mundo. A conclusão da ALCA pode ser um desafio para os objectivos europeus. Com a paralisação das negociações comerciais na OMC os acordos bi-regionais são de suma importância. A integração europeia é feita com propósitos económicos mas também políticos. A ALCA centra-se apenas na simples abolição de barreiras económicas. A hegemonia dos Estados Unidos no processo da globalização é inegável e a sociedade internacional (a União Europeia incluída) anseia por um sistema multipolar em que a sua voz seja ouvida. A UE e o Mercosul têm aqui um papel relevante, neste cenário, porque a União Europeia dá ênfase também à cooperação política. As ligações políticas, económicas e culturais que unem os dois projectos de integração são factores proeminentes para se conseguir um acordo de livre comércio que seja forte - quando os benefícios económicos forem menores as outras ligações podem conferir estabilidade à relação. A UE está em vantagem, neste sentido, devido ao seu processo de integração regional estar numa fase mais avançada. O Mercosul pode se beneficiar desta parceria por se fortalecer institucionalmente com o know-how europeu ganhado um maior peso político nas negociações com a ALCA. A União Europeia para além de tirar vantagens económicas deste espaço em crescimento exponencial, numa altura de crise, reforça a sua influência no mundo.

Os métodos de pesquisa usados na tese envolveram a análise de conteúdo e a pesquisa documental. A investigação fundamentou-se na análise quantitativa de dados económicos e de livros que abordaram o tema atendendo ao seu contributo e reputação dos autores na matéria em questão. Fez-se um esforço, ao longo da tese, para conduzir entrevistas a cientistas políticos que trabalhassem esta área. O estudo da imprensa foi uma constante.

As principais conclusões a que o trabalho chegou é que o futuro da relação UE/Mercosul ainda é incerto porque cada um dos mercados protege os sectores menos competitivos da sua economia mas se esta relação avançar, provavelmente, será criado um contraponto aos Estados Unidos da América nas relações internacionais que fortalece cada um dos blocos. As negociações são retratadas com entusiasmo pela imprensa após serem relançadas com optimismo pela Presidência Espanhola da União Europeia. A importância da UE na difusão da democracia e dos direitos humanos poderá vir a ser acentuada com esta parceria. O modelo europeu de integração profunda superaria assim a visão norte-americana.

ABSTRACT

ONE WORLD, ONE GOVERNMENT: THE IMPORTANCE AND CHALLENGES OF THE RELATIONS BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND THE MERCOSUL IN THE SCENE OF THE INTERREGIONAL ASSOCIATIONS

CARLOS MANUEL RODRIGUES BORGES

KEYWORDS: regional integration, European Union, Mercosur, bi-regional agreement, FTAA

This research work aims to inventory the agreements that resulted from the relations between the EU and the Mercosul, regarding the creation of a Free Trade Zone, as well as to understand its importance for the balance of international relations and to the spread of European regionalism in the world. The conclusion of FTAA can be a challenge to the European intentions. The European integrations is a result of economic and political purposes. The FTAA is only an elimination of economics tariffs.

The hegemony of the United States in the globalization process is undeniable, and the international society (including the EU) desire a multipolar system, where its voice could be heard. Both EU and Mercosul have an important role in this context given the importance that is assigned to political cooperation. The cultural, political and economic links between them are an excellent factor to obtain a strong free trade agreement, and at the moments when the economic benefits are slighter the other components could give stability to this relation. The European Union is in advantage because its regional integration process is in a highly developed stage. However, the Mercosul can also benefit from this partnership since it can learn from the European know-how, namely regarding the institutionalization process, and obtain some political advantages in the FTAA negotiation process. Also the EU enjoys from economic advantages with its presence in this area – which has a potential economic growth, in times of crisis – at the same time that strengthens its international influence.

The chosen research methodology involved both Content Analysis and Document Analysis. It also involves the quantitative analysis of economic data and the review of secondary sources related with EU and Mercosul's relations. An effort was made to interview political scientists, which dedicate its research to this particular topic. The Press Analysis was also made.

The main conclusion of this research work is that the future of the EU-Mercosul relations is still uncertain, because each market protects its less competitive economic sectors. However, if this relationship eventually evolves, it could create a counterpoint to the United States role in international relations, and strengthen each of the blocks. The negotiations were received with the enthusiasm of the press, after it be relaunched by Spanish Presidency of the European Union. This European model of deep integration would surpass thus the North American vision.

ÍNDICE

Introdução	1
------------------	---

Parte I

AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

Capítulo 1 - Os Objectivos Alcançados e Perspectivas para o Diálogo Comercial	7
1.1 A contextualização dos elementos que tornaram possível a integração regional da União Europeia e a do Mercosul	7
1.2 As Perspectivas de desenvolvimento comercial e político de cada um dos blocos	14
1.3 Comparação entre a integração europeia e a do Mercosul	18
Capítulo 2 – A Cooperação entre a União Europeia e o Mercosul.....	25
2.1 As relações comerciais	25
2.2 A importância da cooperação Política	32
2.3 Os principais obstáculos à cooperação económica e política	37

Parte II

A METODOLOGIA

Capítulo 1- As escolhas da Investigação e os Procedimentos Metodológicos.....	44
---	----

Parte III

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PROJECTOS DE INTEGRAÇÃO ALCA E O ACORDO UE-MERCOSUL

Capítulo 1- O Interesse da ALCA para o Mercosul.....	50
1.1 O estado actual do processo de formação da ALCA	50
1.2 O peso económico	54
1.3 A componente política.....	59
1.4 As contribuições dos diversos actores para a formação da ALCA.....	63

Capítulo 2 - A Utilidade do Acordo de Associação Bi-regional entre a União Europeia e o Mercosul.....	69
2.1 As ponderações comerciais para o Mercosul dos projectos UE/Mercosul/Alca.....	72
2.2 A consideração política	77
2.3 Outras vantagens e desvantagens para além do comércio	79
2.4 Os principais benefícios que o Mercosul retirou da sua relação com a UE	84

Parte IV

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES BI-REGIONAIS DA UE COM O MERCOSUL PARA A DIFUSÃO DO MODELO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO MUNDO E A PROMOÇÃO DO MULTILATERALISMO

Capítulo 1 – O Papel da Integração Europeia no Mundo para a Expansão da Jurisdição Universal.....	88
1.1 A integração regional no mundo	90
1.2 A criação da ALCA como um desafio à promoção do modelo europeu.....	91
1.3 As negociações na OMC	92
1.4 O papel da UE para a construção de um novo multilateralismo	95
Conclusão	103
BIBLIOGRAFIA.....	104
ANEXOS.....	12
• Tratado de Assunção.....	108
• Protocolo de Ouro Preto.....	125
• Protocolo de Guatemala.....	137
• Acordo de Complementação Económica Mercosul-México.....	153

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - África, Caraíbas e Pacífico
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation
APOP – Anexo ao Protocolo de Ouro Preto
ASEAN – Associação de Nações da Ásia do Sudoeste
BENELUX – Tratado da União Económica entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo
CAN – Comunidade Andina de Nações
CARICOM – Mercado Comum das Caraíbas
CEE – Comunidade Económica Europeia
CE - Comunidade Europeia
CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE - Comunidade Económica Europeia
CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e Caribe
CPC – Comissão Paramentar Conjunta
EUA – Estados Unidos da América
EURATOM - Comunidade Europeia de Energia Atómica
FTAA – Free Trade Area of the Americas
FTA - Acordo de Livre Comércio dos Estados Unidos e Canadá
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade
MCCA – Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAFTA – North American Free Trade Agreement
IDE - Investimentos Externos Directos
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC - Organização Mundial do comércio
OSC – Orgão de Solução de Controvérsias
PB – Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias
PIB - Produto Interno Bruto
PO – Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias
POP – Protocolo de Ouro Preto
RDA - República Democrática da Alemanha
RFA - República Federal da Alemanha
TEC - Tarifa Externa Comum
TUE – Tratado da União Europeia
UE - União Europeia

INTRUDUÇÃO

Esta dissertação tem como finalidade estudar as negociações entre o Mercosul e a União Europeia para a criação de uma *Zona de Livre Comércio* (uma associação bi-regional). Os impactos políticos que esta possível associação pode vir a desencadear no moldar das relações internacionais e no fortalecimento dos dois blocos regionais são aspectos primordiais da análise ao contribuir, segundo as questões de partida, para um maior multilateralismo e para a difusão do modelo de integração regional europeu (profundo em todas as vertentes: política, cultural e económica) no mundo.

O período estudado abarca desde os primeiros contactos, em 1958, entre a então CEE e os países Latino-Americanos até Setembro de 2010. A razão que leva a uma delimitação no tempo é pragmática: foi este o ano em que a investigação recolheu os dados que estavam disponíveis e teve aqui o seu término. As fontes de matéria encontradas para basear os argumentos explicitados tiveram em conta a abrangência, qualidade e o currículo dos autores sendo que se elegeu aqueles que abordavam directamente ou que eram especialistas no tema. Este é um estudo de um processo que está em curso e por isso as conclusões não são limitativas porque os resultados práticos só serão vistos após o término das negociações. O trabalho analisa a problemática das integrações regionais e como a Alca constitui-se como um desafio à difusão do modelo europeu mas deixa em aberto algumas questões para um trabalho futuro aquando do término do processo do acordo, possivelmente, numa tese de doutoramento. Com o intuito de valorizar a tese propôs-se consultar alguns especialistas em Ciência Política, na área, e indagar-lhes a sua opinião acerca das questões centrais aqui explanadas.

Conforme a pesquisa realizada constatou-se que a temática da associação bi-regional entre a União Europeia e o Mercosul, deste ponto de vista, ainda não foi demasiado explorada. Conseguiu-se, ainda assim, encontrar uma extensa massa crítica que trabalha a questão das negociações UE-Mercosul quer seja simplesmente do ponto de vista económico e das questões sociais ou até mesmo através de uma análise de imprensa. Existem alguns estudos que mostram como a globalização pode culminar numa governança global, com um pendor manifestamente idealista.

Diego Zacan Bonomo¹ fez, por exemplo, um estudo compenetrante sobre a mobilização empresarial para a tríplice negociação comercial ALCA, Mercosul-União Europeia e a OMC. Este estudo teve como limite temporal o ano de 1994 até 2004 e trabalhou a questão da mobilização, participação e influência do sector empresarial brasileiro nas negociações. Um outro estudo, neste mesmo sentido, foi o de Vicente Bezerra² com o limite temporal de 2001 a 2004. No que toca a Valeria Garcia³, a autora focou-se na dimensão social dos dois processos de integração regional e Héctor N. Di Biase⁴ estudou o acordo quadro assinado em 1995 que seria uma das bases para a associação bi-regional. Marcela Cristini, Jorio Dauster e Paolo Giordano⁵ sondaram os sentimentos e as expectativas, das duas partes, quanto ao futuro acordo de associação. Finalmente, estudou-se também, o trabalho de Robert Delvin⁶ que tentou plasmar as intenções da União Europeia ao firmar um acordo com o Mercosul e mostrar a cooperação que existe entre os dois blocos.

Este trabalho é mais um contributo para o campo investigatório das Relações Internacionais no sentido em que vem acrescentar valor à já longa discussão que se realiza sobre a possível associação bi-regional União Europeia/Mercosul. O estudo de trabalhos que documentam e atestam as afirmações aqui referidas, a entrevista a especialistas na área e a consulta da imprensa diariamente para a actualização das negociações (é um processo actual e decorre ao mesmo tempo em que a tese é redigida) são os recursos que se pretendem utilizar para a pesquisa. Quanto à metodologia científica fez-se uma aplicação de métodos qualitativos e quantitativos recorrendo às técnicas de pesquisa documental.

As ópticas das relações internacionais que usei para a análise foram o idealismo e o realismo. O idealismo defende a necessidade da emancipação dos povos ao depositar as suas esperanças numa estruturação da comunidade internacional que exija, eventualmente, uma possível *Republica Universal*. O conceito está presente, em parte,

1 BONOMO, Diego Zacan. A mobilização empresarial para a tríplice negociação comercial: ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC (1994-2004)

2 BEZERRA, Vicente Amaral. Participação de grupos empresariais em negociações comerciais: o caso das negociações entre Mercosul e União Europeia (2001-2004)

3 GARCIA, Valeria Paola. A Dimensão Social dos Processos de Integração Regional: as estratégias do Mercosul e da União Europeia

4 DI BIASE, Héctor N. Acuerdo Mercosur-Unión-Europea: las oportunidades políticas, comerciales y de inversión. SELA-Capítulos, nº 46, 1996

5 CRISTINI, Marcela. Mercosul-União Europeia. Baes e Perspectivas da Negociação. Europa América Latina: Análises e Informações. Korand –Adenauer-Stiftung. nº 12. Jul. 2003; DAUSTER, Jorio. O Brasil no contexto do acordo União Europeia-Mercosul. Konrad Adenauer Stiftung-Debates. Nº 13. 1997; GIORDANO, Paolo. The External Dimension of Mercosur. Prospects for North-South Integration with the European Union. Intal. ITD-STA. Occasional Paper. Nº 19. Jan. 2003

6 DELVIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni; KRIVONOS, Ekaterina. The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up? In GIORDANO, Paolo (Ed). An integrated approach to the EU-Mercosur association, Chaire Mercosur Science Po. 2002

em algumas instituições como a antiga Sociedade das Nações e hoje a ONU. Esta teoria não é muito elaborada na área das relações internacionais porque apesar da sua aplicação teórica a sua exequibilidade na área política é limitada. O líder político mais importante a por em prática esta ideologia foi Woodrow Wilson (Presidente Norte-Americano) que ao ver os efeitos da I Guerra Mundial redigiu os famosos 14 pontos propondo uma nova regulação do sistema internacional. Outro importante teórico foi Immanuel Kant na sua obra *A Paz Perpétua*. No livro o autor defende que para que todas as guerras fínem é preciso que a diplomacia seja pública, sem acordos secretos ou segundas intenções e que os governos sejam republicanos. Kant diz que as decisões dos governantes deveriam ter como escrutino as leis internacionais constituídas por uma federação de povos. No livro conclui-se que a política deve se subordinar à moral. Esta visão é um contraponto ao realismo porque o mesmo afirma que os Estados estão na sua condição de natureza, no estado selvagem e, lutam pela sobrevivência, todos contra todos (o homem é o lobo do homem, segundo Thomas Hobbes).

O realismo surgiu nos Estados Unidos como um confronto ao idealismo. Esta é a teoria mais importante de todas porque é dela que se fala em política internacional - aborda as relações entre os estados (considera legítimas apenas as variáveis políticas e diplomáticas). Foi inspirada em Maquiavel e Hobbes uma disciplina da escola anglo-saxã. Esta segunda perspectiva não me parece adequada, na sua incorruptibilidade, para abarcar totalmente o estudo em questão porque se por um lado pude verificar que existe uma grande cooperação na área económica, de forma, vincadamente interessada, por outro lado existe também uma cooperação importantíssima na área política, democracia e os direitos humanos não se enquadrando nesta visão. Estamos perante uma duplicidade de lentes que se podem colocar ao observar o objecto em causa mas em virtude dos enunciados que regulam as relações entre as duas partes (tratados, acordos e instituições) ressalta-se muito do texto um ponto de vista idealista - afinal a própria União Europeia foi formada com estes princípios, com princípios, utópicos. Não são executáveis num breve espaço de tempo mas permitem avançar e ir conquistando objectivos a pouco e pouco. O realismo serviu para a compreensão da componente comercial pura e dura.

A União Europeia é uma intransigente defensora dos direitos humanos e da democracia e já patrocinava o Mercosul e os países que o compõem (individualmente) nesta área antes mesmo de o Mercosul se tornar uma realidade. Os interesses aqui

existentes são a: *ajuda ao desenvolvimento e a garantia dos direitos fundamentais de todos os seres humanos*. O modelo europeu de integração é assim construído sobre os auspícios de um forte estreitamento político o que cria enlaces duradouros que passam pela vertente económica, política e social. Os Estados Unidos dão, na maioria das vezes, toda a consideração à vertente comercial e caso esta falhe as outras vertentes não estão disponíveis para assegurar os projectos de cooperação ou de integração. A União Europeia por saber projectar o seu modelo de integração no mundo, com o Mercosul por exemplo, pode conseguir criar relações que reflectam aquilo que foi o seu próprio processo de integração - *a solidariedade entre os povos para a administração de um futuro em comum, sem guerras e com prosperidade*. É bom lembrar que este projecto, a União Europeia, não está encerrado e os seus objectivos são muito mais ambiciosos pois com a sua realização plena, pode ser uma inspiração para um possível governo mundial. A UE esforça-se em passar a sua experiência e em mudar o espectro político de outros ao aplicar exigências, no que toca ao respeito pelos valores por si defendidos, em todas as suas relações externas – a **condicionalidade política** é um excelente exemplo. Com a evolução da integração regional em blocos cada vez mais amplos e conforme o nível de aprofundamento poderá se concretizar uma forma de governo considerada utópica mas reconhecesse a sua difícil implementação). Com o desenvolvimento económico e a correlação comercial que produziu uma sociedade mundial os problemas são também globais e no caso dos problemas ambientais, por exemplo, faria todo o sentido criar um governo mundial com poderes coercitivos sobre os estados não cumpridores.

Levando em consideração a realidade, esplanada atrás, este trabalho pretende reflectir sobre algumas questões centrais: De que forma a integração regional da Alca pode ser um desafio para a difusão do modelo de integração europeia no mundo? Qual o papel da União Europeia na difusão de um novo multilateralismo? Quais os constrangimentos e oportunidades que o Mercosul representa e que vantagens tem a União Europeia para oferecer ao bloco? O debate sobre estas e outras questões será tratado segundo a estrutura do trabalho. Achou-se por bem dividir o trabalho em quatro partes. A *primeira parte* tem como tema: «**As Relações entre a União Europeia e o Mercosul**». Neste primeiro ponto são analisados os dois processos de integração regional, isoladamente e, igualmente se presencia como um acordo entre a UE e o Mercosul pode influir nas relações económicas e políticas que conservam. Os

obstáculos à integração e as interações da UE e do Mercosul com outras organizações relevantes para o processo, como a OMC, são dissecados.

A *segunda parte* mostra como foram usadas as técnicas metodológicas e descreve o processo investigatório. Achou-se por bem que fosse neste parte porque aqui começam a ser esboçados os primeiros conceitos e o estado da arte. Explora-se os recursos metodológicos como a análise documental e de contudo bem como a entrevista.

A *terceira parte* tem como tema a: «**Análise Comparativa entre os Projectos de Integração ALCA e o acordo UE-Mercosul**». Nesta parte infere-se sobre os contrastes entre o projecto ALCA e o acordo de associação bi-regional UE-Mercosul. À semelhança da primeira parte são analisados os obstáculos à integração da ALCA e os benefícios e desvantagens para os dois intervenientes.

A *quarta parte* trata do tema: «**A Importância das Relações Bi-regionais da UE com o Mercosul para a Difusão do Modelo de Integração Europeia no Mundo e a Promoção do Multilateralismo**». Esta parte busca mostrar o papel da União Europeia na defesa da democracia e dos direitos humanos e como a sua cooperação com o Mercosul, nesta área e, na vertente política pode ser uma mais-valia para os dois projectos de integração e uma influência positiva para outras partes do mundo.

Na *conclusão* da tese são apresentadas as conclusões com a síntese da pesquisa realizada na dissertação.

PARTE I

AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

CAPÍTULO 1

OS OBJECTIVOS ALCANÇADOS E PERSPECTIVAS PARA O DIÁLOGO COMERCIAL

Os vários processos de integração regional têm como objectivo a resolução de problemas que cada estado, individualmente, não seria apto de os superar à sua escala. Os factores da conjunção mundial e as razões inerentes à estrutura internacional das relações de produção estimularam a que se abdicasse de uma parcela da soberania nacional para fazer emergir instituições comuns e fortes que estimulam a cooperação e projectam as regiões no mundo - colocando-as em vantagem.

A formação da União Europeia e do Mercosul e as relações que celebraram entre si são exemplos desta linha de raciocínio: factores exógenos levaram à sua criação e possibilitaram a cooperação em aspectos essenciais que possibilitariam a sua inserção numa economia global, reforçando as instituições e a sua influência.

Que factores estarão na base da constituição destes dois modelos de integração regional? Quais os propósitos foram alcançados e que perspectivas estão delineadas nos acordos assinados? Uma economia activa e integradora pela fragmentação e especialização internacional do trabalho e factores de produção são os tópicos principais para abarcar uma integração regional de êxito que consegue prosperar economicamente mas também politicamente, se este for o seu desejo, colocando de lado as rivalidades tradicionais para conseguir cooperar em políticas comuns. Alcança-se assim, com maior facilidade, os alvos estipulados aquando da sua constituição.

1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE TORNARAM POSSÍVEL A INTEGRAÇÃO REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA E A DO MERCOSUL

Os elementos que tornaram exequível a integração regional da União Europeia e do Mercosul salientam-se no tempo e quanto às causas compreendidas. É importante sumariar e diferenciar os elementos que estão nesta origem e retirar daí as devidas conclusões para compreender os dois projectos e os alvos a que se propõem aquando das suas constituições.

- A União Europeia

A *união da Europa* não é uma ideia recente porque a mesma realizou-se, em certa medida, sobre o império Romano de Carlos Magno e mais tarde com Napoleão I. A união foi forjada sobre o império da força e pelas conquistas militares. Mais recentemente a União Europeia, tal como a entendemos hoje, deve-se a causas económicas, sociais e político-militares.

Até à I Guerra Mundial e II (com menor relevo) a Europa era o centro do mundo sendo uma potência que ao longo dos séculos manteve a sua autoridade económica, militar e cultural difundindo uma civilização pelos vários continentes que descobriu. Passou pelo Renascimento; foi pioneira na revolução industrial; custeou a exploração de novas regiões, colonizou-as e fez dos pagãos que ali viviam cristãos convictos. Com a aniquilação do seu poderio, nas guerras, grande parte desta força perdeu-se assim como a sua centralidade no mundo. Os países europeus percebessem assim a necessidade de se unirem com base na cooperação⁷. Os campos exterminados, a indústria destruída, a balança comercial altamente deficitária e os dramas que a população vivia, com extrema fome, impuseram rapidez para uma união responsável com a participação da Alemanha (existia o receio do rearmamento alemão). Com esta união esperava-se readquirir a anterior capacidade produtiva e, mais importante ainda, *erradicar para sempre a guerra no continente*.

A Alemanha foi dividida em quatro partes pelos aliados: Estados Unidos da América, França, Reino Unido e União Soviética. Em 1 de Abril de 1948 existiu um desacerto entre os aliados quando a União Soviética impôs um bloqueio a Berlim⁸. A formação das duas Alemanhas - a República Federal da Alemanha⁹ (RFA) e a República Democrática da Alemanha (RDA) tornou-se imperioso. Em Novembro de 1948 o Reino Unido e os Estados Unidos da América decidiram devolver aos alemães as indústrias do carvão da região do Rur, provocando uma discórdia com a França que não foi ouvida no processo. Com a finalidade de resolver este diferendo foi criada, em 28 de Abril de 1949, a Autoridade Internacional do Rur com o desejo de existisse uma distribuição harmónica do carvão entre os mercados que a compunham. As condições

⁷ Com o objectivo de administrarem a ajuda norte-americana do Plano Marshall para os países afectados, a Europa Oriental cria a OECE (Organização Europeia de Cooperação económica).

⁸ A união foi ameaçada logo em finais de 1947 com o comportamento da União Soviética face à Roménia e à Checoslováquia

⁹ Esta era a fusão dos territórios sobre administração dos Estados Unidos da América, Reino Unido e França.

eram favoráveis para que, a 9 de Maio de 1950, Robert Schuman¹⁰ declarasse num discurso que a França desejava criar uma Alta Autoridade para a produção alemã e francesa do carvão e do aço aberta aos restantes países europeus. A Alemanha aceitou prontamente o convite e os países do Benelux admitiram participar nessa mesma noite no projecto contando também com a adesão da Itália.

Na década de 1950, existia um motivo complementar para os europeus unirem-se: a ameaça de uma agressão soviética. Antes que passasse-se um ano, em 1951, dá-se a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço¹¹ fundada por seis países-membros – a Bélgica, Itália, França, Luxemburgo, Países-Baixos e a Alemanha Ocidental. Ao vaticinar tamanha ambição, Robert Schuman, pretendia os *Estados Unidos da Europa* e colocou a tónica da sua concretização nos largamente conhecidos pequenos passos. O sucesso da organização¹² fez com que se criasse duas outras comunidades paralelas de seis países. A Comunidade Económica Europeia (CEE) que criou um amplo mercado comum (foi solenizada em 1 de Janeiro de 1958 com sede em Bruxelas na Bélgica) e o Mercado Comum que tinha como missão promover, gradualmente, a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais. A outra organização foi a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). A Euratom foi gerada após a crise do Suez, em 1956, onde se pensou que existiria uma grande escassez de petróleo e a energia atómica seria reclamada por vários países europeus. A pior hipótese não foi confirmada e o petróleo foi rapidamente restabelecido. A Euratom foi vocacionada para o desenvolvimento pacífico da energia atómica.

As três organizações, com a finalidade de criar uma Europa unida, foram interligadas de diversas formas. A título de exemplo: compartilhavam um Parlamento Europeu, um Tribunal de Justiça, e uma Comissão¹³ que foi formada para agrupar a Comissão do Mercado Comum, a Comissão da Euratom e o Alto Comissariado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Em suma, podemos resumir os mais importantes acontecimentos cronológicos da integração europeia da seguinte forma:

1948 - Centenas de líderes políticos europeus reuniram-se em Haia (na Holanda) para prometerem que nunca mais travariam guerras uns contra os outros.

¹⁰ Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês

¹¹ Esta organização, tinha como objectivo, instituir um mercado na Europa Ocidental para o carvão e o aço e os seus produtos subsidiários. A abolição de tarifas, quotas e outras restrições à importação eram uma prioridade. A sede foi criada no Luxemburgo.

¹² Fomentava a integração económica e a produção e distribuição de produtos

¹³ A Comissão reúne-se em Bruxelas (Bélgica).

1950 – A França e a Alemanha perceberam a necessidade de cooperar para proteger as suas indústrias do carvão e do aço, evitando uma nova guerra. Outros países juntaram-se a esta iniciativa o que resultou na formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A CECA começou a funcionar em 1952 e incluía a Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

1957 - Os seis membros da CECA são os fundadores de duas outras organizações: a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade de Energia Atómica (Euratom).

1967 - São fundidas a CEE e a CECA para formar a Comunidade Europeia.

1973 - A Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido entram na CE.

1981 - A Grécia entra na Comunidade Europeia.

1986 - Espanha e Portugal passam a figurar entre os membros da CE.

1990 - A CE conhece um alargamento histórico quando a antiga Alemanha Oriental entra para a organização unindo-se à Alemanha Ocidental.

1993 - Os esforços conseguidos em prol de uma maior união económica e política entre os membros da Comunidade Europeia levam à criação da União Europeia

2000 - A União Europeia conta com 15 membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

2002 - Entrada em circulação do Euro.

2004 - Dez países aderem à União Europeia: Chipre, Malta, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia.

2007 - Adesão da Bulgária e da Roménia à UE.

2009 – Em 1 de Dezembro entra em vigor o Tratado de Lisboa.

Na actualidade os europeus já não são pobres, como no final da guerra, porque prosperam em sentido material e a ameaça da Rússia não é mais considerada como uma prioridade. Os alvos da Europa têm agora de se desenvolvido sobre outros pilares para Alcançar uma cidadania europeia plena. A União Europeia progride em dois sentidos que, à primeira vista, parecem contraditórios – o sentido centrípeto (com a fusão das instituições, o aprofundamento do processo de integração e a adopção de novas políticas comuns e comunitárias¹⁴) e no sentido centrífugo (com os novos alargamentos). A UE

¹⁴ À guisa de exemplo, o Tratado de Bruxelas (8 de Abril de 1965), o Acto Único Europeu (28 de Fevereiro de 1986) e o Tratado da União Europeia (7 de Fevereiro de 1992).

avançou muito e exerce uma grande influência no mundo em vários níveis. Este poder que foi conseguido através da unificação dos esforços europeus leva muitos a pensarem numa possível união política, isso traria, eventualmente, um efeito benéfico ao resto do planeta. Este projecto, pela sua antiguidade e pelo Know-how que tem, pode ser um importante passo na busca de uma uniformidade mundial num contexto de globalização.

- O Mercosul

A integração da América Latina é anterior ao Mercosul sendo este um projecto relativamente recente. Foi desenvolvido ao longo de décadas todo um conjunto de esforços e instituições que visavam responder aos desafios da internacionalização das economias regionais e colocar a América Latina num bloco coeso face às exigências do mundo moderno. O colmatar das debilidades económicas presentes na região é a base da integração.

Os factores que serviram de cerne às diversas organizações de carácter integracionista na América do Sul tiveram uma vertente interna e externa que começou no início da década de cinquenta. A região passava por um período de redução da taxa de crescimento estando em grandes dificuldades na sua balança de pagamentos e comercial. Os problemas agudizaram-se nos anos sessenta sendo que a exiguidade dos mercados nacionais era um obstáculo real e portanto a sua supressão pela cooperação económica (integração das economias) entre os vários países mirava o crescimento e a promoção do bem-estar social. O processo de industrialização que exige grandes mercados para um maior desenvolvimento económico foi o mote para a integração.

As organizações criadas até 1973 (CARICOM) não souberam responder de forma positiva a dois momentos críticos: a crise do petróleo de 1973 e de 1979. Existiu um fracasso em cumprir os objectivos a que se tinham proposto nas suas cartas constitutivas - criar zonas de livre comércio e um mercado unificado. Em 12 de Agosto de 1980, os membros da ALALC, para subjugarem estes problemas, celebraram o Tratado de Montevideo com a participação da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela transformando a organização na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). O objectivo desta nova organização era criar, a prazo, um mercado comum latino-americano. Os esforços feitos, também neste caso, saíram frustrados porque o Tratado de Montevideo

(1960) não conseguiu superar as suas barreiras estruturais e impulsionar a integração Sul-americana.

Os anos oitenta revelariam ser melhores. Com a queda dos regimes autoritários dá-se a substituição pelas democracias que fizeram imperar um espírito de solidariedade entre as duas maiores repúblicas da região - a Argentina e o Brasil favorecendo os processos integracionistas. Em 1985 este espírito culmina na Declaração de Iguaçu onde é comprovado o interesse, de ambas as partes, em acelerar a integração económica com a constituição de uma Comissão Mista de alto nível presidida pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países. Os trabalhos da Comissão levaram a que, em Novembro de 1985, os Presidentes Alfonsín e Sarney assinassem a Acta de Iguaçu onde decidiram um Programa de Integração e Cooperação Económica Brasil-Argentina. Este programa tinha como premissas o equilíbrio entre a flexibilidade, gradualidade e simetria delineando uma estratégia de integração progressiva por sectores industriais. O programa teve sucesso levando à assinatura, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Com este novo instrumento procurava-se, ambiciosamente, Alcançar um espaço económico comum em dez anos. Em Julho de 1990 é obtido um novo êxito com o Acordo de Complementação Económica nº 14 que antecipou a concretização do mercado para 31 de Dezembro de 1994. A série de acordos entre os dois países despertou o interesse de países vizinhos, o Uruguai e o Paraguai. Conseguiram a sua inclusão nesta aliança que visionava a integração regional como uma solução para o seu desenvolvimento a nível da produção tecnológica e a sua inserção na economia global. Em 26 de Março de 1991 é assinado o *Tratado de Assunção* que regula as relações entre os quatro países constituintes no período transitório 1991-1994 e define a data de 1 de Janeiro de 1995 para a materialização do Mercosul.

Em 1 de Janeiro de 1995 o Brasil, a Argentina., o Uruguai e o Paraguai começam a versão sul-americana do Mercado Comum. Este acordo criou uma zona de livre comércio que previa também que os produtos de países terceiros, com algumas excepções, pagassem direitos alfandegários (para mais informações consultar anexo I). Em 25 de Junho de 1996 a evolução do mercado foi acelerada com o Chile e a Bolívia a tornam-se membros associados. O Chile encontra-se, neste momento, a adquirir o status de membro associado absoluto após a resolução de contingências territoriais com a Argentina.

Tem existido a intenção de vários países da América Latina incorporarem o Mercosul sendo a Venezuela o único, até agora, a formalizar a sua candidatura¹⁵. Em 2004 entrou em vigor o *Protocolo de Olivos* (de 2002) que criara o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul desaparecendo a incerteza jurídica que existia no bloco. Os avanços do Mercosul têm sido bastante encorajadores a nível económico aumentando assim exponencialmente o comércio intra-bloco e com o resto do mundo. Foi fundada uma Universidade do Mercosul fomentando uma diversidade na integração que visa o alargamento das suas competências à educação, entre tantas outras matérias.

Em Maio de 2010 a União Europeia, através da Comissão, relançou as negociações fazendo uma cimeira UE-Mercosul.

Pode-se assim, cronologicamente, enumerar as diversas fases da integração regional na, América Latina, da seguinte forma:

1960 (18 de Fevereiro) Foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).¹⁶

1960 (13 de Dezembro) - É criado o Mercado Comum Centro-Americano.

1969 (26 de Maio) - É concluído o Pacto Andino

1973 (14 de Julho) É celebrada a Comunidade do Caribe (CARICOM)

1980 Criação da Associação Latino Americana de Integração (ALADI)

1985 (Novembro) Acta de Iguazu entre o Brasil e a Argentina que visava a integração e cooperação entre as duas maiores Repúblicas da América do Sul.

1988 É assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

1990 (Julho) Acordo de Complementação Económica nº 14. Antecipava a concretização do mercado comum¹⁷ para 31 de Dezembro de 1995

1991 (26 de Março) O Tratado de assunção.

1996 (25 de Junho) O Chile e a Bolívia tornam-se membros associados.

2003 O Peru torna-se membro associado.

2004 Entra em vigor o Protocolo de Olivos que cria o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão¹⁸ do Mercosul e a Colombia e o Equador tornam-se membros associados.

¹⁵ A candidatura está dependente dos votos favoráveis dos Congressos Nacionais dos países do bloco.

¹⁶ A análise da Comissão Económica da América Latina¹⁶ (CEPAL) sobre a situação económica no continente estimulou os vários países a envolverem-se em esquemas de cooperação regional com a finalidade da integração. Esta organização surge como resposta, nos anos sessenta, a este problema.

¹⁷ Livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

¹⁸ A sua sede é na cidade de Assunção (Paraguai). Com a instituição do tribunal desaparece a insegurança jurídica no bloco.

2005 (9 de Dezembro) A Venezuela ficou com o status de Estado associado em processo de adesão na Conferência do Mercosul de Montevidéu.

2010 (Maio) A Comissão relança as negociações fazendo uma cimeira UE-Merc

1.2 AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E POLÍTICO DE CADA UM DOS BLOCOS

As perspectivas de desenvolvimento comercial e político da UE e do Mercosul estão bem patentes, salvo raras exceções, nas declarações de intenção dos tratados e acordos assinados para o futuro dos dois mercados. A sua utilização é modificada, ao longo do tempo, pela perfilhação na prática ou a revisão dos Tratados e tem como abrangência as áreas económica, social, educativa, científica, cultural e política.

A UE pela sua longa caminhada neste processo, com procedimentos, próprios está mais desenvolvida que o Mercosul mas em muitos aspectos os passos a seguir são iguais e servem como molde às uniões integracionistas que visam uma união económica e monetária. Para se formar um bloco comercial é necessário dar os seguintes passos (até à 5ª Fase):

1ª Fase - Zona de Preferência Tarifária - Este é o primeiro passo e consiste em garantir níveis tarifários preferenciais para um conjunto de países que pertencem a um mesmo mercado. Um Exemplo na América Latina poderá ser a ALALC.

2ª Fase - Zona de Comércio Livre - Os países reduzem ou eliminam as barreiras alfandegárias, tarifárias e não tarifárias que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do próprio bloco.¹⁹

3ª Fase - União Aduaneira - Este é o passo em que os países-membros, para além de abrirem os mercados internos, regulamentam as suas transacções com países terceiros e funcionam como um bloco económico em construção. Adota-se uma Tarifa Externa Comum (TEC) para países extra-bloco²⁰ e inicia-se a constituição de comissões parlamentares conjuntas para aproximar o poder executivo e, por conseguinte, o legislativo dos estados nacionais.

4ª Fase - Mercado Comum - O Mercado Comum é a fase da integração económica em que está em prática a livre circulação de pessoas, bens, serviços e

¹⁹ Para o GATT, um acordo comercial apenas é uma Zona de Livre Comércio se abranger oitenta por cento dos bens comercializados entre os países que compõem o bloco.

²⁰ É aplicada a bens e serviços provenientes de países que não são membros do bloco.

capitais.²¹ Aqui existe uma coordenação das políticas macroeconómicas (os países seguem os mesmos parâmetros na fixação das taxas de juro e de câmbio para formular as políticas fiscais). A União Europeia chegou a este estágio do seu desenvolvimento em 1993.

5ª Fase - União Económica e Monetária - Neste estágio existe uma moeda única com uma política monetária simultânea dirigida pelo Banco Central Comunitário e pelas políticas sectoriais comuns com a implementação de políticas comunitárias. A UE²² é o maior exemplo dos nossos dias da formação de um bloco económico e monetário. O Mercosul embora não conte com estas organizações e mecanismos supranacionais tem fortalecido as suas políticas para enfrentar crises e caminha neste sentido.

6ª Fase - Integração Económica (pode passar pela integração política) - Nesta fase adopta-se uma política comum para o desenvolvimento económico e existe uma política monetária, fiscal e social. É feito um esforço para harmonizar as legislações nacionais e criam-se instituições centrais comunitárias capacitadas para definir, aprovar e aplicar as políticas comuns e comunitárias e, eventualmente, a criação de uma Política Externa Comum e de Defesa Comum (existe na UE mas com sucesso relativo).

Na União Europeia as declarações de intenção quanto ao futuro comercial e político ficaram expressas, com grande razoabilidade, nos três Tratados originários – o Tratado de Paris e Tratados de Roma. Todos têm os mesmos objectivos genéricos: a expansão económica, o desenvolvimento social, aumento do nível de vida e a melhoria das condições de trabalho além de propagar o espírito europeu pela união dos povos. As perspectivas, sumariadas, foram mais tarde alargadas pela assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, propondo:

“A promoção de um programa económico e social equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante a criação de um espaço sem fronteiras internas, o reforço da coesão económica e monetária, que incluirá a prazo a adopção de uma moeda única, de acordo com as disposições do presente Tratado;

A afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum;

²¹ Na União Aduaneira apenas efectua-se a circulação de bens.

²² A União europeia adoptou o euro e conta também com um fórum político bastante forte. O Parlamento Europeu é eleito directamente pelos cidadãos e vêm ganhando poderes reforçados.

O reforço da defesa dos direitos e dos interesses dos nacionais dos seus estados-membros, mediante a instituição de uma cidadania da União.

O desenvolvimento de uma estreita cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos”.

Os tratados celebraram e orientaram as acções a desenvolver pelos estados-membros para conseguirem formar um mercado comum, passando pelas várias fases (a começar na 2ª Fase e terminando na 6ª Fase) de formação de um bloco comercial e pela integração política. Quanto à integração económica, a União Europeia caminhou sem precedentes e hoje em dia assistimos a um verdadeiro mercado unido que dá os seus frutos quanto há prosperidades dos países europeus. No que concerne à união política, existe muito para caminhar porque embora os primeiros pais da UE conjecturassem um caminho para a mesma a sua junção têm diferentes perspectivas (conforme o estado-membro que a integra - uns assumem-se mais pró europeus e outros eurocépticos). A união política deu alguns passos significativos pelo reforço dos poderes das instituições comunitárias (Parlamento Europeu, por exemplo) e com o Tratado de Lisboa que criou novos cargos como o de Presidente permanente da UE²³ e a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros²⁴. A União Europeia apesar de se reger por pequenos passos, arrogar-se no mundo, como um exemplo de determinação e sucesso quanto à integração regional. São bastante agradáveis as perspectivas de desenvolvimento político e comercial. O euro é uma incógnita porque pode ter sucesso num primeiro momento mas para o fazer perdurar precisa de uma união política forte.

No que concerne ao Mercosul, este é outro exemplo, em que as suas perspectivas e os ideais comuns ficaram expressos no Tratado de Assunção de 26 de Março de 1991. No seu art.º 1 diz que: “*Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de Dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL)*”. Nas sentenças que se seguem ficaram intituladas as várias fases que teriam que ser percorridas:

1º A livre circulação de bens, serviços e factores produtivos entre os países através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação do mercado (ou qualquer outra medida de efeito equivalente);

²³ O primeiro presidente foi o ex primeiro-ministro belga Herman Van Rompuy, de 62 anos de idade.

²⁴ Cargo ocupado pela comissária europeia do comércio externo, Catherine Ashton.

2º O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adopção de uma política comercial comum em relação a para países terceiros ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em fóruns económico-comerciais, regionais e internacionais;

3º A coordenação de políticas macroeconómicas e sectoriais - comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial e de capitais, serviços, alfandegária, transportes e comunicações entre outros que se acordem. Existia a finalidade de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes e;

4º O compromisso dos Estados de harmonizarem as suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

O Tratado de Assunção foi uma forma de a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai conseguirem eliminar algumas das barreiras ao seu progresso económico e terem a sua inserção na economia global - com uma união mais adjacente entre os povos que os constituem fomentando o bem-estar social e o respeito pela protecção do meio ambiente.

Conforme o preâmbulo os países, por apreciarem o engrandecimento das actuais extensões dos seus mercados nacionais através da integração, escolheram uma condição fundamental para poderem apressar os seus processos de desenvolvimento económico com justiça social. O propósito desta união devia ser Alcançado mediante o: aproveitamento mais pró-activo dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação das políticas macroeconómicas (complementares dos diferentes sectores da economia com base no princípios de proporcionalidade, flexibilidade e equilíbrio) e a evolução dos acontecimentos internacionais ²⁵.

Cientes de que o tratado devia ser considerado como um novo progresso no esforço tendente ao desenvolvimento evolutivo da América Latina, conforme o objectivo do Tratado de Montevideu de 1980 e, convencidos da necessidade de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-Partes e de modernizar as suas economias²⁶, reafirmam a sua vontade política de deixar celebradas as bases para uma união cada vez mais estreita entre os povos com o intuito de alcançar os objectivos supramencionados. Estas são perspectivas económicas e políticas que já foram alcançadas, em parte, mas têm uma senda a percorrer por ser um processo relativamente recente comparando com a União Europeia. O reforço das instituições e a

²⁵ Com a consolidação de grandes espaços económicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para os seus países

²⁶ Para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis a fim de melhorar as condições de vida dos seus habitantes

criação de um Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul, em 2004²⁷, provam bem o estágio de compromisso que existe entre as partes. As populações já experimentam os benefícios porque o comércio amplificou-se bastante quer seja inter-bloco ou com o resto do mundo. Alguns desafios, entretantes, são aplicados ao Mercosul: Como conseguirá constringir um aprofundamento político com o alargamento a países de democracia com uma qualidade duvidosa? Como dominar os entraves que surgem, de vez em quando, com o comércio não favorável a algumas partes do bloco?²⁸ Estas são questões pertinentes que merecem uma séria reflexão e exigem esforços, por parte dos estados-membros, para superarem os obstáculos que surgiram e os que perdurarão no futuro.

1.3 COMPARAÇÃO ENTRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E A DO MERCOSUL

Os dois processos de integração regional são desiguais conforme descobrimos nos tópicos anteriores. Os factores que se encontram na sua origem são dissemelhantes. Os meios económicos, os mecanismos criados, as instituições e as vontades políticas (conforme a região em que se inserem) têm especificidades.

É certo que os propósitos abstractos da UE e do Mercosul coincidem em abundantes aspectos como: a fortificação e melhoramento da economia, a benfeitoria das condições sociais e de trabalho das populações e a promoção da agregação dos povos. No que toca aos objectivos específicos concretizados e que estão esboçados nos tratados são diferentes. O Mercosul ensaia conseguir um mercado comum, com todas as suas potencialidades, enquanto a União Europeia espera alcançar uma união económica que passa pela união económica e monetária mas, igualmente, pela importantíssima união política. Os instrumentos para realizar estas metas são, logicamente, diferenciados. A UE é mais ávida e já sobrepujou as barreiras a que o Mercosul se propunha, na sua carta constitutiva, mesmo tendo em conta a data de lançamento dos dois projectos e a ambição que o Mercosul aplicou à sua constituição em atingir um mercado pleno, no curto espaço, de tempo de dez anos.

As razões externas que estiveram na origem dos dois blocos ocorreram em momentos históricos diferentes. No caso da UE foram a sua penúria económica do pós-

²⁷ Entrou em vigor o Protocolo de Olivos (de 2002) que criara o tribunal.

²⁸ A Argentina, por exemplo, já rompeu algumas das regras por o comércio não lhe ser favorável em determinado momento

guerra, o receio do rearmamento alemão e o terror da União Soviética. O Mercosul encetou uma inclusão regional para que conseguisse uma integração absoluta da região na economia mundial e melhorar o nível de vida social das suas populações. O Brasil e a Argentina abandonaram os velhos rancores que tinham, nas suas relações, para adquirirem uma aliança que lhes trouxesse dividendos sociais, económicos e a união dos povos Sul-americanos. Posteriormente, viriam a juntar-se ao projecto o Uruguai e o Paraguai. As duas vertentes dos projectos de integração regional exigiriam meios, instituições e políticas adaptadas para as concretizar. Daqui se discerne os trilhos separados que foram percorridos pela UE e pelo Mercosul embora com laços comuns e ajuda mútua (principalmente da UE com mecanismos de cooperação no que toca ao *know how* comunitário) em diversos sectores: políticos, sociais, económicos, educacionais entre tantos outros. Algumas das diferenças *drásticas* que podem ser apontadas aos dois processos de integração são descritas sumariamente como as:

- As Institucionais e de Sustentação Financeira

O Mercosul tabela a participação dos países-membros nos órgãos comuns do mercado pelo princípio da intergovernamentalidade, igualdade jurídica e funcional. Os órgãos do Mercosul são ocupados por delegados dos Governos ou por individualidades designadas pelos mesmos exceptuando-se a Comissão Parlamentar Conjunta que tem representantes dos Parlametos nacionais distribuídos pelos vários órgãos de uma forma equitativa. A União Europeia, ao contrário do Mercosul, rege-se pelo *institucionalismo* em que existe uma proporcionalidade na representação dos vários órgãos exceptuando-se o Conselho Europeu, o Conselho de Ministros e o Tribunal de Contas cuja população e poderio financeiro do respectivo país não têm influência (no caso do Conselho de Ministros convém fazer uma ressalva: quando se trata da votação por maioria qualificada a dimensão dos estados tem crédito²⁹). Existe igualmente uma desigualdade funcional dos estados-membros em várias instituições conforme as funções que estes assumem³⁰.

29 A maioria qualificada é atingida quando uma decisão reúne 55% dos Estados-Membros, incluindo pelo menos quinze deles, e representando simultaneamente pelo menos 65% da população da União.

30 Existem instituições que representam os governos (Conselho de Ministros e o Conselho Europeu), os povos da Europa (Parlamento Europeu), os interesses e as actividades dos poderes locais e regionais (Comité Económico e Social e Comité das Regiões), os órgãos próprios para o funcionamento da organização (Comissão Europeia, Secretaria para a Cooperação Política, Tribunal de justiça Europeu, Tribunal de Primeira Instância e o Tribunal de Contas) e órgãos financeiros

Em relação ao financiamento dos dois os processos de integração a União Europeia é bastante mais complexa na obtenção de receitas e na planificação das suas despesas. Para demonstrar este exercício complexo, abaixo encontram-se catalogadas as quatro proveniências das receitas:

- a) **Receitas Próprias Tradicionais:** Provêm de impostos criados em nome da UE, como bloco, sendo a sua maioria direitos de importação de produtos³¹;
- b) **Receitas Próprias Baseadas no PIB:** O cálculo desta receita baseia-se no PIB de cada país estando limitado a 1,24% do PIB da UE. O seu peso na receita é aproximadamente de 65%³². Esta é a maior fatia de receitas da UE;
- c) **Receitas Próprias Baseadas no IVA:** São receitas cobradas em cada estado-membro assentes no IVA que é pago pelos cidadãos³³. Esta fonte de receita gera aproximadamente 16%³⁴ das receitas totais da União Europeia;
- d) **Outras Receitas:** As outras receitas sobrevêm de diversas fontes: juros sobre depósitos, pagamentos atrasados, pagamentos de organizações que não pertencem à UE, financiamento de programas subexecutados da Comunidade e outros excedentes do orçamento anterior. O seu peso no orçamento é de 6%.³⁵

As despesas estão divididas em diversas categorias podendo ser fixas ou não fixas. No orçamento de 2006, por exemplo, a maior despesa foi a da agricultura³⁶ com cerca de 46,7%; as acções estruturais com 30,4%; as políticas internas com 8,5%, a administração pesou 6,3% e as acções externas, a estratégia de pré-adesão, compensações e reservas ficaram com aproximadamente 4,9%, 2,1%, 1% e 0,1%, respectivamente. O orçamento da União Europeia tem que acatar o princípio de equilíbrio porque as despesas não podem ser maiores do que as receitas. No Mercosul a determinação das receitas e despesas é feita de forma muito mais elementar reflectindo-se os interesses menos vastos da organização. As receitas provêm da comparticipação directa dos Estados e destinam-se a cobrir, especialmente, as despesas do seu funcionamento.

- As Legais

31 Os estados nacionais têm o direito de ficar com 25% para cobrir a administração.

32 Orçamento de 2006 da UE

33 Existe uma ponderação com cálculos matemáticos que permitem atenuar as diferenças de IVA em diversos estados (estabelece-se um padrão).

34 Orçamento de 2006 da UE

35 Para mais informações, consultar o gráfico no anexo 3, com o orçamento da UE para 2006 por distribuição de receitas.

36 Este é o item que absorve a maioria das receitas em todos os orçamentos, embora, estando a diminuir com medidas tomadas neste sentido

Devido às diferenças que existem quanto aos objectivos seguidos pelas duas organizações e ao seu tamanho os actos jurídicos reflectem particularidades de cada processo. As fontes do direito, as regras jurídicas e a resolução do contencioso são espelhos destas dissemelhanças. Na União Europeia, segundo os especialistas, o Direito Comunitário tem fontes que podem ser tanto escritas como não escritas. As fontes escritas são: o direito originário, o direito derivado e os acordos internacionais. As fontes não escritas advêm dos: princípios gerais do direito, do costume e das regras gerais do direito internacional. Quanto ao Mercosul, as fontes do direito estão definidas no seu art.º 41º e, a sua execução, no art.º 42º do Protocolo de ouro Preto³⁷ de 17 de Dezembro de 1994 e são:

“I. O Tratado de Assunção, os seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e os seus protocolos;

III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Directrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adoptadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42 - *As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão carácter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.”*

Os órgãos do Mercosul formam actos jurídicos com a denominação de Decisões, Resoluções e Directrizes conforme estas provenham do Conselho, do Grupo Mercado Comum ou da Comissão de Comércio. A distinção dos actos jurídicos não é aclarada ficando apenas a informação do art.º 40º do mesmo Protocolo:

“A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adoptarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;

³⁷ Para um esclarecimento adicional consulte o Protocolo de Ouro Preto de 17/12/1994 presente no anexo

ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efectuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objectivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.”

As normas internacionais do Mercosul carecem de ser transactas para as ordenações jurídicas internas e de publicidade em jornais oficiais dos países. Na UE, contrariamente, os Regulamentos têm aplicação directa e é feito de forma automática para os Estados-Membros após a sua publicitação no Jornal Oficial da União Europeia.

- A Forma Como São Tomadas as Decisões

A tomada de decisões na UE, conforme os órgãos e as matérias em que incidem, podem ser adoptadas por unanimidade, consenso, maioria simples ou maioria qualificada com a ponderação de votos do conselho de Ministros e do Banco Central Europeu. Existe também um carácter intergovernamental e supranacional vincado que não se encontra no Mercosul. No Mercosul as decisões são tomadas apelando ao consenso e com a comparência de todos os Estados-Partes. No art.º 37º do Protocolo de Ouro Preto³⁸ lemos que: “*As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.*” Todos os estados têm que pactuar para que a norma entre em vigor. Neste caso apenas se recorre ao carácter intergovernamental.

- A Deliberação de Disputas

Aqui existem diferenças drásticas entre a UE e o Mercosul, desde a sua origem, que não são tão salientadas porque entretanto entrou em vigor, em 2004, o Tratado de Olivos que criou o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Na União Europeia as instâncias responsáveis para dirimir os conflitos subsequentes da aplicação do Direito Comunitário são: o Tribunal de Justiça Europeu e o Tribunal de Primeira Instância. Existe uma perfeita articulação com todas as instâncias jurídicas que percorrem desde os

³⁸ Para mais informações sobre o Protocolo consultar o Anexo 4.

tribunais dos estados nacionais até à mais alta instância europeia, a saber, o Tribunal de Justiça Europeu³⁹. A harmonização autoriza que se faça jurisprudência porque as decisões tomadas fazem parte das *fontes* do Direito Comunitário. Não se pode apelar para qualquer outra instância após decorrer o processo nas instituições europeias e as decisões são vinculativas e de cumprimento integral.

O Mercosul conheceu uma evolução recente no seu método de resolução de disputas que permitiu colmatar algumas falhas mas ainda está muito longe das soluções encontradas pela UE. Anteriormente ao protocolo de Olivos as disputas ou as más interpretações dos documentos do mercado eram resolvidas pela via diplomática, estipuladas no Protocolo de Brasília, de forma objectiva. Nos casos em que tal não era possível cabia este papel aos órgãos executivos: o Grupo Mercado Comum e a Secretaria Administrativa. Uma situação de juízo era diligenciada caso e, apenas, as negociações diplomáticas falhassem. É a partir daqui que verdadeiramente funciona um sistema de solução de disputas. Com a passagem à segunda fase, é constituído um tribunal ad hoc⁴⁰ cujas decisões podem ser tomadas por maioria sendo vinculativas e sem recurso para as partes em litígio. Com o protocolo de Olivos manteve-se, na sua maioria, o sistema protótipo⁴¹ mas foi introduzidas mudanças expressivas no Tribunal ad hoc. A partir deste Tratado a escolha dos dois Juízes nacionais passou a serem retirados de uma lista de 48 nomes em que apenas 12 são indicados pelo Estado parte. O terceiro membro é escolhido de uma lista em que cada Estado indica quatro candidatos de outro Estado sendo que um deles tem de ser oriundo de países que não pertencem ao Mercosul. O novo tribunal tem cinco árbitros (um nacional de cada Estado) e as questões que lhe são endereçadas estão delimitadas às questões de direito julgadas pelo Tribunal ad hoc. Quando envolvem dois Estados são julgados por três árbitros e quando existirem mais do que dois Estados por cinco árbitros. O Protocolo de Olivos possibilita que se dê preferência a um fórum onde a solução de controvérsias tem início para evitar dois procedimentos em diferentes organizações internacionais.

Conforme notámos nesta extensa comparação, com diversos parâmetros de análise, entre o processo de integração da União Europeia e o do Mercosul ressalta-nos o facto de os dois processos serem de géneses diferentes e portanto as suas características têm peculiaridades. As organizações internacionais costumam ser

39 Desde que os Estados-Membros tenham legislação que permita defender a aplicação das normas Comunitárias no caso em concreto

40 Tem um carácter intergovernamental

41 Reconhece-se que é um sistema transitório até existir uma convergência na tarifa externa comum

enumeradas como intergovernamentais mas os processos de integração supranacional não cabem nesta simples definição. Os estudiosos das ciências sociais adjudicam então uma dupla distinção: as organizações de cooperação ou interestatais e organizações supranacionais. Nas organizações interestatais ou de cooperação não subsiste a alienação da soberania nem um poder central autónomo. As decisões tomadas revestem-se de recomendações. Quanto às organizações supranacionais existe uma alienação da soberania e as decisões são obrigatórias. Aqui está presente o carácter intergovernamental mas com primazia na essência supranacional como um alvo exposto para os passos seguintes do processo de integração. O Mercosul encaixa-se na primeira definição impecavelmente porque procura atingir um mercado comum através de um sistema intergovernamental. A União Europeia já está de acordo com a segunda definição porque tem órgãos de propriedade intergovernamental e supranacional congratulando-se de ter um Direito Comunitário⁴².

As teorias que preponderam em ambos os processos, abalizam-se, no caso do Mercosul na concepção funcionalista - é o seu eixo motriz - e na União Europeia o conceito neo-funcionalista. O Mercosul procura resolver os problemas de ordem mais técnica, superando os seus enigmas económicos o que não acarreta a perda de soberania mas sim uma junção de esforços e dotações que visam fazer frente a determinado problema. A União Europeia conjuga os aspectos técnicos com uma união mais intensa porque desde a sua constituição prévia uma, possível, união política. A UE tem nas suas instituições mecanismos de representação dos povos e dos Estados-membros mas o Mercosul simplesmente dá ostentação aos Ministérios das Relações Exteriores do Mercosul como órgão intergovernamental⁴³.

Como reparamos em quase todas as vertentes são capitais os factores que dissociam e tornam particular cada processo de integração. Pode-se, no entanto, abstrair como aprendizagem a interligação em factores chave impulsionada pela ajuda prestada da UE ao Mercosul que faz com que existam parâmetros que se assemelham em alguns aspectos. Nos legais, por exemplo, existiu uma evolução positiva que vai ao encontro, em passos lentos, ao que se verifica na UE. As formas de financiamento do Mercosul, a configuração como toma as suas decisões entre outros aspectos vai depender da evolução do seu próprio projecto de integração.

42 A moeda única é uma das vertentes que confirma bem a ambição do aprofundamento de carácter supranacional da instituição

43 Para desenvolver um trabalho de aprofundamento económico

CAPÍTULO 2

A COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

A cooperação económica baseia-se num sistema de produção e distribuição de bens e serviços que basicamente é um sistema de troca cooperativa. Quanto maior é a actividade ou o comércio no processo maior é a procura dos meios consequentes da produtividade e tanto melhor a oportunidade de fazer trocas de bens e serviços. Os países ficam mais prósperos e os seus habitantes podem considerar um padrão de vida melhor. As economias que se desenvolvem ou se expandem são consideradas como fundamentais para o progresso e a sua inserção na economia mundial. Esta é a ponderação da cooperação da UE com o Mercosul que contempla a sua inserção económica na economia mundial e o seu possível desenvolvimento político.

2.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS

A cooperação económica e as relações comerciais da UE com a América Latina conheceram uma evolução contínua até aos dias de hoje. Até à década de oitenta as prioridades da CEE não eram, de todo, a América Latina mantendo um contacto individual com cada país. Com a importante consubstanciação do Mercosul, que lhe deu mais poder de negociação e atractividade externa⁴⁴, a União Europeia iniciou negociações complementares com o bloco tendo atingido um pico em Dezembro de 1995 com a assinatura do Acordo-Quadro Inter-regional. Este acordo visava a criação de uma *área de livre comércio* num curto espaço de tempo. As relações entre o Mercosul e a UE podem ser vistas, desde então, como um empenho de um movimento de comércio e investimentos com capacidade de erguer economias e estimular o desenvolvimento dos países sul-americanos mais pobres e com maior vontade política de se inserirem no comércio mundial e na esfera política de organizações internacionais democráticas.

⁴⁴ O Mercosul, por si só, é um caso de estudo porque conheceu um aumento incrível no volume do comércio inter-bloco após a sua constituição as trocas, passaram de 4.123 milhões de dólares, em 1990, para 20.650 milhões de dólares, em 1997, o que é um aumento superior a 400%. Este portento económico também se deu no lado das exportações (incluindo a UE) passando-se de 38.099 milhões de dólares para 51.378 milhões de dólares sendo um aumento de mais de 35%, durante o mesmo período. O Mercosul constituiu-se assim, de forma harmónica, como o motor da América Latina para o desenvolvimento porque o comércio na região no mesmo período aumentou 225% (Fontes: CIA World Factbook 2004, IMF WEO Database)

A ajuda prestada pela UE nas várias fases da integração do Mercosul como a supressão de taxas, de limitações e controlo das fraudes comerciais foi importante sendo que existem formas de cooperação estreitas estabelecidas em acordos com várias instituições da UE. O Mercosul pode solicitar ajuda às instituições europeias homólogas o que é uma cooperação importante porque põe à disposição o know-how comunitário.

A primeira metade da década de noventa alteou um remoinho de transformações constantes que passaram pelas negociações multilaterais do comércio - a Rodada do Uruguai do GATT - e a divisão económica global em espaços regionais. A ajuda e envolvimento dos países ricos no arranque e na inclusão económica dos países mais pobres eram desejáveis existindo mesmo vantagens recíprocas. Este estudo torna-se mais interessante pela importância dos actores envolvidos. A União Europeia têm servido de protótipo de inspiração para muitos processos de integração regional e o seu conhecimento, angariado, nesta matéria revela-se como essencial para os primeiros passos da inclusão regional de novos países (independentemente da sua localização geográfica). O Mercosul como um grande agregado económico que é e, a previsão de tornar-se num gigante, com o Brasil à cabeça, é uma experiência viva de como a ponderação deste actor pode tornar-se num magnate para a reputação da UE no mundo e um desafio para consolidar e reforçar a sua predominância política. Neste panorama de globalização das economias as ligações entre os estados são debilitadas para dar relevância a novos actores. A soberania é esvaziada por cima para as organizações supranacionais e para baixo para o poder concertado das regiões. É necessária uma nova disposição multilateral e é com base na mesma que devemos decompor as relações económicas e as relações comerciais entre os dois actores aqui estudados. Neste panorama de globalização das economias as ligações entre os estados são debilitadas para dar relevância a novos actores. A soberania é esvaziada por cima para as organizações supranacionais e para baixo para o poder concertado das regiões. É necessária uma nova disposição multilateral e é com base na mesma que devemos decompor as relações económicas e as relações comerciais entre os dois actores aqui estudados. Neste panorama de globalização das economias as ligações entre os estados

são debilitadas para dar relevância a novos actores. A soberania é esvaziada por cima para as organizações supranacionais e para baixo para o poder concertado das regiões. É necessária uma nova disposição multilateral e é com base na mesma que devemos decompor as relações económicas e as relações comerciais entre os dois actores aqui estudados. Neste panorama de globalização das economias as ligações entre os estados são debilitadas para dar relevância a novos actores. A soberania é esvaziada por cima para as organizações supranacionais e para baixo para o poder concertado das regiões. É necessária uma nova disposição multilateral e é com base na mesma que devemos decompor as relações económicas e as relações comerciais entre os dois actores aqui estudados.

Com a cessação da Rodada de Doha a UE decidiu empenhar-se nos acordos bilaterais de comércio entre eles o Mercosul. Segundo o relatório sobre as *Relações Económicas e Comerciais* entre a União Europeia e o Mercosul, publicado pelo Comité de Comércio Internacional da UE, pretende-se empregar um ambicioso acordo de associação inter-regional que vença os compromissos assumidos na OMC e inclua temas como: comércio de serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, simplificação do comércio e solução de contendas. A competitividade que se alcança, por estabelecer laços singulares em vários sectores, estimula e afia o apetite dos colossais económicos. A União Europeia por saber definir bem os seus propósitos e conceder auxílios atractivos nas suas negociações conseguiu garantir um mercado financeiro e uma preponderância política desejável no Mercosul. Abriu-se portas para uma colaboração mais estreita e constante no futuro.⁴⁵

Em apenas poucos anos alguns investidores europeus injectaram milhões e milhões de euros nestas economias tendo participações relevantes e até mesmo predominantes em muitas empresas da região. Os europeus são os segundos maiores investidores na América Latina seguidos apenas pelos norte-americanos e muito à frente dos japoneses. Os bancos europeus tiveram um papel relevante no refinanciamento da região. O IDE (Investimento Directo Externo) da União Europeia foi de 60% para a América Latina sendo direccionado na sua maioria para o Mercosul mais

⁴⁵ A influência cultural tem aqui significado pois enquanto antigo colonizador releva uma predominância cultural que é um benefício capaz de conseguir superar as possíveis vantagens que a proximidade geográfica dos Estados Unidos (integrado na NAFTA) possa ter na região. As relações entre a América Latina e os Estados Unidos nem sempre foram boas sendo caracterizadas por uma dominância quase imperial de um grande quintal de extensão natural de influência para o seu território. Com estreitar de laços entre a União Europeia e o Mercosul este pode conseguir contornar esta influência e tornar o seu território mais autónomo na política externa da influência do Norte. A União Europeia têm todo o interesse em promover este cenário porque uma possível integração do Mercosul num projecto de integração hemisférica a todo o continente deixaria a União Europeia como um aliado secundário retirando menos benefícios do mercado e a integração iria no sentido económico e não político como sucedeu com a UE cujo interesse é promover laços com estruturas semelhantes à sua. Estes laços iriam permitir estabelecer relações mais comprometedoras e uma maior influência cultural, política e económica da UE no mundo.

especificamente para o Brasil e para a Argentina. Estes investimentos são fruto dos processos de privatizações das empresas públicas. O comércio entre o bloco europeu e o Mercosul em 2005 abrangeu 51 biliões de euros o que representa 2,3 % do comércio externo da UE. O aumento assombroso dos investimentos e comércio tornaram possíveis a construção de mais estradas, aeroportos e fábricas possibilitando modernizar os países do Mercosul. Este impulso melhorou o padrão de vida destes países. Os dados mostram que existe um oportuno interesse da União Europeia na região e que as suas relações estão em competição directa com os Estados Unidos no acesso, sobretudo, aos mercados.

Em 2009 ocorreu um encontro entre a União Europeia e o Mercosul que pretendeu aproveitar a presidência espanhola da UE para relançar as negociações entre os dois blocos. Estas tinham sido suspensas em 2004. As negociações ficaram tolhidas em virtude da União Europeia exigir uma maior abertura dos mercados para os seus produtos industrializados e serviços e o Mercosul reclamou o mesmo da UE mas para os bens agrícolas. Juntos os blocos concordaram em estabelecer volumes de negociação faseados e desvincular a sua negociação da Rodada de Doha.

Os acordos compreendidos trouxeram grandes benefícios para a UE porque com a formação da NAFTA e o lançamento da Iniciativa das Américas, em 1990, tornou-se imperiosa uma acção por parte da Comunidade para não perder este mercado tão valioso. O mercado valia em 1994 cerca de 18, 2 biliões de dólares com uma carência em bens de alto valor agregado. Neste momento o Mercosul constitui-se, já em termos das exportações da UE, como um pilar marcante com especial destaque para as máquinas e equipamentos de transporte (45%), produtos químicos (22,5%) e automóveis (12,3%). Segundo o EUROSTAT⁴⁶(em 2006) a UE é um dos principais parceiros do Mercosul sendo que 21% das suas exportações e 18% das importações são feitas neste mercado. No ano 2000 a balança comercial era deficitária (US\$ 19.708 milhões de exportações e US\$ 20.254 milhões de importações) para o Mercosul em 546,2 milhões mas a partir do ano 2002 a balança passou a superavitária. No ano de 2005 teve um saldo positivo de US\$ 9.337 milhões (exportações de US\$ 33.348 milhões e importações de US\$ 23.971). A colaboração futura passará ainda pela tecnologia e investimentos. As relações entre o Mercosul e a União Europeia são relevantes para

46 o Gabinete de Estatísticas da União Europeia

ambos os blocos porque é uma fonte de possibilidades sem precedentes para biliões de pessoas e, sobretudo, empresas nos dois continentes.

O Mercosul tem uma vantagem indiscutível nesta associação - *a diminuição da interferência dos E.U.A. na região*. A inclusão na NAFTA e o seu alargamento para a ALCA seria complexo porque teria que existir uma integração das economias que estão em diferentes estágios de desenvolvimento e com uma distribuição de rendimentos altamente desfasada de uma média. Os Estados Unidos e o Canadá sozinhos têm mais de 82% do PIB hemisférico enquanto a Jamaica, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Paraguai, Panamá, Guatemala, Equador, Haiti e Nicarágua só representam menos de 1% do PIB. Até o Brasil que é a maior economia da América latina replica apenas por 7,4% e a Argentina, principal parceiro do Mercosul, por menos de 3% da riqueza do continente.⁴⁷ O Mercosul teria que se solidificar para conseguir ter representatividade no futuro projecto ALCA mas poderia existir dentro de um projecto maior? A experiência da União Europeia indicia que não pois com a formação do Benelux⁴⁸, que estabeleceu o livre comércio entre os países baixos, em 1958 e, com o posterior alargamento e adesão da Itália, Alemanha e França ao tratado (formando a CEE) existiu uma dissolução do projecto original. Quando os efeitos económicos se assemelharam ao projecto inicial este dilui-se no esboço da inclusão maior. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é da mesma opinião ao dizer que existe o receio de os Estados Unidos eternizarem a sua hegemonia económica e política na região pois “ *realizariam seu desígnio histórico de incorporação subordinada da América Latina a seu território económico e a sua área de influência político-militar*”⁴⁹.

A União Europeia já evidenciou ser uma alternativa exequível pela sua experiência pessoal e pela forma como inicia os seus relacionamentos económicos (com cláusulas políticas) com o Mercosul mostrando que pretende chegar mais além do que uma simples pareceria económica - espelha o seu modelo político e fortifica a sua afirmação e reputação no mundo ajudando os blocos inter-pares com a sua experiência de consubstanciação. O Mercosul está bem ciente desta vantagem pois sabe que a ALCA têm privilegiado, nas negociações, o acesso preferencial aos mercados de bens deixando de lado temas como a: integração económica, serviços, investimentos e políticas comuns. Se estes temas fossem tratados poderiam conduzir a uma integração

⁴⁷Fontes: CIA World Factbook 2004, IMF WEO Database

⁴⁸ Bélgica, Holanda e Luxemburgo

⁴⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A crise da Argentina e os objectivos dos EUA. Revista Espaço Académico, ago.2002, ano II, nº 15

política. Apesar desta hesitação os Estados Unidos são um importante mercado cuja sua agregação ao Mercosul teria também benefícios económicos. Permanecem vários cenários a ponderar, a saber: o estabelecimento da ALCA e o eclipse do Mercosul sem entendimento com a UE, a subsistência do Mercosul concomitantemente com a ALCA e um acordo mais acanhado com a UE e a não materialização da ALCA e o estabelecimento de um Acordo de Livre Comércio com a UE (o mais ambicioso). O cenário plausível seria o segundo - a subsistência da ALCA com o Mercosul permanecendo um acordo de livre comércio com a UE. Segundo o artigo 3 (Minuta da ALCA, 2003) este cenário é exequível porque podem coabitar acordos bilaterais e sub-regionais presentes com os que vierem a ser estabelecidos futuramente desde que o seu alcance seja maior que o da ALCA. Com a fundação do livre comércio em prática, nas Américas, temos que reconhecer que o Mercosul e a sua vocação perderiam a razão de ser porque este não é, ou não quer ser, apenas um projecto económico. A experiência mostra-nos que o Mercosul está bem mais avançado do que aquilo que se propõe para o projecto ALCA sendo já é uma união aduaneira e prevendo um mercado comum, em toda a sua profundidade⁵⁰ (no Tratado de Assunção com a livre circulação de todos os factores de produção - **Artigo 1**. Os enunciados dos acordos, ao mostrarem um constante interesse pela união dos povos Sul-americanos, delineiam um outro caminho.

Para Luís Felipe Lampreia (ex-ministro das relações exteriores do Brasil): “*o Mercosul é uma realidade de sucesso que veio para ficar, que reforça a identidade internacional dos seus membros e confere massa crítica ao projecto da ALCA. Não vai se diluir no hemisfério, nem constitui uma mera etapa de transição*”⁵¹. Seria integralmente possível existir um acordo entre a UE e o Mercosul mesmo com a integração na ALCA só que com o inconveniente de que o acordo teria que ter a aprovação dos Estados Unidos e ajustar-se ao modelo americano defendido para a ALCA - um modelo sobretudo económico que exclui a vertente política do ponto de vista europeu. Estará a União Europeia em condições de fornecer uma alternativa capaz de superar este efeito coactivo e diluir o predomínio dos Estados Unidos concretizando, possivelmente, o terceiro cenário?

A espantosa ampliação do comércio intra-bloco gerou uma onda de produtividade e eficiência que criou novos empregos dinamizando as economias. A União Europeia não é o único empenhado em obter este mercado e a sua actuação e

50 Até agora só se discutiu o acesso de bens aos mercados, os temas de um mercado comum ainda não foram amplamente debatidos.

51 Discurso proferido durante a abertura da II Reunião Hemisférica de Vice-Ministros, em Fevereiro de 1998.

concepção de uma parceria futura e crescimento das relações comerciais e políticas vai ditar o sucesso ou fracasso limitando ou expandindo a sua influência global. Pode-se, em termos comerciais e de investimentos, determinar assim sumariamente a importância da UE para o Mercosul.

- A importância comercial da União Europeia para o Mercosul

Actualmente, 60%⁵² do IDE da União Europeia vai para a América do Sul e quase na totalidade para o Mercosul. A nova vaga de IDE nos países do Mercosul tem os seguintes factores na sua origem: planos de estabilização económica, taxas de crescimento da economia, liberalização comercial com a abolição de tarifas e barreiras não tarifárias, investimento em infraestruturas e o processo de privatização das empresas públicas. Apesar das considerações positivas ainda é comparativamente pequena a participação do Mercosul no comércio mundial relativamente com a da União Europeia e do NAFTA. A componente agrícola no comércio do Mercosul com a UE tem uma grande ponderação em produtos agropecuários. No ano 2000 as exportações agrícolas foram de US\$ 19.708 milhões. Apesar de existir uma melhoria na diversificação de produtos no ano 2005 ainda representava 53,9% do total exportado. Segundo o EUROSTAT⁵³ o Mercosul é um parceiro relevante da UE no que toca aos produtos da agropecuária onde em 2005 se evidenciavam: as carnes, os grãos, sementes e resíduos das indústrias alimentares. As exportações nesta área, em 2005, totalizavam US\$ 18 bilhões sendo que 57,8% referiam-se apenas a três sub-grupos de exportação: as carnes e miudezas comestíveis (11,2%), as sementes e os frutos oleaginosos e grãos (17,3%) e os resíduos das indústrias alimentares (29%). Este é um sector importante daí a insistência do bloco para uma liberalização da União Europeia. Nas negociações que decorrem tem que se levar em conta a ponderação de cada cabaz de produtos nos dois mercados.

Devido à estruturação do mundo em blocos económicos coesos e fortes é urgente que o Mercosul celebre parcerias com os seus principais pares económicos nos quais se enquadra a União Europeia. Numa definição muito simples este intercâmbio permite-lhe, de uma forma salutar, que os bens e serviços sejam produzidos e

⁵²Fontes: CIA World Factbook 2004, IMF WEO Database

⁵³No ano de 2006.

distribuídos num mercado bastante vasto através dos acordos de associação. Constrói-se um sistema virtuoso. O escocês Adam Smith⁵⁴, que viveu no século 18, ilustrou tais potencialidades ao aconselhar que se devia permitir que um sistema económico flutuasse livremente e, como a água, buscasse o seu próprio nível. A oferta e a procura estabeleceriam o nível de cada produto ou serviços. Os países do Mercosul, muitas vezes submersos no proteccionismo estatal, perceberam, enfim, esta realidade e tomaram providências para um arranque económico. A União Europeia é um bloco importantíssimo para se estabelecer uma parceria porque consegue fazer fervilhar as economias - é a maior potência comercial do mundo - e por isso ampliar o bem-estar na região e a sua modernização e capacitação de quadros. A União Europeia é uma via de escape para que o Mercosul consiga afirmar-se no plano internacional evidenciando-se da política externa dos Estados Unidos para a região e tendo uma voz activa no mundo inclusive quanto a uma possível integração com a ALCA.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO POLÍTICA

As relações de cooperação política entre a UE e o Mercosul têm sido muito boas e a ajuda prestada pela UE para a concretização do projecto do Mercosul foi valiosa no decorrer do tempo. A União Europeia sempre colocou o seu know-how Comunitário à disposição do Mercosul com o acesso a meios técnicos e financeiros.

O Mercosul e a União Europeia, por perceberem as vantagens e benefícios de um relacionamento mais perspicaz entre si, decidiram encetar negociações económicas mas também políticas com a finalidade de uma futura associação inter-regional. Estas negociações culminaram, em 1995, com a assinatura do *Quadro Inter-regional de Cooperação*. Este acordo contemplava uma desagravação tarifária de uma série de produtos ao longo do tempo até chegar a uma zona de livre comércio e também previa uma cooperação política em diversos domínios como a institucional (com as instituições homologas da União Europeia, principalmente). Para que o acordo fosse respeitado e mais ampliado foi criada uma estrutura burocrática assente no *Conselho de Cooperação* que é responsável por supervisionar o cumprimento do Acordo-Quadro. A *Comissão Mista de Cooperação*, o órgão executivo, e a *Subcomissão Comercial*, órgãos de origem técnica, têm a missão de erigir as negociações para a futura liberalização comercial

⁵⁴ Economista e filósofo escocês

entre os dois mercados. Foram consubstanciados vários encontros, entre as duas partes, para o relançamento de parcerias políticas através de mecanismos de diálogo e também parcerias económicas (Comissão Mista, Subcomissão Comercial e Grupos de Trabalho) no âmbito do Acordo-Quadro.⁵⁵

Decorreu em Bruxelas, em Maio de 1998, a IV Reunião da *Subcomissão Comercial* onde se determinou o estado das relações entre a UE e o Mercosul com vista a relançar as negociações a partir dos tópicos mais urgentes e mostrando os efeitos práticos das medidas já adoptadas. A Comissão apontando o seu empenhamento em prol da parceria e levando em conta a reunião da Subcomissão Comercial decidiu pedir um mandato ao Conselho por meio de uma recomendação para começar uma associação inter-regional com o Mercosul, a curto prazo. As relações entre as duas regiões deveriam passar, primordialmente, pelo desenvolvimento de uma parceria política, o fortalecimento das actividades de cooperação e a criação efectiva de uma zona de livre comércio. Levando em conta as regras da OMC e respeitando a sensibilidade dos produtos em negociação devia-se ter princípios e horizontes bem definidos. A França mostrou-se contra a recomendação apresentada em virtude do seu alto nível de dependência da PAC (Política Agrícola Comum) que é um dos malogros das negociações entre ambos os blocos. A França sugeriu à União Europeia a redefinição da estratégia no acordo de associação inter-regional e mesmo nas negociações da OMC visando este ponto e salvaguardando os seus interesses. A proposta europeia de mandato permaneceu em aberto até 1999.

Em 28 de Junho de 1999 ocorre uma reunião entre os Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e da União Europeia⁵⁶ no Rio de Janeiro. Através deste encontro conseguiu-se firmar uma posição comum com ambos os blocos o que foi louvado na comunicação final da mesma. Existiu um compromisso quanto aos princípios das negociações que deviam ser abrangentes⁵⁷. Levou-se em conta o princípio do single-undertaking segundo o qual os acordos são implementados em conjunto. A União Europeia e o Mercosul conseguiram estabelecer uma parceria estratégica desde esta cimeira bi-regional.

Em virtude de não se ter conseguido na reunião dos Chefes de Estado e de Governo deliberar sobre o calendário das negociações, a estrutura e a metodologia das

⁵⁵ A primeira Comissão Mista reuniu-se em Bruxelas, a 11 de Junho de 1996, e a Subcomissão iniciou os trabalhos de negociação com ambas as partes nos dias 5 e 6 de Novembro de 1996 (no Brasil, em Belo Horizonte).

⁵⁶ Esta reunião incluiu o Chile.

⁵⁷ Segundo a OMC não pode existir uma Zona de Livre Comércio se uma área ficar de fora do acordo.

convocou-se uma reunião do Conselho de Cooperação para Novembro de 1999. Através desta reunião o Conselho de Cooperação ficou informado do corpo das negociações, destes tópicos, e conseguiu um diálogo proveitoso que motivou trocas de impressões de ambas as partes ao longo da mesma. No comunicado de imprensa final surgiram algumas divergências quanto aos termos a utilizar porque a França preocupada novamente com a questão agrícola queria incluir no comunicado a sua convicção de que as negociações deviam fixar-se primariamente por aspectos não tarifários. Por não ser consensual o tema entre os participantes da reunião a União Europeia acabou por reafirmar no comunicado os termos do seu mandato. O Mercosul decidiu que este tema devia ser tratado no Comité de Negociações Biregionais para motivar a negociação. Tentou-se criar entendimentos mais perspicazes nos pontos que tinham em comum e deixou-se o desenvolvimento das negociações futuras para *a I Reunião do Comité de Negociações Biregionais Mercosul – UE*.

Na primeira Reunião do Comité de Negociações Biregionais Mercosul-UE, em Buenos Aires, os resultados do diálogo foram positivos mas a questão agrícola, uma vez mais, foi um empecilho. Nesta reunião acabou por se reafirmar os princípios já acordados como o single undertaking, a inclusão de todos os sectores comerciais e a liberalização comercial e foi também foi decidido que se devia organizar os temas em discussão por *diálogo político*, cooperação e questões comerciais.

Em 2000 foram encetadas negociações para se conseguir realizar um acordo de associação que assentasse em três pilares: o diálogo político, a cooperação e uma zona de livre comércio. As negociações não chegaram a bom porto, em 2004, sendo suspensas por falta de entendimento em questões relativas ao comércio mas as outras áreas não ficaram congeladas. A cooperação política foi mesmo examinada após este período em virtude do acordo conseguido em Lima (2008) relativo à ciência, tecnologia, infoestruturas e energias renováveis.

O Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul⁵⁸ mantêm contactos regulares que procuram fomentar um maior diálogo político e de cooperação técnica. Em Maio de 2007 foi inaugurado o Parlamento do Mercosul e logo desde Maio de 2008 o Parlamento Europeu decidiu criar um grupo parlamentar para colaborar com o seu homólogo na delegação para as relações com o Mercosul do Congresso Nacional do

⁵⁸ Anteriormente denominava-se Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Brasil. ⁵⁹A Delegação desloca-se ao Parlamento Europeu com periodicidade para resolver questões de ordem social, económica e política da região sobre a qual é responsável. Estas reuniões visam dar um novo ímpeto às negociações abordando a temática do acordo de associação inter-regional com a participação de políticos e corpos diplomáticos, do país em causa, bem como representantes da sociedade civil. Os aspectos das relações são analisados sobre três ópticas: política, economia e questões sociais. A questão de cooperação política abrange mesmo a actualidade internacional e a integração regional. A Delegação, dependendo dos países em causa, pode assumir vários grupos de trabalho para uma maior concertação de esforços que podem culminar em possíveis visitas ao terreno.

A área ambiental tem tido um especial enfoque nas relações bilaterais com a assinatura de um acordo de cooperação, em 2009, de 18 milhões de euros destinados ao desenvolvimento sustentável da região. Este acordo tende a dinamizar o aprofundamento do Mercosul de uma forma sustentável e profunda através do conhecido *Econormas Mercosul*. A União Europeia oferece todo o seu apoio político e técnico, na medida do possível, ao Mercosul para que este consiga uma integração regional avançada e a mais profunda possível. A cooperação visa desenvolver a parceria entre a UE e o Mercosul para que consigam alcançar o Acordo de Associação Inter-regional. O Brasil ao ter sido escolhido pela UE, como um parceiro estratégico, tem um compromisso como interlocutor com ambas as partes para que o Mercosul e a União Europeia venham a conhecer uma melhoria do estado das suas relações. Com o Brasil a UE iniciou temas de discussão em áreas como: a migração, investigação e tecnologia, terrorismo, crime organizado e tráfico de drogas, educação e cultura, desenvolvimento regional e também consultas pertencentes a temas de interesse global dos fóruns políticos internacionais.

O diálogo político, como observámos, mantém-se intenso e mesmo com a paralisação das relações comerciais frutificou mostrando o interesse ávido de ambas as partes. A concretização de um aprofundamento político é um desejo dos países envolvidos encontrando-se o Mercosul numa encruzilhada entre a União Europeia e a ALCA com dois projectos de associação distintos.

59 Existiu a celebração de uma parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil. O reforço das relações com o Brasil nesta área ocorreu porque com os restantes membros do Mercosul os acordos celebrados (na década de 1990) não previam os contactos parlamentares.

As perspectivas de desenvolvimento das relações políticas entre a UE e o Mercosul são favoráveis porque, em 2010, a Espanha assumiu a Presidência da União Europeia por seis meses e comunicou que irá dar a máxima prioridade a este assunto desejando finalizar o Acordo de Livre Comércio até ao término da sua presidência. A decisão arrojada foi comunicada à margem da Cúpula Ibero-Americana, decorrida em Cascais, em que a Espanha convidou Portugal a assumir, em conjunto, um papel de pressão sobre a UE para que as relações com o Mercosul possam frutificar chegando a bom porto os contactos que se vêm arrastando desde 1995. O desenvolvimento das relações, nesta altura, podem ter vários interesses e factores na sua origem mas principalmente destaca-se o fraco processo negocial da rodada de Doha da OMC o que obrigou a encetar uma rede de acordos bilaterais que permitissem superar o isolamento económico.⁶⁰

O Mercosul beneficiar-se-á bastante deste acordo porque o mesmo pode aprofundar os laços políticos que o ligam à UE disponibilizando-se assim mais apoio e ajudas financeiras. A constituição do Mercosul é recente e a sua insipiência em diversas matérias é notória mas com a ajuda do know-how europeu certamente poderia retirar muito mais proveito das relações económicas e políticas que a UE já mantém com outras regiões.⁶¹

Os ventos são favoráveis à conclusão de um acordo porque o Presidente da Comissão Europeia (José Manuel Durão Barroso) assim como a recente nomeada Representante para as Relações Exteriores da Europa (Catherine Ashton) e o governo espanhol e português assumiram a preocupação nesta área e a vontade política em colocá-la na agenda. Nos próximos meses, a presidência espanhola da União Europeia prevê fechar um Acordo de Livre Comércio ou dar um arranque significativo ao mesmo marcando uma nova fase das relações entre a União Europeia e o Mercosul.

60 A pujança das economias Sul-americanas, com o Brasil a liderar este movimento (com a previsão de se tornar uma potência mundial), tornou a parceria mais desejável aos olhos europeus ainda mais em torno de uma crise económica em que vivemos e de falência, em parte, do modelo europeu. Tenta-se, a todo o custo, retirar os benefícios que o Mercosul pode dar à União Europeia em termos económicos mas também políticos e estabelece-se uma visão prioritária do acordo levando em conta a integração da ALCA que é uma realidade que pode constituir um desafio (lembre-se que este tema vêm sido debatido nas presidenciais brasileiras apesar da paralisação das negociações para a ALCA).

61 A nível económico são tão grandes as vantagens e os desafios que quase não se podem enumerar. O mercado europeu é apetecível para qualquer economia, pela sua dimensão e poder aquisitivo e, como tal a integração na esfera de influência da mesma dá um dinamismo sem par às economias regionais ou países.

2.3 OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À COOPERAÇÃO ECONÓMICA E POLÍTICA

A actividade e crescimento da parceria comercial da UE com o Mercosul deve ser dissecada do ponto de vista interno (factores que a constroem como os alargamentos ou que a favorecem como as presidências da UE por países latinos) e externo que inclui as parcerias com outros blocos.

Do ponto de vista interno o desenvolvimento do mercado europeu (com a materialização do mercado interno, em Janeiro de 1993) veio desenvolver um mercado unido com a abolição das barreiras físicas e técnicas que impediam a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Harmonizou-se os vários processos de produção regendo-se pelos sobejamente conhecidos comportamentos ambientais, em todos os países. O *Tratado de Maastricht* veio dar novas prioridades e orientações à UE com a criação da União Económica e Monetária - uma moeda única, um Banco Central Europeu, a concretização de uma Política Externa de Segurança Comum e uma Política de Assuntos Internos e de Justiça. Conseguiu-se alterar, definitivamente, o termo de Comunidade para União Europeia traduzindo o novo espírito da Comunidade. O Parlamento Europeu viu os seus poderes acrescidos no processo de decisão com o Tratado e criou o Instituto Monetário Europeu que inclinava-se a coordenar o Sistema Central de Bancos Europeus⁶².

Com o alargamento a quinze países aquando da introdução da Finlândia, Suécia e Áustria (em Janeiro de 1995) o território da união amplificou-se 40%, o seu PIB 7% e a população em 6%. As instituições comunitárias tiveram o seu sistema de votação alterado e passou-se de um sistema proporcional para um sistema de votação por maioria qualificada desimpedindo o processo decisório. O Tribunal de Justiça veio reafirmar, em Novembro de 1994, que a Comunidade tinha proficiências de âmbito exclusivo para negociar acordos multilaterais na área de bens mas que o poder de negociação de acordos de serviços e propriedade intelectual devia ser partilhado entre a Comunidade e os Estados membros. Note-se que este é, precisamente, o ponto mais ambicioso das negociações bi-regionais para as duas corporações regionais porque aqui permite-se uma cooperação mais estrita e até mesmo uma integração política.

⁶² Um modelo para o que é actualmente o Banco Central Europeu.

Na vertente externa é patente para todos que a UE, como bloco comercial que é, visa obter uma rede de acordos preferenciais com outros blocos no mundo para expandir a sua intervenção económica. Dependendo da sua inserção e sucesso na concretização de concessões, de parte a parte, o Mercosul ficará mais bem colocado ou desprezado nesta rede e portanto também nas suas preferências diplomáticas para as negociações. No alargamento a leste a União Europeia direccionou uma parte significativa do investimento externo para estes países que viram-se assim beneficiados com a ajuda europeia em prejuízo das antigas áreas de referência e influência como a África e conjuntamente, em fracção, a América Latina. A União Europeia celebrou acordos de livre comércio com a Rússia e a Comunidade dos Estados Independentes.⁶³ As relações da UE com a Turquia também têm se intensificado através de uma União Aduaneira⁶⁴ e os Acordos de Lomé com a África, Caribe e Pacífico visam conceder um livre acesso de tarifas e condicionantes quantitativas⁶⁵ A Política Europeia de Vizinhança, criada em 2003/2004, têm como propósito aproximar a UE dos seus vizinhos adoptando medidas que consigam encetar a prosperidade nestes territórios e melhorar a sua qualidade de vida.⁶⁶

Uma nova estratégia foi desenhada para as relações entre a União Europeia, a Ásia e a América Latina incluindo o Mercosul, o México e o Chile. Os vários critérios na selecção dos parceiros podem ser: *a sua riqueza, distribuição do PIB per capita, proximidade cultural e bom relacionamento político*. Qualquer que seja o parâmetro utilizado para a selecção das melhores parcerias a União da União Europeia, assim como o Mercosul, devem levar em conta os objectivos seguidos no momento e também os planos rivais apresentados do ponto de vista económico e político por outros grandes blocos comerciais⁶⁷.

A união interna da UE, pela via dos alargamentos, conseguiu padronizar o mercado por estabelecer regras e ditar costumes que tornaram mais facilitada a sua penetração e interpretação por parte dos países e empresas terceiros.⁶⁸ Com o desenrolar

63 Com a finalidade de conseguir guarnecer os laços políticos e promover a dinamização económica das suas economias na Europa. Este acordo tem previsto a noção de nação mais favorecida mas deixa de lado os sectores do aço e dos têxteis.

64 Com o propósito de alcançar a liberdade de circulação de produtos industriais, a abertura do sector de serviços e a ajuda financeira.

65 Para quase todas as áreas exceptuando-se a agrícola

66 Evitando a fuga para a Europa de milhões e milhões de imigrantes. Esta política tem em conta as prioridades da UE cuja aproximação territorial é uma delas.

67 O NAFTA é um bloco comercial que assim como a UE procura avidamente estabelecer parcerias comerciais com o Mercosul a fim de obter mais-valias em termos económicos não estando, no entanto, segundo a actual interpretação da sua actuação no caminho do estreitamento de laços políticos pois o seu próprio aprofundamento político foi rejeitado.

68 Um verdadeiro mercado económico para fazer frente às maiores potências, que em termos de território têm vantagem, para conseguir ser uma resposta viável para que a UE esteja na ribalta no plano internacional.

das negociações comerciais, a nível mundial, para a abertura de mercados vem se conseguindo uma progressiva abertura a que a União Europeia não é alheia pois esta concordou em abolir grande parte das suas tarifas alfandegárias e em criar condições de ajuda aos países em desenvolvimento. Com os vários passos lançados nas negociações chegou-se a compromissos em áreas como a *liberalização de serviços propriedade intelectual e investimentos*. Como quota-parte de todo este processo foi necessário medidas acrescidas na defesa de práticas anti-duping, anti-subsídios e salvaguardas assim como na questão do proteccionismo estatal. Restam, no entanto, algumas barreiras que se colocam como verdadeiros obstáculos a um aprofundamento mercantil maior:

- Os Instrumentos de Protecção Comercial

Em resposta às últimas negociações e ao impasse das mesmas quanto à área agrícola⁶⁹ a União Europeia criou recentes regulamentos na área da protecção comercial presentes no Regulamento sobre Barreiras Comerciais.⁷⁰ Uma mudança estratégica com vista a introduzir eficiência e rapidez na tomada de decisões foi a principal modificação do sistema de votação do Conselho na aplicação dos direitos anti-duping e anti-subsídios que se modificou de maioria qualificada para maioria simples. A alteração adveio da discussão entre o grupo dos proteccionistas (Club Med) e os Liberais (Membros do Norte da Europa) que têm uma visão mais mercantilista reduzindo a Comunidade a um papel regulativo e não desejando a sua activa intervenção⁷¹. Como o sistema de votação por maioria qualificada foi mantido enviesou-se a utilização de medidas anti-duping e anti-subsídios contrapondo-se à utilização do mecanismo de carácter menos proteccionista que é o das salvaguardas.

Os regulamentos da UE, de defesa comercial, têm agora novas regras que são mais explícitas quanto às margens de dumping e subsídios, dano à indústria local e de elos causais tendo também novas formas de desenvolvimento nas investigações. Existem regras que embora não sendo negociadas na Rodada foram incorporadas na legislação como o direito pelo exportador do produto e de anti-circumvention⁷². A União Europeia está numa lista consagrada de países que respeitam e aplicam os

⁶⁹ O eterno obstáculo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

⁷⁰ Na senda do criado na secção 301 pelos Estados Unidos.

⁷¹ É a lógica pura do funcionamento de mercado puro e duro

⁷² Permite responsabilizar o exportador que tenta fugir das responsabilidades de medidas anti-duping ou anti-subsídios através da montagem dos seus produtos no país importador ou em terceiros países

direitos anti-duping ao lado de países como o Canadá, Estados Unidos e Austrália⁷³. Quanto a medidas anti-subsídios a União Europeia não têm muita tradição nesta área e alguns casos que já aconteceram foram os fios e fibras de poliéster da Turquia e os rolamentos da Tailândia. Na aplicação de salvaguardas a UE já não as utiliza com tanta regularidade, este mecanismo, mas o caso polémico do milho geneticamente modificado dos Estados Unidos é um adágio destas medidas cuja França e a Grécia foram instadas a levantarem o seu proteccionismo⁷⁴.

- Outros Instrumentos

O receio para que não tenham que trabucar com a mão pesada da UE, em termos de fraudes e práticas ilícitas no comércio, os países terceiros e os seus exportadores tentam controlar as suas exportações em produtos sensíveis ao máximo. Os países do Mediterrâneo controlam as suas exportações de produtos sensíveis⁷⁵ para que não sejam accionados mecanismos de salvaguarda, previstos nos acordos bilaterais, paralisado o comércio total entre as várias regiões.

- Normas de Origem

As normas de origem determinam quando um produto é de um determinado país ou não. A quantidade de produtos que estão na sua montagem (inputs) e fazem parte do seu processo de fabrico tem que ter um percentual definido desse mesmo país pois, caso contrário, poderia contornar-se estas regras de uma forma subtil e enganosa. A União Europeia celebra regras de origem preferenciais dentro da rede de acordos que vêm negociando. Se um produto for considerado de origem goza de todos os privilégios estabelecidos⁷⁶.

- Modelos e preceitos técnicos

O meio ambiente vem ganhando cada vez mais relevância dentro da legislação comunitária e portanto também quanto aos seus processos de fabrico. A regulamentação das embalagens e sua eliminação determina novos padrões mais amigos do ambiente que prevêm a sua reciclagem sendo que só as empresas que cumpram estas metas estão

⁷³ Existem sempre casos em investigação de medidas anti-dumping sendo uma delas recente e mediática - o caso do calçado chinês.

⁷⁴ Em Abril de 2008 a Comissão solicitou à AESA (Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar) um parecer científico que justificasse a posição da Grécia e esta deu como não provado as justificações da mesma. A França teve que acatar uma decisão no mesmo sentido mais tarde.

⁷⁵ Entre estes produtos encontram-se os têxteis e as confecções.

⁷⁶ Este lado pode servir de mote para se transformar num instrumento de desvio de comércio para países não preferenciais. Os países que pretendam estabelecer acordos com a UE têm que levar bem em conta este aspecto e respeitá-lo.

autorizadas a venderem os seus produtos e a circular dentro do espaço europeu. A União Europeia regulamentou os tão contestados por uns e aplaudidos por outros eco-labels que são atestados de eficiência ecológica em que mediante determinados padrões de natureza sustentável (papel - florestas sustentáveis, por exemplo) os produtos ganham um comprovativo que pode ser usado como um trunfo no comércio para a consciencialização do consumidor.⁷⁷ A União Europeia tem revelado preocupação quanto à eliminação das barreiras ao comércio no que respeita a medidas sanitárias e fitossanitárias que podem ter um efeito indesejável por não estarem padronizadas.⁷⁸

- Método genérico de preferências

Este sistema é baseado na não reciprocidade e é uma forma de os países da União Europeia, que são desenvolvidos, ajudarem os países em desenvolvimento. Através de um sistema de acordos os países desenvolvidos concedem preferências em determinados produtos a países em desenvolvimento em função de parâmetros como: o rendimento desses países (PIB per capita), o seu desenvolvimento industrial e o seu nível de dependência de determinado bem no comércio exterior (como os bens agrícolas). O nível de preferências varia com a sensibilidade dos produtos por várias cotas até à isenção para um produto considerado não sensível. Os países podem ver cancelados os seus benefícios e perderem este incentivo ao seu desenvolvimento pelo comércio se tiverem práticas de trabalho forçado, exportações de produtos realizados por trabalho de presos, práticas injustas no comércio ou terem um menor empenho no combate e controlo do tráfico de drogas.⁷⁹

- A Política de Comércio Externo seguida pela UE por Sectores

A Na agricultura, a PAC tem sido um dos maiores custos no orçamento da União Europeia. Trata-se de subsídios e compensações que visam estimular e manter a produção da agricultura, dentro da UE, em níveis elevados e apoiando os agricultores

77 Mesmo sendo contestado por alguns produtores a UE argumenta que o mesmo não é obrigatório e tem um efeito positivo no consumo responsável pelos cidadãos.

78 A UE estabeleceu acordos, com países terceiros, entre os quais o Mercosul para que estes tenham ajuda na implementação de medidas que sejam compatíveis com a UE evitando boicotes ao comércio como o caso das carnes com hormonas dos Estados Unidos. Estas medidas são importantes para que com este pretexto os países não imponham medidas restritivas ao comércio distorcendo a lógica natural do mercado e garantido a saúde dos consumidores

79 Alguns países que já foram penalizados por esta medida foram a Coreia do Sul, a Arábia Saudita, Hong Kong e Brunei.

quanto à diminuição de lucros e concorrência externa que estes não suportam.⁸⁰ A protecção da UE a este sector tem que diminuir com o incentivo à aposentadoria, em alguns casos, e medidas compensatórias temporárias.⁸¹ A UE comprometeu-se, até 2010, em reduzir 25% a sua carga administrativa no sector da agricultura. Com as novas mudanças e boas práticas de gestão a União Europeia ambiciona tornar o seu sector agrícola mais competitivo e portanto menos dependente dos subsídios da PAC.

Os Têxteis e confecções são um campo onde a União Europeia mostrou mais precaução que os Estados Unidos ao optar por um acordo faseado que lhe permitisse gerir as exigências internas de empresas que se dizem ameaçadas por concorrentes.⁸²

Os Serviços são uma área que está em forte expansão. É um sintoma das economias modernas ter uma grande fatia da sua riqueza baseada nos serviços cuja sua posição ocupa um lugar de destaque entre os demais sectores.⁸³ A legislação europeia tem, em várias áreas, cláusulas de reciprocidade com outros países nesta matéria.⁸⁴

Como observamos existem várias barreiras ao comércio bilateral. Na negociação comercial com o Mercosul têm que se levar em conta a superação destas barreiras que são: *os produtos identificados como sensíveis, barreiras técnicas, defesa comercial, regras de origem e estratégia de diversificação da pauta de exportações.*

80 Com a queda das barreiras comerciais, impostas pelas negociações em que a UE se empenha e, que deseja para poder também penetrar com os seus produtos com alta tecnologia incorporada os mercados dos países em desenvolvimento. Foram necessários ajustes drásticos para não quebrar a fonte de rendimento estável de muitos agricultores.

81 Os países terceiros vão ver assim as suas exigências atendidas, em parte, e ter acesso a um mercado sem factores de perturbação.

82 Os Estados Unidos negociaram um acordo global, em consonância com as regras da OMC. A União Europeia com o Acordo Multifibras desmantelou as restrições quantitativas liberalizando o sector, aos poucos e, fazendo com que as empresas se fossem adaptando a esta nova realidade.

83 Em 2001 a União Europeia era líder mundial das exportações de serviços (turismo, banca, seguros e transportes) com 307 mil milhões de euros, um quarto do total mundial.

84 A liberalização do comércio de serviços é ainda debatida para a sua plena circulação e aproveitamento do mercado. A vertente privada deste mercado cresce abismalmente contra o tradicional sentido de serviços por parte do estado que era dominante até há pouco tempo na área.

PARTE II
A METODOLOGIA

CAPÍTULO IV

AS ESCOLHAS DA INVESTIGAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao longo dos capítulos anteriores procurámos desenvolver o debate sobre as linhas conceptuais e problematizações dos dois campos de investigação fundamentais para este trabalho. De um lado, escrutinar os elementos que estiveram presentes na integração regional da União Europeia e a sua importância na difusão do seu modelo no mundo. De outro, os elementos que propiciaram a integração do Mercosul e como a criação do projecto Alca pode ser um desafio para a União Europeia (de uma forma ainda ténue pois vão ser mais desenvolvidos no decorrer da tese).

O nosso propósito foi promover o diálogo entre estas duas amplas áreas de investigação para debatermos duas questões centrais: qual o papel da União Europeia na difusão do multilateralismo e como esta relevância consegue influenciar as relações internacionais? Tenta-se perceber se este modelo pode frutificar numa integração mundial de acordo como alguns idealistas (uma República Mundial segundo Kant). O desafio proposto é também comparar os projectos de integração Alca e o Acordo de Associação Bi-regional entre a UE e o Mercosul percebendo de que modo o contexto das integrações regionais influenciam estes projectos e o que os mesmos têm a oferecer para a consolidação dos modelos integracionistas.

De acordo com Balassa (1973) as integrações económicas podem ser divididas em dois tópicos: um processo e uma situação. O processo é a procura activa de meios para extinguir as discriminações económicas entre os Estados-Parte e a situação é a inexistência de discriminações. Esta segunda definição é diferente da cooperação porque aqui implica acção para se reduzir as eventuais discriminações. A criação de integrações regionais visam assim tornar a economia mais competitiva e aumentar os mercados nacionais sendo que um espaço mais amplo para a colocação dos produtos permite ganhos de escala.

Ellsworth (1978) descortina as várias fases da integração económica entre elas: a zona de livre comércio, uma União Aduaneira, um Mercado Comum e a União Económica. Assim sendo a UE pela sua longa caminhada neste processo, com procedimentos, próprios está mais desenvolvida que o Mercosul mas em muitos aspectos os passos a seguir são iguais e servem como molde às uniões integracionistas.

De acordo com o autor para se formar um bloco comercial é necessário dar alguns dos seguintes passos:

1ª Fase - Zona de Preferência Tarifária - Este é o primeiro passo e consiste em garantir níveis tarifários preferenciais para um conjunto de países que pertencem a um mesmo mercado.

2ª Fase - Zona de Comércio Livre - Os países reduzem ou eliminam as barreiras alfandegárias, tarifárias e não tarifárias que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do próprio bloco.

3ª Fase - União Aduaneira - Este é o passo em que os países-membros, para além de abrirem os mercados internos, regulamentam as suas transacções com países terceiros e funcionam como um bloco económico em construção. Adota-se uma Tarifa Externa Comum (TEC) para países extra-bloco⁸⁵ e inicia-se a constituição de comissões parlamentares conjuntas para aproximar o poder executivo e, por conseguinte, o legislativo dos estados nacionais.

4ª Fase - Mercado Comum - O Mercado Comum é a fase da integração económica em que está em prática a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Aqui existe uma coordenação das políticas macroeconómicas (os países seguem os mesmos parâmetros na fixação das taxas de juro e de câmbio para formular as políticas fiscais).

5ª Fase - União Económica e Monetária - Neste estágio existe uma moeda única com uma política monetária simultânea dirigida pelo Banco Central Comunitário e pelas políticas sectoriais comuns com a implementação de políticas comunitárias.

6ª Fase - Integração Económica (pode passar pela integração política) - Nesta fase adota-se uma política comum para o desenvolvimento económico e existe uma política monetária, fiscal e social. É feito um esforço para harmonizar as legislações nacionais e criam-se instituições centrais comunitárias capacitadas para definir, aprovar e aplicar as políticas comuns e comunitárias e, eventualmente, a criação de uma Política Externa Comum e de Defesa Comum.

As integrações regionais têm estado em grande expansão a partir da década de 90 com o fim da Guerra Fria e da divisão do mundo em dois blocos. Além do exemplo da União Europeia podem se mencionar o Nafta, a Apec, o Mercosul entre outros. Com esta tendência os benefícios e os malefícios destes acordos têm sido muito discutidos na

⁸⁵ É aplicada a bens e serviços provenientes de países que não são membros do bloco.

Comunidade Científica. Södersten (1979) diz que a melhoria do bem estar económico e social dentro dos blocos só acontece se as economias forem complementares e bastante competitivas pois assim cada uma especializar-se-ia naquilo em que tem vantagens competitivas ganhado mais por não ter que produzir produtos em que é ineficiente (tem que se levar em conta que existem as imperfeições do mercado e aqui cabe aos estados regular). A substituição da produção interna pode ocorrer de duas maneiras:

- Os novos inputs disponíveis fariam com que existisse produção interna em áreas que até aí seria difícil de se concretizarem devido aos elevados custos da matéria-prima no mercado doméstico. O comércio internacional ganharia então mais volume de negócios porque antes não existia aqui actividade.
- Em alguns casos a produção poderia ficar mais cara pois um bloco comercial só permite comprar o produto mais barato do bloco e não do resto do mundo. Neste exemplo podia haver um encarecimento de alguns produtos porque a fonte disponível anteriormente (que era mais barata) ficou agora distorcida com as tarifas impostas pelo bloco.

Com o segundo tópico podemos perceber que uma união económica mundial seria o mercado ideal porque aqui aproveitar-se-iam todas as potencialidades dos ganhos de escala comprando onde fosse mais barato e vendendo onde existe procura. Um mercado económico necessitaria, naturalmente, de uma regulação ou coordenação política que poderia ser maior ou menor conforme a vontade dos Estados-Parte. Este trabalho explora também esta questão, as suas potencialidades e se é exequível a maneira de o fazer é por contrapor aquilo que é afirmado pelos teóricos que estudam o tema e discernir uma linha de raciocínio.

Uma realizável e evolutiva união mundial parece ser uma admirável ideia neste cenário económico e político e, afinal, é naquilo que parece em que nos estamos a transformar. Fala-se abundantemente sobre uma união, seja ela económica (a fusão de empresas), social (constituição de ONG'S de actuação planetária) e mesmo política (constituição de cada vez mais fóruns de discussão internacionais). Vez após vez, líderes e especialistas mundiais têm se reunido para considerar este assunto. Embora se fale bastante sobre uma possível federação do mundo vemos poucos resultados concretos. Apesar dos esforços sinceros de muitos uma união mundial continua além do alcance da humanidade até ao presente momento. Tal desenvolvimento não significa que não se aviste desde já um esboço desta nova sociedade pois a ONU e os seus

organismos, a OMC e o Banco Mundial juntamente com as integrações regionais cada vez mais amplas mostram, possivelmente, um esboço do que pode ser uma nova organização da sociedade internacional. Estas organizações podem vir a supervisionar a área que lhes diz respeito a uma escala global e com poderes interessantes, Atendendo a que os estados acordam diluir o seu poder numa integração regional uma união planetária poderia ter um efeito mais satisfatório no que toca à distribuição de recursos como nos explica o autor.

Neste panorama de globalização das economias as ligações entre os estados são debilitadas para dar relevância a novos actores. A soberania é esvaziada por cima para as organizações supranacionais e para baixo para o poder concertado das regiões. É necessária uma nova disposição multilateral e é com base na mesma que devemos decompor as relações económicas e as relações comerciais entre os dois actores aqui estudados.

Nesta perspectiva, desenvolvemos procedimentos de investigação que abarcam desde livros que tratam o tema documental sobre estas questões em específico e a análise da imprensa de forma a monitorar a cobertura noticiosa sobre o acordo UE-Mercosul (que viu as negociações serem relançadas na Presidência Espanhola da UE) e o desenvolvimento do Processo da Alca (a sua discussão nas Presidências Brasileiras colocou-o na agenda política novamente) que por serem dois processos que estão a decorrer enquanto a tese é redigida é um meio de análise extremamente útil pois permite os mais recentes acontecimentos. A análise da imprensa fez-se através de órgãos de referência como a Lusa, RTP ou o jornal o Globo (em formato online). Estes desenvolvimentos metodológicos reflectem algumas questões centrais já expressas no capítulo anterior.

Para complementar esta selecção de técnicas de análise e procedimentos metodológicos fez-se um esforço para conduzir entrevistas a cientistas políticos que trabalhassem o tema. Andres Malamud aceitou o convite e respondeu às questões chave desta dissertação sendo que a sua opinião encontra-se plasmada em alguns capítulos da tese. O autor foi importante para o desenvolvimento da tese pois tem um currículo peculiar nesta área e artigos escritos que afluam o assunto conforme se pode observar abaixo:

- Andrés Malamud: é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. Doutorado em Ciências Políticas e Sociais no Instituto Universitário Europeu de Florença, tirou a licenciatura na Universidade de Buenos

Aires. Tem leccionado e desenvolvido investigação em universidades da Alemanha, Argentina, Espanha, Itália, México e Portugal. As suas áreas de interesse incidem sobre instituições políticas comparadas, integração regional, partidos políticos, teorias da democracia e política Europeia e **Latino-Americana**. Tem obra publicada em livros e revistas académicas como *Latin American Research Review*, *Cambridge Review of International Affairs*, *Latin American Politics and Society* (no prelo), *Journal of European Integration* (no prelo), *Iberoamericana-Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies* [Estocolmo], *Iberoamericana. América Latina-España-Portugal* [Berlim], *Portuguese Studies Review* [Ontario], *Desarrollo Económico* [Buenos Aires], *Contexto Internacional* [Rio de Janeiro], *Revista de Ciencia Política* [Santiago, Chile], *Revista Argentina de Ciencia Política*, *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, *América Latina Hoy* [Salamanca], *Araucaria* [Sevilha], *Análise Social*, *Sociologia Problemas e Práticas e Relações Internacionais* [Lisboa]. Foi membro do comité executivo da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) durante quatro anos.

Com estas técnicas de análise exploratória foi possível perceber o fenómeno e aplicá-lo ao presente estudo. A continuação da tese irá mostrar a combinação destas selecções apresentando os argumentos através destes epílogos.

PARTE III

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PROJECTOS DE INTEGRAÇÃO ALCA E O ACORDO UE-MERCOSUL

CAPÍTULO 1

O INTERESSE DA ALCA PARA O MERCOSUL

A ALCA é muito importante para o Mercosul porque engloba, caso o seu projecto seja concretizado, a maior área de livre comércio do planeta contendo as duas grandes economias do continente americano – a Brasileira e a dos E.U.A. O Mercosul tem tido, ao longo dos anos, o desejo de se afirmar no mundo como um grande bloco económico e como tal vêm reforçando o seu mercado e estabelecendo / negociando acordos com outras associações regionais e países individualmente. A integração dos países Sul-americanos na maior economia do mundo traria vantagens e desafios enormes porque possibilitaria mobilizar todas as sinergias da região para criar empresas competitivas e transacções ininterruptas. O mercado doméstico poderia ser fervilhante e contaria com um potencial de 775 milhões de pessoas (consumidores), um PIB superior a 9,2 triliões de dólares e mais de 20% do comércio mundial (Barbosa, 2000).

1.1 O ESTADO ACTUAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ALCA

A Iniciativa para as Américas, lançada em 1990, pelo Presidente americano (George Bush) demonstrou ser um primeiro sinal de uma mudança drástica que encerrou um ciclo nas relações dos Estados Unidos da América com a América Latina. As motivações americanas tiveram vários factores na sua origem entre os quais se destacam a crescente divisão do mundo em blocos regionais fruto de uma globalização económica e as novas condições políticas e geoestratégicas. As economias, nesta altura, estavam num processo de expansão e a criação de grandes e novas regiões vocacionadas para o comércio supranacional (como no caso da União Europeia) começavam a moldar-se o que daria um novo ímpeto à economia mundial.

A percepção de Bush desta nova realidade levou a que se encetasse um diálogo político para as futuras negociações que visavam a criação de um grande e extenso mercado que abrangia todo o continente americano através da remoção gradual das barreiras comerciais de bens e serviços e também de investimentos. Este projecto que em 1994 seria nomeado como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)

permitiria criar, no tempo, o maior acordo de livre comércio do mundo pondo em prática a ideia de originária de Bush.

As condições do mundo mudaram gradativamente⁸⁶, desde então, e o sucesso do projecto da integração europeia⁸⁷ e a explosão de acordos comerciais semelhantes em todo o mundo⁸⁸ para conseguirem uma maior dinamização comercial tornavam urgente o avançar da ALCA. Os ganhos, com a constituição deste bloco, melhorariam o nível de vida dos americanos e de todo o continente aumentando a eficiência e permitindo ganhos de escala nos aparelhos produtivos nacionais. Os Estados Unidos não queriam ficar à margem desta nova forma de estruturação do mundo de forma a acompanharem e a liderarem, se possível, este passo inovador tentando através do projecto sossegar os Sul-americanos quanto ao seu enquadramento nas relações internacionais. Com estas relações tenta-se dar garantias de um estreitamento das relações comerciais, com a região, em relação a um futuro incerto face à concretização do projecto NAFTA que beneficiou, em muito, o México. (Vigevani e Mariano, 2001) *A Iniciativa para as Américas* acabou, também, com a renegociação das dívidas externas da América Latina marcando uma nova fase em que a agenda do narcotráfico, emigração ilegal e dos direitos humanos foi substituída pela reciprocidade em vez do unilateralismo e não se concebia mais as relações entre o Norte e o Sul como de assistencialismo mas sim de cooperação em que a cota de responsabilização era colocada nos dois lados do continente. Com esta mudança face à América Latina existiram aspectos que foram refinados por parte dos Estados Unidos e dos parceiros latino americanos. A América do Sul sobre a perspectiva de entrar no mercado competitivo dos Estados Unidos estava disposta a adoptar políticas neo-liberais e a ter boas práticas de governação (good governance) enquanto os Estados Unidos, pela primeira vez na sua história de acordos comerciais, assumiram a responsabilidade da criação deste acordo pela sua importância económica⁸⁹. A iniciativa foi bem acolhida na América do Sul que a encarava como um passo muito encorajador para o desenvolvimento das relações entre os dois pontos do continente e era a melhor estratégia desde Kennedy quando lançou a Aliança para o Progresso⁹⁰.

86 Com a dissolução da URSS que tinha moldado a política americana desde a II Guerra Mundial com a atenção voltada para a bipolarização

87 Com o fim da Guerra Fria e a superação da eurosclorose, na década de 80

88 Possíveis pela difusão do liberalismo e pelas condições de paz através da negociação dos conflitos beligerantes e a restauração das democracias na América Latina, na década de 90

89 Sempre que negociavam acordos do género esperavam que as despesas recaíssem sobre os parceiros (foi assim com o NAFTA e com a APEC).

90 Nesta altura a motivação era essencialmente estratégica para que não tivessem o mesmo desenrolar de Cuba, nos anos sessenta

A conclusão do projecto ALCA foi calendarizada para o ano 2005 na Cimeira de Miami, em 1994, onde mais de trinta chefes de estado se reuniram⁹¹. Com a tomada de posse de Bill Clinton deu-se vigor à ideia lançada na anterior administração acrescentando a estratégia dois eixos centrais. O aprofundamento e alargamento dos acordos, já existentes na região, juntamente com o acelerar das liberalizações comerciais que permitiam a prazo a conclusão da ALCA eram os eixos. Em Denver, um ano depois, os presentes afirmaram a sujeição da ALCA aos princípios orientadores da OMC e do regionalismo aberto e que a integração hemisférica seria baseada num conjunto de direitos e obrigações através do single undertaking. Foram estabelecidos sete grupos de trabalho para proporcionar então a abertura comercial necessária e mais tarde, em 1996, acrescentou-se mais quatro na *Cimeira de Cartagena das Índias*. Desde cedo se notou uma diferença de posições entre o Brasil e os Estados Unidos da América quanto ao modelo a seguir e a forma de hierarquizar a futura estrutura do bloco numa organização. As negociações económicas seriam feitas individualmente com cada país sendo que os novos aderentes teriam que aceitar desde o início as obrigações e direitos decorrentes do processo até lá iniciados com a ALCA. Os Estados Unidos tentaram fazer valer a sua posição acerca da integração hemisférica que deveria ser baseada no modelo do NAFTA mas o Brasil rejeitou tal ideia por dar importância aos mecanismos já desenvolvidos na integração da América Latina. O reforço destes mecanismos é uma posição crucial para a política externa brasileira pois sabe que sem os mesmos estarem consolidados de pouco valem na mesa das negociações. Como contrapartida do projecto inicial dos Estados Unidos, de um alargamento do NAFTA, o Brasil propôs a entrada individualmente ou em bloco (agrupamentos regionais) na ALCA e com voz activa quanto ao futuro papel na arquitectura da organização. Com esta saída airosa garantia-se que as duas posições, tanto a dos Estados Unidos como a do Brasil, eram garantidas pelo alargamento por duas vias⁹². (Sanchez, 2005). O processo de negociações até aqui ainda estava muito ténue porque não foi encontrado um processo norteado nem datas para a concretização das várias etapas. Segundo o Mercosul devia-se percorrer a simplificação dos negócios e a discussão de acesso aos mercados em três etapas a iniciarem-se em 2003. Os americanos queriam uma agenda mais rápida e mais abrangente.

91 À excepção de Cuba

92 A NAFTA podia ser alargada segundo a perspectiva americana mas a entrada em bloco de países latino-americanos reforçava a sua estratégia enquanto bloco

Com a reunião Ministerial de Belo Horizonte, em Maio de 1997, ficou decidido que as negociações teriam início em Santiago do Chile, em Março do ano seguinte. Nesta reunião voltou a mostra-se preocupação por um dos primados iniciais que levantaram dúvidas aos países da América latina sobre a necessidade de proteger as economias mais fracas da região através de planos de modernização das mesmas. No que toca á arquitectura ficou definido que os três órgãos que promoveriam o avanço da ALCA seriam: as Reuniões de Ministros⁹³ e os Grupos de Trabalho⁹⁴. As presidências são semestrais e rotativas, entre todos os países, sendo que durante esse período acolhe também a reunião ministerial e preside ao Comité de Negociações Comerciais. Com o Foro Sindical de los Trabajadores de las Américas em Belo Horizonte (1997) conseguiu-se inculcar os direitos sindicais nas negociações como o *combate ao trabalho escravo e infantil, discriminação racial, direito á organização sindical e direito à organização colectiva dos trabalhadores*.

Na II Cimeira das Américas, em Santiago do Chile (de 8 a 19 de Abril de 1998), os países negociaram estratégias em áreas de influência alargada como a: *democracia, educação, pobreza e luta contra o narcotráfico*. A Declaração de Santiago reforça esta posição por querer resolver problemas sociais, políticos e económicos como, por exemplo, o acesso à educação primária a todos os jovens, a sua permanência no sistema educativo e o reforço da democracia, justiça, direitos humanos, erradicação da pobreza e discriminação. O processo tem sido marcado pela vagarosidade sendo que a finalização, prevista para 2005, não foi atingida. Só com a Cimeira de Miami (1998) se definiu a arquitectura e as mesmas só viram resultados práticos em 1999 com algumas medidas que propunham a facilitação dos negócios. As posições antagónicas (sobretudo dos Estados Unidos com o Brasil) entre os países ricos e pobres, com a exigência dos primeiros a uma maior abertura em áreas de produtos com grande valor acrescentado e dos países pobres de sectores primários, levaram a quase estagnar o processo. O governo presidido por George W. Bush também não deu um grande impulso às negociações porque as suas prioridades estavam fora do continente americano e a procura da hegemonia unilateral americana no mundo não facilitaram o processo. O Brasil e o seu crescente poder de influência global levou a que este mediasse as

93 Tinha como responsabilidade acompanhar e estabelecer as metas das negociações com um carácter político. Faz a supervisão e direcção das negociações e reúne-se a cada 18 meses pelo menos, o Comité das Negociações Comerciais é composto pelos Vice-Ministros do Comércio e reúne-se a cada semestre sendo que cabia a si implementar as decisões ministeriais e orientar as negociações

94 Com as reuniões de Denver e Cartagena criaram-se 11 grupos de trabalho para a liberalização comercial: acesso a mercados, procedimentos aduaneiros e regras de origem, investimento, normas e barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, subsídios antidumping e direitos compensatórios, economias menores, compras governamentais, direitos de propriedade intelectual, serviços e política de competência e mais tarde criou-se o grupo sobre solução de conflitos

negociações mais de perto impondo a sua visão de que teria que haver respeito pelo desenvolvimento integracionista Sul-americano e abertura aos interesses dos países mais pobres⁹⁵. Assim na sétima reunião ministerial reiterou-se que: “... *Os acordos bilaterais e sub-regionais podem coexistir com a ALCA, na medida em que os direitos e as obrigações sob tais acordos não estejam cobertos ou excedam os direitos e obrigações da ALCA.*”⁹⁶ O Brasil coloca o ónus da culpa, pela paralisação das negociações, nos Estados Unidos por este ter demorado em cumprir o fast track. Existiu um esfriamento das negociações a partir da quarta Cúpula das Américas (Novembro de 2005) na cidade Mar del Plata, na Argentina.

Com a Presidência Obama, segundo Hillary Clinton, existe um comprometimento em celebrar acordos de livre comércio com vários países Sul-americanos (a Colômbia e o Panamá, por exemplo) sendo a estratégia delineada a de colocar pressão sobre o Brasil para que este seda às pretensões Norte-Americanas⁹⁷. A incerteza sobre o futuro é muita mas a posição brasileira é importante no processo e actualmente com as eleições no país Lula defende claramente a integração Sul-americana atacando Serra pelo seu favoritismo à ALCA⁹⁸. A negociação do acordo do Mercosul com a União Europeia pode determinar o sucesso ou não da ALCA por despertar o interesse dos Estados Unidos na região e o favoritismo de cada um dos países.

1.2 O PESO ECONÓMICO

A importância económica da ALCA para o Mercosul é grande porque os Estados Unidos e o Canadá são dois parceiros estratégicos desta economia mas o contrário não é verdadeiro. O comércio do Mercosul dentro da ALCA terá variações pouco significativas se comparado com a União Europeia mas mesmo assim no sector de tecnologias de ponta o Mercosul encontra mais vantagens na ALCA pelas empresas que já estão instaladas no continente serem, na sua maioria, de nacionalidade americana no que toca às transnacionais. O comércio é sempre favorável, segundo as teorias liberais, no que concerne ao livre comércio pois cada país especializa-se no que é mais competente em produzir e compra aquilo em que no seu território sairia mais caro

95 Sem este entendimento não existiria acordo porque a economia dos EUA é que é verdadeiramente importante para os Estados Unidos da América

96 Declaração Ministerial de Quito, 1 de Novembro de 2002, item 5.

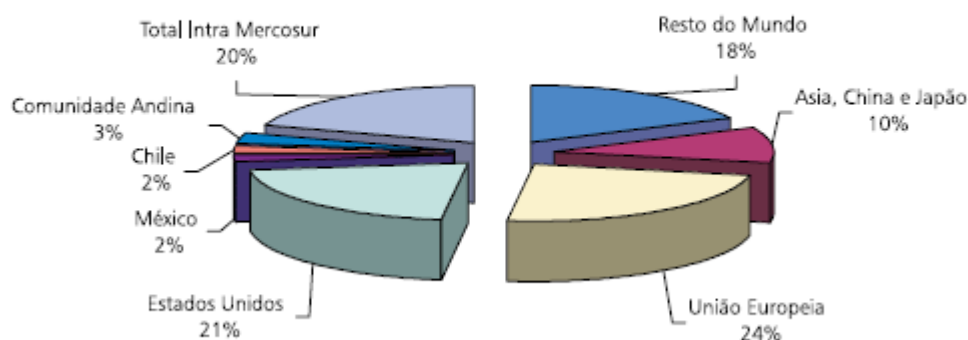
97 Para mais informações consultar o site <http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=326956> (acedido em 02/04/2010)

98 Ver o site da Globo Economia <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/05/12/hillary-obama-esta-comprometido-com-acordos-de-livre-comercio-916562166.asp> (acedido em 02/04/2010)

fazer⁹⁹. A pressão dos diversos sectores da sociedade, nos quais se destaca os trabalhadores e os empresários, sobre a arena política faz muitas vezes prolongar entendimentos que seriam vantajosos para o comércio mas que teriam que levar a grandes ajustamentos e destruir muitas empresas enquanto as novas empresas a nascerem, no futuro, levariam tempo. Tem sempre que se passar por um período de ajustamento nestas ocasiões. Como não se pode medir, com precisão, os efeitos do comércio com a concretização da ALCA é importante estudar os indicadores macroeconómicos que nos dão uma ideia de como tal mercado vai influenciar as economias regionais assim como os factores que limitam as negociações e os motivos que justificam tais posições estratégicas.

O Mercosul tem uma grande importância seio da América Latina no que toca à atracção do *Investimento Directo Estrangeiro* pois conta com 70% do território da América Latina, 64% da população e mais de 50% do PIB (é superior a 1 trilhão de dólares). Em 2003 exportou cerca de 120 milhões de dólares e importou mais de 88 mil milhões de dólares. A sua participação no comércio mundial atingiu os 2,9% na década de 90¹⁰⁰. O mercado europeu e dos Estados Unidos são vitais para o Mercosul porque as suas exportações repartem-se quase hegemonicamente (50%/50%) para os dois mercados embora com diferenças quanto à componente de valor agregado que é maior para o mercado americano. Segundo podemos observar no gráfico nº 1, abaixo, no ano 2000 as exportações do Mercosul dirigiram-se em 24% para a UE e 21% para os E.U.A.

Gráfico 1
Distribuição Geográfica das Exportações do Mercosul (2000)



Fonte: <http://www.mercosul.gov.br/textos>

99 Concentrando as suas sinergias nas indústrias para as quais a sua economia está vocacionada

100 Fonte: In <http://www.mercosul.gov.br/textos>

A ligação histórica do Mercosul à União Europeia é um ponto favorável à concretização de negócios entre os dois blocos porque, segundo o reconhecimento da própria UE, possibilita a existência de interesses comuns que devem ser ampliados. As comunidades portuguesas, espanholas e alemãs são importantes nestes territórios e o crescimento dos fluxos financeiros com a entrada de Portugal e Espanha na UE não é pura coincidência. O fortalecimento do Mercosul tal como pretende o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (ao contrário da União Europeia) não favorece os Estados Unidos porque lhes retira poder negocial (político e económico) que detém quase que exclusivamente sobre a região. O IDE americano começou a dirigir-se em números mais expressivos para a América Latina em virtude dos programas de estabilização económica, altas taxas de crescimentos de alguns países do Mercosul (Brasil, por exemplo), investimento na modernização da economia em infoestruturas e a privatização das empresas estatais. Entre 1990 e 1997 os Estados Unidos investiram no Mercosul uma média de 4.418 biliões de dólares¹⁰¹. Os Estados Unidos olham para a América Latina como um todo, através dos seus tratados comerciais, porque menos de 50% do investimento vai para o Mercosul. Esta postura está alicerçada na convicção da conclusão da ALCA. Por sua vez, a União Europeia escolheu o Mercosul como interlocutor privilegiando na região por destinar para lá mais de 53,2%¹⁰² do investimento e estabeleceu uma parceria estratégica com o Brasil na cimeira portuguesa da União Europeia.

Só a criação do Mercosul teve um efeito notável nas trocas comerciais entre os países membros que aumentou de 5,1 mil milhões de dólares, em 1991, para 20,5 milhões de dólares, em 1997 - quadruplicou em sete anos. O comércio entre os países do bloco, no ano 2000, já representava 20% do comércio total do bloco potenciando as economias de escala regionais.¹⁰³ O Mercosul demonstrou ter a intenção de se alargar a toda a sub-região desde cedo assinando em 1996 acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia que ficaram como membros associados. Em 2003 obteve o estatuto de membro associado o Peru e em 2004 a Venezuela, o Equador e a Colômbia. Em 2004 estabeleceu-se um acordo de livre comércio com a Comunidade Andina e em 2000 iniciou-se negociações com o México. Mesmo Cuba, marginalizado pelos Estados Unidos, apresentou um pedido para um acordo comercial.

101 Fonte: CIA

102 Fonte: CIA

103 103 Fonte: <http://www.mercosul.gov.br/textos>

Com a concretização da ALCA a dinamização comercial do continente seria extraordinária com 775 milhões de consumidores, um PIB superior a 9,2 triliões de dólares e mais de 20% do comércio mundial (Barbosa, 2000).

As vantagens do livre comércio com o Mercosul são grandes para os países desenvolvidos da ALCA mas face ao projecto europeu os países Latino-Americanos perdem em volume de negócios. Temos de ter em mente que se para os países Sul-Americanos os Estados Unidos e o Canadá estão no topo da sua lista de parceiros comerciais o mesmo não se passa se invertermos as posições. Segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas e como se pode observar no quadro nº 1, que vem mais à frente, com a conclusão da ALCA o comércio argentino teria uma variação negativa de -0,34 do comércio realizado mas com a UE passa-se o contrário porque aumentaria mais de 6% (é mesmo a economia mais beneficiada do Mercosul¹⁰⁴). No caso do Brasil existiria uma variação de pouco mais de 1% nas exportações o que no caso europeu é superior a 3,5%. Com estes valores vemos que existe pouco interesse sobre o efeito da dinamização para as economias Sul-Americanas (é negativo para a Argentina e menos de metade para o Brasil comparativamente com a UE) Para as economias desenvolvidas do norte é um mercado interessante em muitas matérias

Quadro 1

Efeito previsto de um Acordo de Livre Comércio Mercosul – ALCA¹⁰⁵

	Variação do Comércio (%)	Variação do PIB (%)	Ganhos Líquidos
Argentina	- 0,34	0,68	-0,4
Brasil	1,09	2,08	1.498,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Brasil, 1998

O sector agrícola, um pilar importante do comércio Latino-Americano, teria uma contracção com a entrada do Mercosul na ALCA assim como os recursos naturais, maquinaria e equipamento mas este efeito seria menor do que no caso europeu. No caso da ALCA existiria mais vantagens na indústria manufactureira comparativamente com a

¹⁰⁴ Esta conclusão não deixa de causar algum espanto face ao relacionamento político que existe entre Washington e Buenos Aires que é muito bom e a política externa argentina orienta-se para os Estados Unidos e não para a União Europeia.

¹⁰⁵ Em milhões de dólares e em percentagem

União Europeia¹⁰⁶. Segundo um outro estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Económicas Aplicadas)¹⁰⁷ que analisou dezanove sectores das economias da região concluiu-se que existiria um impacto negativo com a liberalização comercial da ALCA para o Mercosul. O comércio entre os países do Mercosul foi potenciado em larga escala gerando níveis de comércio animadores porque não existiam barreiras ao comércio em muitas áreas mas com a ALCA esses benefícios seriam diluídos, possivelmente até 2015, a todo o continente americano beneficiando os outros países do continente. O impacto regional das trocas comerciais causará uma grande alteração das trocas perdendo-se cotas de mercado para países como o México, Estados Unidos e Canadá. As vendas do Paraguai, Uruguai e Argentina, como podemos ver no quadro 2, vão cair em média 3,1% face ao actual fluxo de comércio para o Brasil.

Quadro 2

Impacto da ALCA nas Vendas do Mercosul ao Brasil¹⁰⁸

Produtos animais	-0,6
Produtos vegetais	-2,7
Gorduras e óleos	-0,2
Alimentos e bebidas	-3,5
Produtos minerais	-2,0
Produtos químicos	-3,9
Plásticos e borrachas	-4,6
Couros e peles	-0,7
Madeira	-0,9
Papel e celulose	-2,7
Produtos têxteis	-1,4
Calçados	-2,6
Pedras e cerâmica	-2,5
Artigos de joalheria	-2,1
Ligas de metal	-4,1
Máquinas e equipamentos	-5,1

106 Esta diferença explicasse sobretudo pelo papel das multinacionais presentes no Mercosul que são em maior número americanas potenciando as relações continentais, as europeias são expressivas mas não tem fomentado um volume tão grande de negócios.

107 Ver a Gazeta Mercantil Latino Americana, nº 207, 17-23/04/2000 p.3

108 Variações em percentagem sobre o comércio actual

Equipamentos de transporte	-6,2
Instrumentos de precisão	-6,6
Armas e munições	-1,0
Média	-3,1

Fonte: IPEA; Gazeta Mercantil Latino-Americana, nº 207, 17-23/04/2000

Apenas no que respeita ao sector alimentar¹⁰⁹ os países do Mercosul podem perder 7% do mercado brasileiro que detêm actualmente para os países concorrentes do continente. Outros sectores extremamente afectados serão o dos Plásticos e borrachas (4,6%), ligas de metal (4,1%), químicos (3,9%) e papel e celulose (2,7%). O IPEA argumenta que as economias do Mercosul devem modernizar as suas indústrias para fazer face a este novo cenário de competitividade. Uma forma de amenizar o impacto drástico da ALCA é abrir gradualmente o mercado prolongando no tempo a data e deixando margem de manobra às indústrias para fazerem os ajustamentos necessários. Os Estados Unidos têm uma postura que concorda com uma liberalização automática, em quase todos os sectores, sendo mais liberais pelos dados económicos favoráveis apresentados atrás.

Fazer previsões correctas dos impactos financeiros e económicos decorrentes de um processo de integração regional é impossível, os efeitos só são visíveis em toda a sua plenitude com a própria integração, mas podemos fazer estimativas e estas que foram obtidas não muito estimulantes para os países Latino-americanos.

1.3 A COMPONENTE POLÍTICA

A ALCA não tem só benefícios económicos mas também políticos porque embora seja diferente do modelo europeu¹¹⁰ uma integração económica tem sempre que ter, em alguma medida, uma cooperação política e basear-se em sistemas políticos estáveis e de preferência democráticos¹¹¹. As democracias Sul-Americanas estão num processo político de estabilização e consolidação relativamente recente. Com a ALCA e as oportunidades que a mesma trás seria um incentivo adicional a que cada país fizesse mudanças¹¹².

¹⁰⁹ Produtos animais, produtos vegetais, gorduras e óleos, alimentos e bebidas.

¹¹⁰ Este optou também por um aprofundamento político

¹¹¹ Avalie-se a este respeito a cotação dada pelos investidores a países democráticos e não democráticos

¹¹² Os candidatos têm que estar em consonância com os critérios firmados em Copenhaga em 1993:

Muito já foi percorrido nas negociações desde a ideia lançada pelos Estados Unidos, em 1994, na Cúpula das Américas em que foi assinada a *Declaração de Princípios* assim como o *Plano de Acção*. O mercado deveria ter sido concluído até 2005 o que não aconteceu. Com a sua finalização será criada uma vasta área de livre comércio hemisférico e abolindo as barreiras comerciais entre os 34 países americanos, à excepção de Cuba. Com o fracasso da conclusão do mercado até 2005 entendeu-se que se devia prolongar o prazo por mais sete anos, a contar daquela data. O mercado, a ser criado, é ambicioso e em termos políticos tem algum significado porque ultrapassa a União Europeia em termos de soft power no mundo conferindo assim um peso grande aos países americanos nas negociações comerciais a nível mundial. Com a conclusão do mercado da ALCA este terá um PIB de 12.600 triliões de dólares (2 triliões a mais que a União Europeia) e a sua população será de 825,3 milhões de habitantes (o que é mais do dobro da população da União Europeia)¹¹³.

O governo de Bill Clinton ainda tentou conseguir uma solução airosa para a ALCA até 2005 ao propor que na falta do acordo final da ALCA entraria em vigor os acordos parciais existentes mas tal não foi possível porque o Congresso americano não autorizou o fast track. Seria apenas com o Presidente George W. Bush que tal autorização seria concedida.¹¹⁴ Os encontros para as negociações económicas têm se desenvolvido ao nível político organizado pelo *Comité de Negociações Comerciais da ALCA*¹¹⁵. Numa primeira fase o órgão da Presidência, outro importante elemento das negociações comerciais (ao mais alto nível político), era exercido a cada dezoito meses por um determinado país dos trinta e quatro que poderiam vir a formar a ALCA, no final desse período de tempo era realizada uma *Reunião Ministerial* para concluir a presidência.

Os acontecimentos recentes mostram bem o grau de dificuldade em que decorrem as negociações pois o *Secretário de Comércio dos Estados Unidos* afirmou

– Estabilidade das instituições, de forma a garantir a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito pela defesa das minorias.

– Existência de uma economia de mercado funcional e capacidade de responder às pressões competitivas e forças de mercado dentro da comunidade.

– Capacidade de assumir as obrigações que a filiação implica, inclusive o cumprimento das metas de uma união política, económica e monetária. Além disso, efectividade administrativa para aplicar e pôr em vigor o acervo comunitário (acquis communautaire), isto é, os direitos e as obrigações vinculativas para todos os países-membros.

113 Fonte: CIA

114 No mandato de 2002 a 2005 começando-se a acelerar as negociações comerciais a partir daí na pessoa de Robert B. Zoelick (secretário da United States Trade Representative).

115 Este comité é responsável pelas áreas de acesso a mercados, agricultura, compras governamentais, investimentos, políticas de concorrências, direitos de propriedade intelectual, serviços, solução de controvérsias, subsídios antidumping e medidas compensatórias

que o mercado externo alcançado pelos Estados Unidos, nos últimos anos, teria que ser consolidado ajuntando potenciais benefícios para as famílias e empresas americanas.

O projecto ALCA, neste momento, está em cima da mesa das negociações políticas entre os diversos candidatos a Presidente do Brasil e nos holofotes da imprensa. O governo Lula sempre tentou uma estratégia de fortalecimento sub-regional do Mercosul para conseguir uma inserção na economia mundial do Brasil e ganhar maior relevância política face ao gigante político americano. Nos últimos anos a estratégia adoptada deu frutos, contra a previsão de alguns políticos brasileiros e, as exportações aumentaram muito para o Mercosul sendo largamente benigno em termos comerciais ao Brasil. A influência regional brasileira aumentou bem como a sua consolidação cultural e diplomática que une os países da região. Todo o Mercosul foi beneficiado com esta visão política porque conseguiu um mercado importante que compreende as dificuldades das economias que o rodeiam. A Argentina foi amplamente favorecida ao tornar-se no terceiro mercado mais importante para o Brasil a seguir aos Estados Unidos da América e União Europeia - graças ao Mercosul que de outra forma não seria possível, nesta expressão numérica. Neste momento crucial da economia brasileira e do Mercosul, pela sua mediatização no exterior, uma escolha pelo mercado sub-regional em detrimento do avanço rápido da ALCA tem fundamentações económicas e políticas porque a competitividade é suportável de forma mais amena para as indústrias dos países do Mercosul e os elos de afectividade e coesão social da região são conseguidos. Seria bom separar os argumentos políticos dos económicos pois para se fazer uma avaliação correcta do potencial da ALCA têm que ser analisados e ponderados os benefícios e variações económicas decorrentes do mercado. Não se pode, contudo, ser ingénuo ao pensar que são só os argumentos económicos que estão presentes em cima da mesa pois na cabeça dos negociadores também está presente o ideal óptimo para cada economia e para os sectores estratégicos em que não exista dano (ou para que este seja o menor possível). A abertura pela simples abertura não é pensada nestes termos mas sim o ponto de equilíbrio possível e desejável. Neste contexto é bom salientar que para os norte-americanos a extensão da NAFTA à ALCA passa pelo simples derrubar das barreiras tarifárias a todo o continente mas para o Mercosul não é assim pois, para estes mercados as barreiras do mercado americano já não são elevadas (ao ter uma política liberal) mas têm outros instrumentos de restrição mais subtis que passam por medidas fitossanitárias e apoios económicos que, aqui sim, são verdadeiros

obstáculos que podem por em causa aparentes benefícios para as economias Sul-americanas. Um diálogo político seria urgente para eliminar estes receios.

Na campanha presidencial brasileira, a maior economia do Mercosul, declarações políticas do ex-governador José Serra vieram trazer á ribalta o projecto ALCA porque o candidato assumiu-se pró-ALCA e contra o Mercosul, nos moldes em que este se encontra.¹¹⁶ Segundo José Serra seria necessário um retrocesso das negociações e um menor nível de aprofundamento.¹¹⁷ O candidato quer uma maior flexibilização do Mercosul ao baixar a sua integração de União Aduaneira para apenas um Acordo de Livre Comércio. Em virtude das muitas críticas recebidas a este pensamento de Serra que disse que o Mercosul era uma farsa, a sociedade brasileira e a América-latina mostraram-se indignadas¹¹⁸ sendo o candidato obrigado a amenizar, aparentemente, a sua posição mas não voltou completamente atrás nas suas opiniões¹¹⁹. Serra considera que o Mercosul não permite uma estratégia comercial do Brasil mais arrojada por impedir que firme acordos directamente com as principais potências como os Estados Unidos e a União Europeia. Segundo um especialista em Ciência Política pela USP, Renato Martins, a flexibilização do Mercosul é na verdade um regresso à discussão do projecto ALCA que criaria um mercado imenso - extensível a todo o continente americano¹²⁰ Muitas pessoas acusam a direita brasileira de se vender aos ideais americanos citando para tal o exemplo das organizações globo que chegaram a defender a posição americana no contencioso do algodão contra o Brasil. A recente reunião entre a União Europeia e o Mercosul pode ter alguma influência no reabrir desta discussão e a disputa do mercado do Mercosul é mais acirrado entre os gigantes económicos envolvidos. Para o Mercosul é importante avaliar bem as consequências políticas da posição que vai adoptar pois esta influenciará determinantemente o seu futuro.

A cooperação política entre o NAFTA e o Mercosul para a criação da ALCA tem sido grande, nos últimos anos, pois com o falhar das negociações na OMC existe a

116 Para mais informações consultar o site: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/proximo-presidente-tera-de-reconhecer-a-paralisia-do-mercosul> (acedido em 26/09/2010)

117 Esta posição do PSDB não é nova porque um Senador tucano, em eleições anteriores, chegou mesmo a afirmar que a ALCA seria feita mesmo sem o Brasil com privilégios para o México e um isolamento económico do Brasil. Este cenário não se concretizou e o comércio brasileiro cresceu muito nos últimos anos ao apostar numa diversificação de mercados.

118 Na Argentina foi comentado por dirigentes políticos anunciando que o Mercosul é altamente vantajoso para o comércio brasileiro e um retrocesso criaria desunião na região e falta de lealdade e sentimentos de solidariedade do Brasil para com os seus aliados naturais

119 Mostra-se pró-ALCA e a favor de um ajustamento do Mercosul

120 Fonte: <http://www.somosmercosur.net/general/la-opinion-de-renato-martins-sobre-las-declaraciones-de-serra-%C2%BFcuales-son-las-implicancias-de-flexibilizar-el-mercosur.html> (consultado em 04/06/2010)

necessidade da criação de laços comerciais particularizados. O continente americano é um mercado natural, em termos de território, sendo uma excelente oportunidade para suprimir esta lacuna. Com vários órgãos já formados e uma estrutura política organizada em moldes burocráticos para discutir estes assuntos vai tomando forma o potencial mercado da ALCA embora o futuro seja incerto pelo proteccionismo que é levado a cabo por cada um dos mercados contra o futuro projecto de incorporação da ALCA.

1.4 AS CONTRIBUIÇÕES DOS DIVERSOS ACTORES PARA A FORMAÇÃO DA ALCA

A formação da ALCA é um passo importante para todos os países do continente americano mas as especificidades ligadas a cada país são um entrave às negociações para além das tradicionais divergências entre o Norte e o Sul. A criação de um mercado amplo em muito agrada a países com um forte pendor exportador como os Estados Unidos da América e Canadá mas faz com que haja a necessidade da criação de um fundo que permita acelerar a modernização das economias dos países Sul-americanos. Cada processo de integração sub-regional tem aspectos próprios que implicam uma negociação por partes mas também tem a vantagem de uma maior dinamização das relações com determinada região implicarem pressão sobre as outras. O esquema de parcerias e liberalizações económicas pode favorecer o aprofundamento do Mercosul se não levar em conta as pretensões do bloco. O falhanço de uma decisão conjunta no continente potencia as ligações económicas à União Europeia. É interessante conhecer cada posição dos países envolvidos face a este projecto.

- A Comunidade Andina

A Comunidade Andina tem uma grande dependência face ao comércio realizado com os E.U.A. expresso nos números das suas exportações e importações respectivamente de 45% e de 35%¹²¹, nesta mesma ordem. O Brasil firmou um acordo de preferências tarifárias com o bloco, desde o ano 2000 e, existe uma grande expectativa, de parte a parte, em relação ao aumento do volume de comércio com o Mercosul que tal acordo pode gerar. O Brasil é um dos grandes impulsionadores da economia regional uma vez que é o motor económico da América Latina. Em 8 de

¹²¹ Fontes: CIA

Dezembro de 2004 a Comunidade Andina e o Mercosul decidiram assinar a *Declaração de Cuzco* que consolidou o objectivo de unir a Comunidade Andina ao Mercosul através da União dos Países Sul-Americanos com a criação de uma zona de livre comércio continental. Num regime especial que visa a diminuição do tráfico de droga e a implementação de medidas contra estas actividades ilegais a Bolívia, o Equador e o Peru estão contempladas com preferências tarifárias aprovadas pelo congresso Americano. (Morais, 2000). Os países da Comunidade Andina olham para o projecto da ALCA com optimismo desejando participar activamente da mesma desde que as suas aspirações, quanto ao reconhecimento da vulnerabilidade das suas economias através de cláusulas e excepções, sejam atendidas. Estes países defendem que existem muitas assimetrias entre as várias economias do bloco e que, portanto, o processo terá que ser gradual e contemplar um tratamento distinto em função da conjuntura económica de cada país.

- O Chile

O Chile é um país singular na América Latina no que toca à sua inserção na economia mundial. É um dos países mais abertos às economias externas tendo tal modelo sido pensado por Pinochet que acelerou as privatizações do país aconselhado pelos denominados “Chicago Boys” - um grupo de economistas pós-graduados em universidades dos Estados Unidos.

O país não é um parceiro preferencial dos E.U.A. mas tem condições sólidas para obter uma integração mais fácil na ALCA e até mesmo na NAFTA, desde já, não tivesse o problema do fast-track americano arrastado esta inserção. O país soube negociar, nos últimos anos, acordos bilaterais de livre comércio com muitos países e associações regionais permitindo a sua liberalização económica através da abolição de restrições ao comércio sem contudo assumir compromissos preferenciais. A abertura comercial é um elemento intrínseco à economia Chilena pois esta assinou diversos tratados de livre comércio com os E.U.A. e a Coreia do Sul e negocia acordos nos mesmos moldes com a China, Rússia e Japão. Os acordos além da liberalização comercial também estabelecem regras para o sector dos investimentos e propriedade intelectual. Com a democracia o Chile conheceu uma economia moderna que permitiu melhorar, entre tantas outras coisas, a pobreza diminuindo de 39% para 20% e a

educação¹²² mas o nível de desigualdade social aumentou estando o país em 15^a no rating mundial¹²³. A abertura comercial foi encetada, sobretudo, fora da região Sul-Americana porque o nível de proteccionismo da região era maior que a Chilena e também as contrapartidas não se mostravam atraentes embora existam acordos comerciais. O Chile é um membro-associado do Mercosul mas não de pleno direito adoptando apenas algumas preferências comerciais e é um simples observador da Comunidade Andina. (Anderson e Smith, 1997)

O Chile como membro da APEC tem uma relação bastante forte com a região pois tem acordos importantes com esta associação regional sendo que a sua relevância económica é descomunal: os 21 membros são responsáveis por 47% do comércio mundial e tem os E.U.A. e a China como associados. Esta associação engloba um terço da população mundial (2650 milhões de pessoas) e o seu PIB é de 60% do PIB mundial (aproximadamente de 19000 Biliões de dólares).¹²⁴ O Chile está próximo de aderir, formalmente, ao projecto do Mercosul e tem acordos com vários países Sul-Americanos assim como com o Canadá. A sua possível inserção na ALCA é vista como um passo natural no desenrolar das opções estratégicas tomadas para a economia chilena.

- O Canadá

A economia canadiana tem uma importância relevante para o continente americano porque é a segunda economia do continente, em termos de grandeza e, o principal aliado dos E.U.A. na região. O PIB do país é de 1,077 triliões de dólares sendo o 11º no ranking mundial e o seu PIB per capita ascende a 34 273 dólares (7ª maior do mundo)¹²⁵. O comércio realizado com exterior é marcante para o desempenho favorável da economia sendo que o Canadá tem uma estrutura altamente competitiva que beneficia do tratado FTA (Acordo de Livre Comércio dos Estados Unidos e Canadá) desde 1989 e da NAFTA desde 1994¹²⁶. Esta série de acordos, complementa uma postura agressiva no comércio, com outros laços comerciais criados entretanto tornando o Canadá numa potência económica integrada perfeitamente no mercado americano com relações fortes em vários países Sul-americanos. (Medeiros, 1998) A economia do

122 É interessante que 90% da população completa o segundo grau

123 "Chile: low intensity democracy", in Social Watch Report 2004: Fear and Want, Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 144 p

Chile: low intensity democracy in Social Watch Report 2004: Fear and Want, p 144 Montevideo: Instituto del Tercer Mundo

Dados consultados no site da APEC <http://www.apec.org/> (acessado em 11/04/2010)

124 Dados consultados no site da APEC <http://www.apec.org/> (acessado em 11/04/2010)

125 Dados consultados no site: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html> (acessado em 08/04/2010)

126 Para mais informações sobre a evolução económica do Canadá nos últimos anos consultar o anexo 5 e 2.

Canadá consegue exportar mais de metade do que produz daí a necessidade de estabelecer parcerias económicas para aumentar o seu mercado interno que é reduzido para as ambições das indústrias nacionais. O aprofundamento de laços económicos com países terceiros, sem ser com os E.U.A., abre novas perspectivas para uma economia exigente até agora um pouco dependente do mercado americano. A perspectiva da ALCA, a prazo, leva o Canadá a consolidar as suas relações económicas com os países Sul-americanos aproveitando a sua posição consistente sobretudo em bens e serviços com um alto valor agregado.

O Canadá é um grande defensor do livre comércio e as suas relações com a América latina não são ténues pois em 1999 firmou um acordo com a Comunidade Andina na área do comércio e investimentos com a finalidade de estabelecer uma total liberalização comercial, encetou um acordo de livre comércio com o Chile e tentou estabelecer negociações para uma aproximação comercial ao Mercosul¹²⁷. O Canadá e os Estados Unidos são dois parceiros económicos, no continente americano, que em virtude das suas vantagens competitivas, por terem uma pauta comercial baseada em produtos e serviços de alto valor agregado querem conseguir uma liberalização comercial ambiciosa com o firmar da ALCA estendendo os benefícios da produção em escala a todo o continente americano.

- América Central e o Caribe

A América Central e o Caribe têm diversos processos de integração em curso, conforme a região em particular, sendo o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) exemplos da integração sub-regional. Os processos de integração miram criar um mercado comum no caso do Caribe e uma união económica na América Central conforme o previsto no *Protocolo de Guatemala* (Artigo 1: “Los Estados Parte se comprometen a ALCAnzar de manera voluntaria, gradual, complementaria y progresiva la Unión Económica Centroamericana cuyos avances deberán responder a las necesidades de los países que integran la región, sobre los siguientes fundamentos:...”¹²⁸) para Alcançar uma coesão social na região. Os objectivos propostos são, porventura, um pouco ilusórios se tivermos em conta o nível de desenvolvimento das economias que ainda se baseiam muito no sector primário colocando em causa o *Protocolo da Guatemala* e o *Tratado de Chaguaramas* que tem

¹²⁷ Foram, em parte, satisfeitas pelas negociações bem sucedidas deste bloco comercial com a NAFTA.

¹²⁸ Para mais informações consultar o Tratado na íntegra no anexo 7.

objectivos até bastante estruturados quanto á integração regional.¹²⁹ Esta região tem beneficiado de incentivos ao desenvolvimento pelo seu atraso económico no acesso ao mercado americano através do *Sistema Generalizado de Preferências* (SGP) e da *Iniciativa para a Bacia das Caraíbas* (IBC). A extensão dos benefícios à América Central e Caribe concedidos ao México através do NAFTA são uma das pretensões da região que se candidata a uma liberalização antecipada da ALCA.

A possível integração no NAFTA teria benefícios ímpares que vão desde a extensão do mercado para as empresas locais, solidificação dos regimes políticos, maiores investimentos estrangeiros e transferência de Know-how entre tantos outros. Como em qualquer negociação Norte-Sul existe a imposição, na mesa das negociações, para a protecção das economias fragilizadas com a criação de um Fundo de Integração Regional que visa acelerar a modernização das economias locais. Este argumento não colhe, no entanto, junto dos países ricos porque aludem que este coloca em causa o princípio da igualdade de direitos e obrigações da integração regional para além da enorme carga financeira que penderia sobre os países contribuidores do fundo¹³⁰. (ARAÚJO, 2007)

- O México

O México é um exemplo enigmático quanto à sua contribuição para a formação da ALCA. A sua localização geográfica, cultura e integração económica fazem do país uma ponte privilegiada entre o norte do continente e o sul. Com a integração na NAFTA o México gozou de benefícios que permitiram modernizar o país e atrair investimentos dos seus principais aliados comerciais (E.U.A. e Canadá) mas também de países e integrações regionais que mantinham já contactos comerciais intensos com os dois

129 (artigo 4: "...La Comunidad tendrá como objetivos:

(a) La integración económica de los Estados Miembros a través del establecimiento de un régimen de Mercado Común (en adelante "Mercado Común") de acuerdo con las disposiciones del anexo de este Tratado con los propósitos siguientes:

(i) el fortalecimiento, la coordinación y la regulación de las relaciones económicas y comerciales entre los Estados Miembros en orden a promover su acelerado, armonioso y equilibrado desarrollo;

(ii) la expansión sostenida y la integración continua de actividades económicas, cuyos beneficios deben ser equitativamente compartidos, considerando la necesidad de dar especiales oportunidades a los países de menor desarrollo; e/

(iii) la obtención de mayor independencia económica y efectividad de los Estados Miembros en su relación con otros Estados, grupos de Estados o entidades de cualquier naturaleza;

(b) La coordinación de las políticas exteriores de los Estados Miembros f/, y 3

(c) La cooperación funcional, incluyendo:

(i) la eficiente operatividad de ciertos servicios comunes y actividades para beneficio de sus pueblos;

(ii) la promoción del mayor entendimiento entre sus pueblos y el avance de su desarrollo social, cultural y tecnológico;

(iii) actividades en campos específicos señalados en el Programa y a los que se refiere el artículo 18 de este Tratado. ..."

130 O que interessa é as trocas comerciais e não tanto a harmonização embora tenha que existir sobre alguma medida mais ténue porque sem tal premissa o mercado não é viável

parceiros - a União Europeia e o Japão. Com a possível integração na ALCA os benefícios conquistados pelo país vão se diluir em parte no continente Sul-americano e tirar vantagens comparativas a este mercado. Assim o México terá que estar preparado para saber adaptar a sua estrutura produtiva a estes novos desafios que vão trazer mais concorrência. O país encontra-se muito satisfeito com as vantagens alcançadas com o NAFTA expresso nas palavras do Secretário do Comércio e Promoção Industrial de então, Jaime José Serra Puche, que disse a um grupo de empresários americanos em Detroit que *o NAFTA era bastante razoável, o NAFTA os ajudaria a criar mais empregos, a tornarem-se mais competitivos e também a aprimorar o meio ambiente*. Com a ambição comercial confirmada tiveram como resultados o México tornar-se no mercado de crescimento mais rápido para as exportações americanas e também no terceiro maior importador de mercadorias americanas, precedido apenas pelo Canadá e pelo Japão. Para além dos Estados Unidos e do Canadá como parceiros comerciais, o México também atraiu outros investidores. Uma das empresas que foram privatizadas - Telefónos de Mexico - foi comprada, na maior parte, com capital japonês, por exemplo.

Com a possível concretização da ALCA o México sente-se ameaçado, razão pela qual tem tentado diversificar a sua dependência de mercados tradicionais pela concretização de acordos comerciais. Um auge obtido por meio destes acordos foi a celebração do *Acordo de Livre Comércio entre o México e a União Europeia*, em Julho de 2000¹³¹. O comércio bilateral foi amplamente beneficiado com um aumento de 27% mas distribuído de forma desigual com 19% de crescimento das exportações do México para a Europa e de 30% da Europa para o México sendo atribuído a diversos factores mas sobretudo ao desconhecimento do mercado europeu por parte dos empresários locais. (Adrellano, 1995)

Com o objectivo de firmar a sua posição na América Latina assinou também acordos de livre comércio com o Chile, a Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Nicarágua e Venezuela e o Mercosul através do *Acordo de Complementação Económica Mercosul-México* que tem como objectivos expressos no seu artigo 1:

“...a) Criar uma Área de Livre Comércio mediante a eliminação de gravâmes, restrições e demais obstáculos que afectam o comércio recíproco a fim de lograr a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial;

131 Tratado de Livre Comércio México-União Europeia - TLCUEM

b) Estabelecer um quadro jurídico que permita oferecer segurança e transparência aos agentes económicos das Partes;

c) Estabelecer um quadro normativo para promover e impulsionar os investimentos recíprocos;

d) Promover a complementação e a cooperação económicas...”¹³²

Através dos esforços da diplomacia política e económica do México o país tem conseguido lograr uma posição mais confortável de mediação regional embora os receios ainda parem com veemência sobre o desenrolar das negociações. O autor Arellano retrata bem este cenário ao afirmar: “Es imperante que el gobierno de México se oponga firmemente a que se integrem al TLC outros países de América Latina”. (Adrellano, 1995)

CAPÍTULO 2

A UTILIDADE DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO BI-REGIONAL ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

A utilidade do acordo de associação bi-regional é grande porque as relações entre a UE e o Mercosul são antigas e tem vindo a intensificar-se no tempo. O primeiro contacto deu-se logo em 1958 entre a então *Comunidade Económica Europeia* e os países Latino-Americanos. A CEE dirigiu um memorandum à região em que fazia a intenção de cooperar em áreas que fossem benéficas e construtivas para as duas formações regionais. Foram delineadas as primeiras necessidades dando origem ao primeiro acordo sectorial, na década de 60, com o Brasil e a Argentina. Uma década mais tarde os acordos evoluíram para a área económica, e comercial. Em virtude do notável processo de mudança política ocorrida na região, na década de 80, a transição de ditaduras para a democracia foi exponencial. A componente política marcou grande parte do diálogo sendo a União Europeia um interlocutor atento e interventivo. Este foi um momento notável denominado de “*terceira onda da democratização*” expressão celebrizada por Samuel P. Huntington¹³³. (Branco, 2007) Os contactos entre a CEE e os

¹³² Para mais informações consultar o anexo 2 com o acordo na íntegra.

¹³³ Esta terceira onda celebrizada pelo autor começou pelo então regime português, no 25 de Abril, que culminou com a queda do salazarismo em 1974, Com este fenómeno tornou-se numa onda que se alastrou ao Sul da Europa nos anos de 1970, à América Latina nos meados dos anos de 1980 e, por fim, aos países do Leste Europeu já no final de 1980.

países Latino-Americanos tiveram nesta altura, na maioria dos casos, um contacto com um grande pendor político porque o então grau de envolvimento da CEE com o seu próprio processo de regionalização não era muito elevado. A questão da dívida externa da região Latino-Americana agravada pelo aumento dos custos da dívida, no final da década de 70, estava na agenda como um ponto premente e resultou num maior contacto diplomático e de cooperação para o desenvolvimento entre as duas regiões¹³⁴. (Mallman, 2008)

Foram vários os factores que obstruíram a comunicação entre os dois espaços regionais: *o modelo de desenvolvimento que consistia na substituição das importações*¹³⁵, *as ditaduras, os problemas económicos e políticos internos e a famosa e actual questão da Guerra das Maldivas*. Com a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade e a anexação da Declaração Comum de Intenções¹³⁶ as relações entre a CEE e os países Latino-Americanos melhoram sendo que foram assinados, a meio da década de 80, instrumentos de cooperação mais precisos denominados por acordos de 1ª e 2ª geração¹³⁷. (Carneiro, a.d.)

Um importante avanço foi dado, em 1990, quando a CE implementou e fez aprovar o documento intitulado “*Novas orientações para a Cooperação com a América Latina e a Ásia*” que previa um bem inestimável que se mostrou, com alguma moderação, eficaz na região - a cláusula democrática. Com este novo condicionalismo estimulava-se o respeito pela democracia e os direitos humanos na região. Com o aparecimento do Mercosul existiu uma mudança que facilitou o relacionamento bi-regional pois agora o diálogo seria entre duas entidades inter-pares com objectivos, em alguns casos, semelhantes. O que motivava o relacionamento variava para cada uma das regiões, se para o Mercosul a sua relação com a União Europeia permitia um reconhecimento internacional da nova organização, a UE estava mais preocupada com as relações de investimento e comerciais. Os contactos eram tão importantes para as duas organizações internacionais que se iniciaram logo passado um mês da fundação do Mercosul, em 1 de Abril de 1991. O interesse ibérico na América Latina tinha razões válidas e também estratégicas pois colocariam os dois países como parceiros principais

134 Este problema deveu-se ao excesso de liquidez que existia no início dos anos 70 em que um grande volume de investimento foi colocado na América Latina e em outros países em desenvolvimento. No final da década de 70 os custos da dívida dispararam chegando ao ponto de o serviço da dívida ser superior à própria dívida – a título de exemplo veja-se o caso do Brasil que entre 1971 e 1989 pagou 123 biliões de dólares sendo que em Março de 1989 a sua dívida era apenas de 111 biliões de dólares.

135 A União Europeia, com um forte carácter mercantilista e de expansão de mercados, via aqui um entrave

136 Aqui se especificava a importância de manter laços sólidos com os países da América Latina

137 Os acordos de 3ª e 4ª geração seriam mais avançados, por em 15 de Dezembro de 1995, o Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional contemplar os direitos humanos, a cláusula democrática, e também o diálogo político.

para este diálogo bi-regional. A primeira cimeira entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das duas regiões, deu-se sobre os auspícios da Presidência Portuguesa da UE, em 1992, na cidade de Guimarães. Assinou-se um acordo de *Cooperação Interinstitucional* que contemplava as áreas da: *assistência técnica, agricultura, procedimentos aduaneiros, liberalização comercial e informação acerca do funcionamento do Mercado Comum*. Esta troca de conhecimentos foi, e é, importante para o Mercosul porque o seu processo de integração depende, em alguns factores, desta caminhada que já foi percorrida pela União Europeia. Os processos são semelhantes embora com especificidades próprias decorrentes das razões que levaram à sua criação¹³⁸.

Em Dezembro de 1994 existiu uma declaração conjunta, em Bruxelas, que marcou para o ano seguinte a realização de um acordo Inter-regional de Cooperação Económica que poderia culminar na liberalização do espaço económico entre as duas regiões. Este foi um passo histórico concretizado em 15 de Dezembro de 1995, em Madrid, que coincidiu com a adopção de uma União Aduaneira no Mercosul. O entendimento estava cheio de boas intenções e fazia alusão no seu preâmbulo a valores históricos, culturais e económicos e reforçava a ideia de que em ambos os espaços se defendia os direitos humanos e a democracia. Foi um acordo que embora não tenha estabelecido a liberalização total constituía uma concordância muito relevante entre os dois espaços de integração regional mais avançados do mundo¹³⁹. O Mercosul foi reconhecido, também, pela União Europeia como um parceiro de primeira grandeza entre os laços que mantinha com as várias regiões. O acordo conseguiu juntar, pela primeira vez, duas uniões aduaneiras e estabeleceu um modelo de entendimento tão vasto que englobava a protecção da propriedade industrial, cooperação regional, energia, ciência, telecomunicações, promoção de investimentos, protecção do meio ambiente, cooperação empresarial e troca de Know-how.

O desenvolvimento das relações conheceu, após este momento histórico, um processo que arrastou-se por muito tempo. As novidades de entendimento não eram muitas e as divergências sobressaíam. Com a Cimeira do Rio, em 1999, conseguiu-se discutir novamente a ideia da criação de uma *Zona de Comércio Livre* entre as duas regiões estando presente 487 países num momento notável (incluindo o Caribe). As

138 No caso da União Europeia os principais factores foram o evitar de uma nova guerra dentro do continente europeu e a melhoria das economias destróçadas com a guerra já o Mercosul teve influências de carácter capitalista com a nova sociedade globalizada em que se pretendia afirmar como actor global.

139 Comparando, por exemplo, com a ASEAN, SADC, APEC ou NAFTA).

negociações esbarraram, novamente, no tema controverso da PAC em que a França se demonstrou uma grande opositora. A Alemanha, com a presidência, só conseguiu colocar o ponto na agenda à última hora. Sendo assim as negociações tiveram que ser deixadas para mais tarde (Novembro) através de reuniões do Conselho de Cooperação previstas no acordo assinado anteriormente. O encontro acaba com uma declaração ambígua em parte provocada pelo constrangimento da França em que não se faz menção a um acordo nem se aponta uma data oficial que chegou a ser dada para o ano 2005. O processo tem como dificuldades a abertura do sector de serviços do Mercosul e a liberalização do sector agrícola da União Europeia. Foi em 22 de Junho de 1999 que o Conselho da UE conseguiu aprovar, no Luxemburgo, um mandato para debater as questões de uma possível associação inter-regional para a criação de uma Zona de Livre Comércio. Estas negociações começaram em Novembro de 1999 compreendendo várias rondas comerciais. A terceira ronda deu-se em Brasília no ano 2000. Curiosamente o processo de conclusão do acordo – o ano de 2005 – era comum à União Europeia e à ALCA. Tal não se sucedeu mas recentemente, em 2010, assistiu-se a um entendimento na Presidência Espanhola da União Europeia para retomar as negociações. O acordo da ALCA ficou paralisado por oposição dos países do Mercosul, em determinadas matérias, e pelo Congresso Norte-Americano mas está novamente em cima da mesa no debate político brasileiro com o candidato José Serra a negligenciar o Mercosul e a promover o acordo ALCA para a região.

2.1 AS PONDERAÇÕES COMERCIAIS PARA O MERCOSUL ENTRE OS PROJECTOS UE/MERCOSUL/ALCA

Que o Mercosul é um mercado apetecível é inegável devido à subida do poder de compra influenciado pelo crescimento exponencial que teve com a modernização das suas economias. O dilema que se coloca, neste momento, é a escolha dos passos seguintes que a estrutura de integração terá que tomar em relação a um parceiro estratégico. Os Estados Unidos regem-se por acordos de cooperação económica país a país mas o Mercosul quer que a sua unidade seja respeitada e tal propósito é conseguido se as suas relações se focarem com a União Europeia que é um dos modelos de integração regional mais avançados do mundo. Esta sempre teve a preocupação de transferir o know-how comunitário para outros países. A decisão do Mercosul irá marcar o seu fortalecimento ou mesmo a sua extinção, num caso extremo.

Do ponto de vista económico, tanto a ALCA como a União Europeia, são importantes para a economia regional mas em graus de variação diferentes.

Não é possível quantificar, com exactidão, as vantagens e desvantagens que um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul trariam mas podemos antever algumas das principais mudanças. A União Europeia, com a liberalização dos produtos agrícolas, todo o sector teria que sofrer uma grande mudança pelos custos e impactos que a PAC tem actualmente. Os custos sociais e os protestos que se fariam sentir nas ruas são incalculáveis para além de que se abriria uma brecha com muitos países da UE que se opõem fortemente ao projecto e fariam se apresentar os interesses dos seus cidadãos prejudicados. No ano 2000, 61% dos bens agrícolas que entraram na União Europeia, oriundos do Mercosul - 63% eram bens agrícolas e 59% bens industriais sendo que as tarifas da UE para os primeiros são de 20,8% e para o sector industrial apenas de 4,9%. As taxas mais elevadas são, de facto, naqueles produtos que fazem e compõem primordialmente as exportações do Mercosul que são os: cereais, a carne, aves de curral, açúcar e tabaco. (Bouzas, Bulmer-Ythomas, Riordan, 1999).

A União Europeia tem um défice nas exportações para o Mercosul no sector dos bens agrícolas mas é largamente compensado com os restantes sectores em que têm um bom desempenho por os seus produtos terem valor agregado. Com a liberalização comercial prevê-se que as compensações monetárias, no âmbito da PAC, se esta não for extinta, variem entre 5700 a 14300 milhões¹⁴⁰ de euros por ano. As elevadas compensações monetárias que a União Europeia teria que dar no âmbito da PAC são, no entanto, compensadas pelos ganhos que se iria usufruir nos outros sectores porque enquanto a União Europeia tem taxas relativamente pequenas para o comércio externo o Mercosul penaliza, fortemente, as áreas em que o mesmo não tem vantagens competitivas¹⁴¹. Os principais sectores em que a União Europeia ficaria beneficiada seriam: *os automóveis, veículos de transporte, componentes, maquinaria e equipamentos eléctricos*. Segundo dados da Comissão Europeia¹⁴² o total das exportações que teriam uma grande potencialidade de crescimento seria 47% do total (com um enfoque especial no sector automóvel por representar um terço do conjunto do comércio realizado e por ter taxas com barreiras aduaneiras que variam entre 35% e 45%). Com estes dados em mente, a concretização do acordo UE-Mercosul, traria na

140 Dados da Comissão Europeia sobre o acordo de livre comércio para o ano de 1998.

141 Dentro dos limites da OMC que estabelece taxas mais generosas para países em desenvolvimento

142 Dados da Comissão Europeia sobre o acordo de livre comércio para o ano de 1998.

sua hipótese mais optimista um aumento de 4% o que significa um ganho adicional de 6.500 milhões de dólares por ano. Em relação ao Mercosul, os mesmos cálculos da Comissão Europeia, indicam que o crescimento anual das exportações seria de 1,3 a 1,4 com potencial de crescimento¹⁴³. Na área industrial o Mercosul ficaria numa posição mais vulnerável mas se a sua intenção é a real inserção no mercado global terá que aceitar este factor para poder ter acesso a outros mercados e dinamizar a sua competitividade. Com uma *Zona de Livre Comércio*, os países do Mercosul, ganhariam adicionalmente 5.100 milhões de dólares.

A União Europeia e o Mercosul tem de estar bem cientes das vantagens e desvantagens que vão encontrar na sua aliança pois os Estados Unidos mostram um outro modelo capaz de sugar as forças da região para um comércio que confira força ao seu motor de soft e hard power que inveja o mundo. Os Estados Unidos, como é reconhecido, é uma potência económica e militar pois a sua economia é uma das mais homogéneas do mundo e tem um mercado de trabalho flexível a par da baixa intervenção do estado. Os níveis de desemprego nos Estados Unidos são baixos e a forma como estes estabelecem acordos comerciais, a ênfase com que dirigem as suas relações internacionais e como controlam a maioria dos organismos (directa ou indirectamente) é um grande sinónimo de poder. A Europa e outras regiões do mundo como a Rússia não têm sido capazes de serem um contrapoder que equilibre esta hegemonia. A União Europeia tem um mercado de trabalho excessivamente rígido¹⁴⁴ e isso acarreta que não consiga ter as taxas de crescimento desejadas. A UE se quiser ter os mesmos ratings económicos dos Estados Unidos terá que se empenhar em estar envolvida com as regiões do globo com maiores perspectivas de crescimento que são os países Asiáticos e os países da América Latina. Os Estados Unidos apercebidos desta realidade já estabeleceram acordos comerciais com a APEC e estão a tentar um acordo com o Mercosul por via do alargamento da ALCA. Cabe à União Europeia aproveitar o possível descontentamento face à absorção do Mercosul na ALCA, sem que sejam mantidos os seus aspectos de unidade, e contra uma possível hegemonia dos Estados Unidos para convencer o Mercosul (com dados económicos e dos benefícios políticos) para passe a orbitar na sua esfera de influência.

¹⁴³ Estes valores levam em conta que as vendas, com a liberalização do comércio, aumentariam na área de produtos animais, oleaginosas, cereais e alimentos. Do outro lado da moeda estariam o sector das manufacturas e dos recursos naturais.

¹⁴⁴ Neste aspecto podemos mencionar a Estratégia de Lisboa que mostra bem a ânsia da União Europeia conseguir os bons indices económicos dos Estados Unidos sobre a forma de uma economia mais solidária.

A União Europeia necessita reafirmar-se no mundo e reestruturar o seu modelo. Com a ajuda do Mercosul e com o gorar dos planos dos Estados Unidos poderia inculcar a ética e o compromisso pelo respeito dos direitos humanos e democracia nos acordos comerciais que vêm sendo firmados globalmente. O Mercosul para além de ter na União Europeia um dos seus maiores contribuintes de ajuda externa é neste mercado que um possível acordo comercial conseguiria maior variação do PIB e portanto poderia aliar as vantagens económicas à ajuda política que a UE oferece e que o vai ao encontro dos anseios de uma identidade que pretende firmar-se no plano internacional. A unidade e a ajuda entre a UE e o Mercosul são muito importantes porque os Estados Unidos tem como objectivo moldar o processo de globalização segundo a praxis americana, á escala económica, política e cultural. Tanto o muro de Berlim como a União Soviética já mostraram que não foram capazes de contrapor este poder, com o espaço vazio na esfera internacional, os Estados Unidos tentam impor-se em todos os níveis. O alargar de acordos a todo o mundo faz jus às normas e comportamentos jurídicos americanos que tentam agora, a todo o custo, cercar a América Latina porque tanto a Ásia como a África tem tido muito pouco a ditar na sua projecção mundial (Valladão, 1999).

A ideia de os Estados Unidos-Mundo reflecte-se agora e, mais que nunca, nos acordos que se tentam fazer entre a América Latina e a Ásia assegurando os mercados e impondo todo o seu soft power. Uma maior cooperação entre a UE e o Mercosul ajudaria a contradizer os planos americanos obrigando-os a aceitarem um plano internacional multipolar em vez da unipolaridade porque tanto se batem. A União Europeia e o Mercosul são avessos à criação de mega-blocos fechados que promovam a doutrina americana e ameacem a livre circulação do comércio que é uma das bandeiras da União Europeia¹⁴⁵. Com a criação da ALCA o comércio da UE seria afectado e tem razões sérias para crer neste cenário pois com a criação da NAFTA e a inclusão do México o comércio europeu decresceu de 17,4% para 9%¹⁴⁶ porque este antecipou-se em criar um *Acordo de Livre Comércio* com o México. A União Europeia quer aproveitar o mercado do Mercosul porque esta é uma área do globo em grande desenvolvimento. A lógica de blocos fechados que alguns autores promovem para as relações internacionais, como por exemplo, Haushoffer¹⁴⁷ defendem que o mundo deveria ser dividido em blocos, a saber, o americano, euro-africano e o asiático. A visão

¹⁴⁵ A União Europeia é o maior mercado comercial do mundo dê a importância dada às questões do comércio mundial em que a sua visão tem muito a influenciar qualquer região do mundo.

¹⁴⁶ Fonte: CIA

¹⁴⁷ Geopolítico alemão da era nazi.

de um mundo espartilhado não vai ao encontro da visão universalista da Europa que quer um mundo com mais prosperidade, solidariedade, maiores relações entre si e uma multipolaridade.

As vantagens e desvantagens associadas a um acordo de Livre Comércio levam a reflectir seriamente os agentes políticos nas ameaças que estão descritas caso a sua concretização não seja feita. Deixa-se prever um cenário difícil e uma perda de influência e pluralidade nas relações internacionais.

A Política Externa Europeia tem tido como foco de actuação os países que são vizinhos da própria UE. Actualmente está bastante preocupada com o que se passa no seu seio e portanto a sua atenção para o exterior é limitada enquanto os problemas internos não forem resolvidos. O desenvolvimento a dois níveis provocado pela adesão de apenas alguns países ao euro e as próprias dificuldades que o processo da união monetária tem enfrentado (com a recente crise mundial) tem posto em cheque a UE e como esta sobreviverá a um ataque especulativo dos mercados e investidores mundiais. Todo o projecto europeu está em causa perante esta dificuldade, assim sendo, não é de admirar que todas as forças europeias estejam debruçadas e dedicadas sobre esta temática para além das divergências internas interpeladas pelos países que não constituem a eurolândia que são um desafio adicional. A criação de uma imagem de unidade política no mundo, pelo reforço da preponderância militar e de defesa, são tópicos importantes que podem influenciar positiva ou negativamente as relações com o Mercosul conforme se avance mais depressa ou devagar na obtenção da referida unidade. Os esforços de cooperação com os países vizinhos da UE e os seus próprios problemas internos são factores inibidores de um acordo com a América Latina porque dispersam força e criam entraves a uma visão estratégica longa. É necessário rever todas as prioridades europeias e dar-lhes a real importância com medidas adequadas. Uma visão de longo prazo é necessária mas também cabe ao Mercosul, que têm interesses económicos e políticos na UE, estabelecer nas propostas de acordo elementos que sejam atractivos do ponto de vista económico e social para a própria União Europeia. Nunca existiu insensibilidade a estas questões por parte do bloco. (Cohen – Tanugi, 1992)

A economia do Mercosul ainda é muito baseada em bens com um valor agregado baixo (à excepção do Brasil que têm um melhor desempenho nestes indicadores mas que ainda tem aqui um forte condicionante à sua pauta exportadora). Os outros países vêm a agricultura, para além de estratégica, como a sua principal fonte de receitas assim sendo todos os acordos que sejam assinados tem que levar em conta a

vulnerabilidade deste sector e conseguir arranjar mecanismos que servissem de reserva, protecção e adaptação a uma nova realidade. A Alca mostra insensibilidade, neste ponto de vista, preferindo estender o mercado do NAFTA o mais rapidamente possível. Os países do Leste, ACP e alguns países do Mediterrâneo concorrem directamente com os produtos agrícolas do Mercosul no mercado europeu o que leva a que se formalizem receios em relação a estes concorrentes privilegiados. A vulnerabilidade das economias do Mercosul, que com a exclusão do Brasil são de pequena dimensão e o atraso verificado nas mesmas, faz com que asseiem alguns acordos que os encorajem para o desenvolvimento.

Do ponto de vista comercial tanto a Alca como a União Europeia são importantes para o Mercosul embora a Alca seja passível de uma maior exportação de bens com alto valor agregado mas os benefícios diluem-se a todos os países da região Sul-americana. Um acordo com a UE pode alavancar o sector agrícola em que o Mercosul tem vantagens competitivas tudo depende do grau de exposição a que o seu sector comercial ficará exposto. Do ponto de vista político o cenário já é diametralmente oposto porque a ALCA não tem a oferecer uma grande cooperação política às instituições do Mercosul pois a finalidade a que se propõe não é essa (também não tem um histórico relevante neste aspecto) já a União Europeia conta com um vasto rol de cooperação em diversas partes do mundo e a sua ajuda ao Mercosul é uma constante. Com um acordo a cooperação evoluiria naturalmente para uma relação mais complexa.

2.2 A CONSIDERAÇÃO POLÍTICA

A União Europeia resguarda e ajuda a conseguir que a democracia e os direitos humanos sejam uma realidade para toda a humanidade. As relações entre a UE e o Mercosul sempre foram pautadas por esses valores que vêm na cooperação a melhor forma de os expressar e através de instrumentos como a *condicionalidade política* a forma por excelência de os concretizar. A constante ajuda disponibilizada através de fóruns, apoios comunitários e a possibilidade de existir intercâmbio entre os dois parlamentos mostram a real vontade da UE em estar presente na mudança positiva para uma sociedade participativa do processo democrático no Mercosul.

Não será apenas com a formalização de um acordo bi-regional que a União Europeia vai ganhar importância enquanto impulsor das reformas democráticas nos países do Mercosul e o fortalecimento do seu projecto de integração. A ajuda da UE

remonta à resolução da guerra das Maldivas em que teve aqui a sua primeira projecção mundial dando-lhe visibilidade enquanto projecto político recente. Desde esta altura que se tem multiplicado os vários programas de apoio da União Europeia ao Mercosul para a promoção dos direitos humanos e da democracia.

A consideração política da União Europeia no desenvolvimento político do Mercosul pode ser aclarada pela herança cultural comum, que a colonização forjou e, que os laços de amizade entre os países ao longo do tempo foram fortalecendo. As duas regiões estão comprometidas com a democracia não apenas para os seus próprios projectos políticos mas também para a sua divulgação no exterior. A UE e o Mercosul têm interesses comuns para aprofundar esta cooperação porque para além de lhes conferir prestígio no mundo o Mercosul pode aproveitar todo o know-how Comunitário, em matéria económica, para conseguir avanços no desenvolvimento político – foi assim mesmo que o próprio processo de integração europeu se outorgou.

O provérbio latino *Vox populi, vox Dei* (a voz do povo é a voz de Deus) é um adágio da vontade de muitos Sul-americanos em que as instituições do Mercosul tenham um fortalecimento político. Apenas com um robustecimento das instituições democráticas o Mercosul pode ganhar voz nas suas relações internacionais e impor-se no mundo da política mas também no mundo económico onde é precisamente a identidade política que lhe confere a exclusividade. Ao conseguir, através dos laços que pode manter com a UE de uma forma mais estreita, um desenvolvimento político do seu projecto de integração conseguirá ganhar relevo para impor a sua visão à ALCA e forçá-la a respeitar a sua própria identidade. Não se pretende que o Mercosul dilua-se no projecto ALCA pois este tem valores que vão além daquele projecto e prevê uma solidariedade económica e política entre os países da região. A União Europeia já passou por estas fases e o seu reflexo no mundo vai além da economia. O projecto americano é diferente pois é simplesmente uma abolição de barreiras com um diálogo de cooperação político ínfimo e estritamente reduzido ao que é apenas necessário para o normal funcionamento dos mercados e instituições. A este respeito atendamos ao comentário de um especialista de Relações Internacionais, Andres Malamud, que ao ser confrontado com questões para esta tese referiu que os Estados Unidos promovem “...só acordos de livre comercio com enforcement jurídico e regulação comum em certas áreas: trabalho, ambiente, patentes. Mais o menos como a OMC.” Fica aqui, bem patente as diferenças que a relação UE-Mercosul pode conferir, do ponto de vista político, para valorizar o projecto.

2.3 OUTRAS VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA ALÉM DO COMÉRCIO

A associação bi-regional entre a União Europeia e o Mercosul tem vantagens e desvantagens que vão além dos interesses económicos e que passam pela *promoção da democracia, dos direitos humanos e o respeito pelas liberdades individuais*. Apesar de tais interesses e a forma como são postos em prática terem condicionalidades e formulações erróneas, do ponto de vista como encaram a democracia, eles foram importantes para fomentar uma cultura democrática no continente Sul-Americano e foi mesmo um dos pontos fulcrais que deu a visibilidade política internacional à UE (num momento inicial). Por ter este efeito positivo, para as duas regiões, é importante que a UE continue empenhada, como até hoje, em apoiar estes países na construção de um modelo de integração que promova o bem-estar social, político e de boa governação para além da importantíssima vertente económica. Para termos uma ideia de como este relacionamento tem sido executado e quais as suas vantagens e limitações é importante dissecar duas vertentes da ajuda em causa:

- A importância da condicionalidade política

Com a assinatura do Acordo-Quadro, em 1995, a União Europeia e o Mercosul estabeleceram as bases da sua cooperação política e da liberalização económica entre as duas regiões. O acordo prevê um importante instrumento que é a *condicionalidade política* tendo como efeitos práticos a manutenção da cooperação apenas se existir respeito pela democracia e pelos direitos humanos. O acordo está firmado como sendo bilateral (também neste requisito) e os seus traços caracterizadores são os valores da paz, da democracia¹⁴⁸ e o respeito pelos direitos humanos em toda a região. Este é um acordo que supera as tradicionais críticas de imposição da condicionalidade política porque aplica-se de parte a parte e portanto não é uma imposição mas sim um reforço dos mecanismos de influência positiva com implicações nos dois lados do atlântico. As duas regiões assumem um papel de igualdade no acordo e de co-responsabilização, em partes iguais, sendo um diálogo entre semelhantes e não de cima para baixo.

Os acordos que têm o mecanismo da condicionalidade política são, porém, limitados nos seus efeitos porque a influência por agentes exteriores é pequena e

¹⁴⁸ As negociações são dependentes de haver democracia nos países do Mercosul pois a União Europeia considera tal factor imperial para que se estabeleçam ligações de proximidade e se passe os valores da experiência europeia.

reconhecendo a realidade os dois processos de integrações, tanto a UE como o Mercosul, sofrem de imperfeições institucionais por não serem tão democráticas quanto o poderiam ser. Um outro importante ponto, de desvantagem a ser apontado, é a discrepância de posições assumidas entre os Estados-Membros para a qual não se consegue entabular um diálogo político com a carga simbólica em que se deveria ter conseguindo objectivos mais ambiciosos. As tentativas de promoção da democracia e dos direitos humanos, no exterior, feitas pelos dois processos de integração sofrem com as próprias assimetrias internas que se verificam ao nível da política, da economia e das instituições inter-regionais. Apesar das limitações, encontradas neste mecanismo, existem pontos positivos que unem as duas regiões e devem ser aproveitadas e se possível realçados: um passado cultural comum dado pela história (a colonização europeia), um comprometimento para a promoção da democracia, a crescente onda de democratização da América Latina e o seu melhoramento e solidificação, a longa experiência de cooperação política da UE a nível inter-regional¹⁴⁹, o compromisso europeu assumido através das leis e princípios que estiveram na sua criação de influência positiva em outras partes do mundo (com princípios como a democracia e outros valores considerados universais) e finalmente, o surgimento de instituições políticas no Mercosul, num estágio inicial, que podem fomentar uma maior cooperação e também uma melhor exposição para uma influência concertiva na região.

A União Europeia tem a vantagem de, em relação ao Mercosul e na temática de cooperação política, não ter grandes divergências internas porque é um espaço culturalmente próximo e de proveito por ser um espelho dos ideais europeus. A democracia e os direitos humanos, apesar de não se poderem impor sobre pena de cair na própria armadilha (iria no sentido contrário aos valores que afirmam ter), pode-se exercer uma influência positiva que previna autoritarismos nos dois processos de integração regional¹⁵⁰. Sobre os regimes democráticos podem-se esperar paramentos como a: *liberdade pessoal, igualdade, respeito pelos direitos humanos e justiça através da lei*". É por estes direitos que se bate a União Europeia.

Para que as medidas e a influência positiva possam desencadear um processo de acção é necessário criar canais de comunicação (alguns já existem mas é necessário alargá-los e criar novos canais) como a: participação europeia no Sistema

149 A este respeito recorramos aos longos acordos que a UE firmou com ex-colónias ou áreas próximas do seu continente como com os países ACP, a criação da Política Europeia de Vizinhança entre outras

150 O princípio democrático de se ter um sistema de verificação e controle para impedir a corrupção é considerado uma boa ideia, este é um mecanismo apropriado para os países do Mercosul.

Interamericano, um mecanismo de consulta rápida entre as duas regiões (mais eficiente)¹⁵¹ para planejar medidas conjuntas e responder a crises, a criação de euro-gabinetes nos ministérios dos negócios estrangeiros dos países do Mercosul (de forma a elaborar políticas externas que vão de encontro aos anseios da União Europeia no que toca à promoção da democracia e dos direitos humanos) e a criação de um fórum que junte a sociedade civil e instituições empenhadas na promoção da democracia fazendo com que a informação passe e as medidas governamentais tenham efeito na sociedade.

Para o Mercosul, que ainda está numa fase de consolidação da democracia, esta evolução pode parecer lenta. Quando um ditador fala as coisas são feitas! O progresso numa democracia pode ser retardado por infundáveis debates. Mesmo depois de terminadas as conversações, é contestável até que ponto as decisões feitas reflectem verdadeiramente o desejo do povo. Votam os representantes as convicções da maioria de seus eleitores ou, com mais frequência, as suas próprias convicções? Ou será que simplesmente endossam a orientação política oficial do seu partido? A União Europeia já com um largo historial no uso e na consolidação das suas democracias pode demonstrar aos países do Mercosul como tais regimes políticos conseguem promover a prosperidade e a paz pelo empenhamento em valores universais. A Europa tem aqui uma responsabilidade histórica e cabe ao Mercosul aproveitar esta pré-disposição para estreitar os laços e ser beneficiado por esta ajuda que se reflecte a vários níveis: *sociais, económicos e políticos*.

- Os sustentáculos para uma agenda política comum na promoção da democracia e dos direitos humanos

Com o fim da guerra fria as relações internacionais alteraram-se profundamente pois o apoio a ditaduras, como muitas vezes aconteceu para tomarem o seu lado, deixou de fazer sentido e a imposição da democracia fez-se pelos exemplos positivos de desenvolvimento económico e pela cada vez maior aderência a este modelo político por parte de vários países. Existiu um descrédito da teoria marxista o que levou a que muitos países, anteriormente fervorosos por estes argumentos, se deixassem levar pela onda de democratização também almejando o bem-estar económico, social e político verificados nos países ocidentais. Com a consciencialização da humanidade para a

¹⁵¹ Á semelhança do que acontece na Organização de Estados Americanos.

existência de direitos que são universais a todas as pessoas começou a existir uma sociedade civil internacional que reconhecia a luta como sua e não mais firmada em declarações de que tais valores padeciam de etnocentrismo imperialista por parte do Ocidente. Com o fim da guerra fria e a ideia equivocada de que o desenvolvimento económico por si só trazia a democracia e os direitos humanos viu falir inevitavelmente as instituições de Bretton Woods que propunham o desenvolvimento da África Sub-Sahariana. Descobriu-se que o melhoramento da economia não era acompanhado pela equidade social e a responsabilidade dos governos. Existiu a necessidade das organizações multilaterais modificarem a sua cooperação sendo que na *Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena*, em 1993, aclarou que o desenvolvimento económico deve ser acompanhado de reformas políticas e respeito pelos direitos humanos e ter a participação popular na política do desenvolvimento.¹⁵² Após esta conferência a União Europeia ficou bem apercebida do seu papel (relevante) no mundo para a promoção da democracia e dos direitos humanos e da sua importância na mudança dos regimes autoritários do Mercosul. As formas de ajuda encontradas passaram por medidas governamentais mas também, em muito, pela sociedade civil: *organizações não-governamentais e transnacionais*. As organizações que participaram na mudança eram as redes da igreja católica e protestante, internacionais partidárias, organizações de direitos humanos locais e internacionais que em cooperação com fortes movimentos de mudança locais conseguiram levar avante os seus objectivos. Foi com este historial de mecanismos que a União Europeia entendeu na América latina. O diálogo político foi sempre um ponto que marcou as relações entre as duas regiões e a União Europeia saiu beneficiada por intervir na região pois reforçou a sua imagem no exterior. Um dos primeiros passos de intervenção foi possível porque esta região é pouco importante do ponto de vista de segurança para a UE e deu-se na conferência de *São José* sendo que a UE ficou conhecida como um mediador honesto. Foi um passo tímido mas decisivo para o final do conflito regional e conseguiu a proeza de transformar a conferência num fórum para debater os temas da consolidação democrática, respeito pelos direitos humanos, integração e desenvolvimento económico passando a sua experiência para a região.

O esforço da Comunidade, na altura, foi compensado e recebeu um ímpeto motivacional que foi o fim dos regimes autoritários, nos anos 80, com a passagem da

¹⁵² Criou-se um novo conceito de desenvolvimento humano que interligava estas variáveis todas deixando-as mais desejáveis para países que quisessem conseguir o seu desenvolvimento económico pleno.

Comunidade a União Europeia, nos anos 90, vendo reforçar-se a dimensão política da UE e a sua subsequente ajuda a outros. O diálogo político UE/Mercosul começou em Setembro de 1987 no quadro do Grupo do Rio. O contacto entre os países da Comunidade Europeia, o Grupo de apoio ao Grupo de Contadora que tinham participado no diálogo que levou à resolução do conflito da América central foi fundamental para estabelecer esta comunicação. A declaração de Roma sobre as relações entre a União Europeia e o Grupo do Rio estabeleceu que a defesa dos direitos humanos e a defesa das liberdades fundamentais deviam ser estruturantes e fundamentais para a paz e segurança internacionais. Esta forma de compreender as relações internacionais fez com que a UE e o Mercosul adoptassem posições comuns sobre a democracia, governabilidade e a defesa dos direitos humanos,

A União Europeia tem vários mecanismos para discutir estes assuntos entre os Estados-Membros que passa: pelo diálogo grupo a grupo, pelo estabelecimento de acordos com a condicionalidade política inculcada e fóruns e ajuda monetária a países terceiros. Estes esforços têm razão de ser porque a União Europeia ao querer ser reconhecida como uma unidade política precisa empenhar-se pelo desenvolvimento de reformas profundas internas e a promoção de acordos externos para se impor como modelo de coesão. A identidade europeia é importante para o assumir da sua unidade e sendo assim necessita forjá-la no plano internacional sendo reforçada pela sua política externa e de segurança comum e pela condicionalidade política imposta nos seus acordos económicos. A promoção destes valores assenta na democracia e direitos humanos para que haja diálogo e um espírito de inter-ajuda.

Este é um assunto da máxima importância porque os vectores da democracia e dos direitos humanos, para além de serem vitais para a dinamização económica, são poucos os que arriscam investir em países cujo sistema político não garanta estabilidade¹⁵³. Durante as ditaduras militares, na América do Sul, a região ficou com uma imagem negativa no exterior que ainda hoje em dia vêm à mente sobre acontecimentos muito próprios como: a qualidade da democracia, corrupção e abuso dos direitos humanos. Apenas com reformas judiciais e de políticas sociais extensas, como acontece na UE, a América Latina conseguirá ter um papel dinamizador na sociedade civil para que participe plenamente na sua vida política. Neste longo caminho a UE tem aqui uma oportunidade e uma longa experiência em poder ajudar os países da região.

¹⁵³ É importante para os países se afirmarem na esfera internacional e criarem uma imagem positiva.

2.4 Os Principais Benefícios que o Mercosul retirou da sua Relação com a UE

A condicionalidade política tem sido um importante instrumento utilizado pela União Europeia para promover a democracia e os direitos humanos no Mercosul. A sua aplicação faz com que, no limite, a concessão da ajuda só possa ser dada sobre estes parâmetros e uma importante fatia da mesma serve para os promover. A boa governação na região foi influenciada positivamente por ao ligar-se a cooperação económica aos bons princípios democráticos e exigir-se o desenvolvimento na cooperação política. Cria-se assim um circuito vicioso positivo.

Apesar desta forma de actuação já ser usada pelos Estados Unidos, desde a década de 70, foi com o pós-guerra fria, o fim do comunismo na Europa central e de leste e a vaga de democratização em África, nos anos 80, que a União Europeia assume este instrumento de forma mais vinculada nos seus relacionamentos internacionais. No período de 1990 a 1995, as principais instituições europeias (Conselho, Parlamento Europeu e Comissão) elaboraram as bases de uma forma sólida em que se regeia esta condicionalidade e criaram mecanismos jurídicos que progressivamente, até hoje, vem alargando os seus benefícios e alcance através de mecanismos mais sofisticados e de controlo da ajuda europeia. Desde 1992 que a União Europeia utiliza esta condicionalidade impondo o respeito pela democracia e direitos humanos em quase todos os acordos que assina. O primeiro país do Mercosul a assinar um acordo de condicionalidade política foi a Argentina, em Abril de 1990, marcando o relançamento das relações diplomáticas após a questão da Guerra das Maldivas ter ficado parcialmente resolvida (em Fevereiro de 1990). O Chile foi o segundo país, em Dezembro de 1990, a assinar um acordo do género e após este todos os outros países da região assinaram acordos idênticos. As contrapartidas da condicionalidade política só foram denunciadas para os países ACP com suspensão de apoios directos sendo que a revogação total do acordo ainda não foi feita em nenhuma ocasião – tal cumprimento mostra bem o papel dissuasor que pode ter para tentações menos democráticas embora não tenha um papel decisivo.

A União Europeia faz com que a sua actuação passe para a sociedade civil por aprovar projectos da sociedade locais que tenham objectivos idênticos. A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu são as duas instituições responsáveis directamente

pela coordenação dos projectos democráticos e dos direitos humanos. Em 1991, foi criado pela Comissão, o grupo *Interdepartamental de Coordenadores de Direitos Humanos* para estudar e aplicar as linhas mestre que regeriam os programas de incentivo à democracia e direitos humanos no mundo. O apoio a conceder a cada projecto passa pela Comissão e pelo Gabinete de Direitos Humanos e Democratização do Parlamento Europeu. Um dos importantes projectos criados foi a *Iniciativa Europeia para a Democracia e Promoção dos Direitos Humanos* que inclui nove grandes linhas orçamentais destinadas também à América Latina.

O Parlamento Europeu tem um papel importante na defesa da democracia e direitos humanos na América Latina porque prima os seus discursos e meios de acção por crivos de condicionalidade eficazes e não apenas moralistas. O Parlamento tem feito com que o Conselho e a Comissão suspendam acordos por incumprimento de alguns destes princípios pois estes são mais relutantes em olhar para a condicionalidade política focando-se mais nos objectivos económicos. O Parlamento Europeu tem concedido apoios económicos a estas causas e faz uma fiscalização exaustiva do cumprimento dos acordos. Este árduo trabalho, do Parlamento, remonta a 1963 pois entre este ano e 1991 aprovou 246 decisões relativas à América Latina sobre assuntos que envolviam a democracia e os direitos humanos. O relacionamento entre o Parlamento Europeu e o seu congénere do Mercosul tem efeitos práticos e duradouros sendo que as conferências inter-parlamentares têm servido para discutir aspectos relacionados com a democracia e os direitos humanos para além de poder debater outros assuntos que sejam pertinentes para o aprofundamento regional com base na experiência europeia¹⁵⁴.

Um outro importante instrumento, intermediário, para a promoção da democracia e dos direitos humanos no Mercosul tem sido a *PESC* que desde a sua criação, no Tratado da União Europeia, já adoptou dez posições comuns e dezasseis acções comuns neste tema. Muitas destas posições não tiveram a América Latina como alvo pois a mesma não é prioritária para a PESC mas ao darem orientações, neste sentido, mesmo que em outras geografias influenciaram positivamente a região pelo apelo universal que fazem. As mudanças no Mercosul fazem se sentir a diversos níveis. Estes países conseguiram, com a adopção de governos democráticos *uma maior integração na comunidade internacional que se reflecte na passagem de uma atitude*

¹⁵⁴ O vário nível de desagregação tarifária para com os produtos exteriores é um exemplo pois a União Europeia com um longo caminho percorrido nesta área pode orientar todo este processo inclusive sobre uma possível adopção de uma moeda regional.

defensiva para a de cooperação. Os países do Mercosul cooperam, hoje em dia, com a ONU e com outras instituições internacionais participando em programas de manutenção de paz e fóruns de apoio à democracia e direitos humanos que influenciem outras regiões como aconteceu com a sua própria região. Este novo comprometimento da região deve-se às mudanças verificadas nas relações internacionais, o maior desenvolvimento económico com uma economia de mercado e à transição política fazendo com que se assuma uma posição ambiciosa perante a defesa da democracia.

Todos estes importantes passos dados também devido à insistência da União Europeia, mais concretamente do Parlamento Europeu, tem produzindo bons frutos fazendo com que a comunidade internacional tenha, no seu seio, mais defensores dos direitos humanos e da democracia e que num futuro muito próximo, com a consolidação das democracias a região, venham a ter um papel central no contributo que dão para que ocorram mudanças em outras regiões do globo.

PARTE III

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES BI-REGIONAIS DA UE COM O MERCOSUL PARA A DIFUSÃO DO MODELO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO MUNDO E A PROMOÇÃO DO MULTILATERALISMO

CAPÍTULO 1

O PAPEL DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO MUNDO PARA A EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO UNIVERSAL

A Europa foi, durante muitos séculos, o centro da civilização e da cultura mundial. Ela passou pelo Renascimento; foi a mãe da revolução industrial; financiou a exploração em terras distantes “não descobertas”; colonizou-as e fez, dos “nativos pagãos”, cristãos nominais. Mesmo hoje, a Europa faz sentir a sua influência em quase todos os cantos da terra. É por isso que muitos processos de integração, que se fazem no mundo, acham que uma Europa unida e politicamente forte pode exercer um efeito positivo e benéfico através do exemplo e da ajuda em matérias concretas como a transferência de know-how e os apoios monetários e técnicos que reserva para a promoção da Democracia e dos Direitos Humanos. A União Europeia tendo consciência do seu papel histórico na promoção destes valores redefiniu com clareza, em 2001, numa comunicação do Conselho ao Parlamento Europeu os seus objectivos para a promoção da democracia, direitos humanos e a consolidação do estado de direito em todos os seus acordos externos. Dentro da própria UE são assegurados estes valores pelo artigo 49º do Tratado da União Europeia que os novos países candidatos a figurarem no bloco devem respeitar integralmente. Mais importante do que consolidar o respeito por estes valores universais, que encontram um enraizamento profundo no seio da UE é o papel vital que o bloco tem na sua promoção externa de acordo com o artigo 181º do Tratado CE¹⁵⁵. A *Carta dos Direitos Fundamentais* da União Europeia vêm conferir a todo este processo uma homogeneização que equilibra a vertente interna e externa dando-lhe maior respeitabilidade por não se impor algo a países terceiros que não se cumpre dentro das próprias fronteiras.

O papel fundamental que a UE tem na promoção destes valores é feito com o auxílio de diversos instrumentos que são de natureza diplomática, comercial, de cooperação financeira e de ajuda ao desenvolvimento. Em 2001 propôs-se uma organização mais eficaz destes instrumentos que em 2006 viria a ser conhecida como o *Consenso Europeu para o Desenvolvimento* e a reforma da ajuda externa (EN). Esta estratégia interliga todos os mecanismos numa fórmula célere e com maior eficácia junto dos países com quem mantêm relações. Uma vez que esta tarefa envolve uma multiplicidade de actores da própria UE¹⁵⁶ é importante conhecer os meios que cada um utiliza na promoção destes valores para que a conjugação de esforços evite desperdícios e se aproveite melhor as energias e os recursos disponíveis. A União Europeia tem conseguido fazer uma coordenação eficaz com as várias reformas que tem feito aos instrumentos.

O Parlamento Europeu é um grande defensor da promoção da democracia e dos direitos humanos em países terceiros e a sua ajuda materializa-se em *apoios financeiros, apoio técnico, intercambio parlamentar e apoio a ONGs*. Um aspecto a melhorar é a concertação de posições com a Comissão no que diz respeito a missões de observação de processos eleitorais. A Comissão é outro actor importante na promoção destes direitos em que através das diferentes delegações, que tem em todo o mundo, consegue obter informação privilegiada sobre a implementação dos planos de acção e por sua vez

¹⁵⁵ Neste artigo fala especificamente dos países em desenvolvimento que em princípio são aqueles onde a carência de protecção nestes domínios são mais gritantes.

¹⁵⁶ Estados-membros, instituições europeias e instituições apoiadas pela União Europeia

passa a informação aos estados-membros levando-os a ter conhecimento da eficácia dos projectos europeus. Cabe à Comissão Europeia garantir que as suas políticas são orientadas pela *Carta dos Direitos Fundamentais*. As questões abrangidas são a justiça, *assuntos internos, política social e ambiente*. Na vertente económica, indissociável dos direitos básicos pois só assim se perpetuam no tempo, a Comissão trabalha juntamente com o Parlamento Europeu e os parceiros sociais para garantir que existe um desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. Contrariamente a muitos países que procuram atingir apenas a integração económica, mesmo que tenham preocupações políticas revestidas com o interesse de camuflar a sua acção com o comércio justo, não passam de acções preliminares que atendem ao momento para as condições mínimas de democraticidade mas não se preocupam com o seu desenrolar no tempo. Os Estados Unidos resumem a sua actuação, quanto à integração regional, a uma preocupação quase que exclusivamente económica tendo pontos de interesse político mas não desenvolvidos, o bastante, que comprovem o real envolvimento do país com esta causa¹⁵⁷.

Em todas as relações mantidas com os países exteriores a União Europeia têm o cuidado de que a democracia e os direitos humanos estejam presentes na cooperação e nos acordos. Com a finalidade de uma promoção mais eficaz são estabelecidas linhas de diálogo com os governos desses países e desde 1992 que é colocada uma cláusula de “*elementos essenciais*” que visa promover os direitos humanos e a democracia forçando a mudança e mantendo uma linha coerente de relações conferindo ainda força a todos os tratados internacionais que confirmam os direitos elementares dos seres humanos por promover a sua extensão. Este diálogo não fica apenas na esfera institucional política mas alcança, também, a sociedade civil e as ONG no terreno e em Bruxelas.

Na prática estes planos são executados por programas específicos como o de 2000 a 2006 em que estavam operacionais os programas *Phare, Tacis e Meda* e para o período posterior os instrumentos de *assistência de pré-adesão, o financiamento da cooperação para o desenvolvimento e de vizinhança e parceria e o Acordo de Cotonou* que foi histórico¹⁵⁸ (com os países de África Caraíbas e Pacífico (ACP). Existe uma excepção para a prestação de ajuda da União Europeia que não está dependente do respeito pelos direitos humanos e a democracia que é em caso de catástrofe em que haja a necessidade de ajuda humanitária. Nesta campo a União Europeia mostra a sua sensibilidade e não faz depender a sua ajuda destes parâmetros mostrando a sua compaixão com as vítimas da catástrofe mas, ainda assim, assegura-se que a distribuição da ajuda, embora não melhore, não venha piorar a situação política do país beneficiado por colocar as autoridades locais numa posição arrogante face ao sofrimento humano e a retribuição da ajuda aos necessitados pelo abuso de poder.

Um outro instrumento muito importante que está em acção para o período 2007-2013 é o *Instrumento Financeiro para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos*. Com esta iniciativa aproveita-se as sinergias com as ONGs e com as Organizações Internacionais vindo acrescentar valor aos projectos comunitários e à PESC. A IEDDH foca a sua actuação em determinadas temáticas e países alvos estando dotada de um orçamento que se flexibiliza, consoante as necessidades, podendo sempre existir a urgência de acudir a uma variável que não estava prevista. Assim com estas especificidades pode-se garantir uma política de longo prazo que melhor o alcance da IEDDH. A União Europeia procura aproveitar as, já existentes, organizações internacionais que se ocupam deste campo e assim alargar a sua esfera de actuação pois se o seu papel no mundo é importante, como vimos, os meios são escassos e limitados e

157 O comércio e as parcerias com países ditatoriais, como no caso do petróleo, mostram bem a sua acção

158 Foi histórico porque dotou orçamentalmente o programa com meios do Fundo Europeu de desenvolvimento (iniciativa “Governação”).

a UE preocupa-se em acudir às urgências que lhe são apresentadas. Existe uma interligação entre a UE e outros protagonistas que cooperam neste desafio sendo eles: *as Nações Unidas, o Conselho da Europa, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e a Organização de segurança e Cooperação na Europa*. Esta cooperação é feita caso a caso vendo na área em que a organização já trabalha e aproveitando as suas vantagens de especialização aliadas à experiência europeia.

A UE é uma das maiores defensoras dos mais elementares direitos dos seres humanos em todo o mundo e em virtude das próprias especificidades que levaram ao seu processo de integração a manutenção da paz e dos meios para a alcançar (políticos e económicos) tem uma lição a passar ao mundo de que é possível superar diferenças e através do diálogo, em comum, vencer desafios e resolver problemas. A União Europeia é um espelho daquilo que se poderá conseguir no futuro, à escala mundial, num processo de integração desde que se chegue ao clímax da integração europeia – o tão almejado projecto político - *Os Estados Unidos da Europa*.

1.1 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MUNDO

Para termos uma ideia de quão distintos são os projectos de integração regional norte-americano e a da União Europeia é fundamental olharmos como tem se desenvolvido os projectos de integração regional no mundo. Desde as propostas até à evolução dos projectos em si podemos desde já concluir que do outro lado do atlântico os projectos de integração tem se dispersado por diversos modelos e formas de integração com mais ou menos países. Por sua vez, a União Europeia foi evoluindo por diversas formas de integração incluídas num mesmo projecto enquanto os Sul-americanos dispersaram energias e esforços.

Os blocos económicos podem ser descritos como países que estabelecem acordos privilegiados entre si. A União Europeia foi pioneira por surgir enquanto bloco comercial em 1957 como Comunidade Económica Europeia. Só com o fim da Guerra Fria, nos anos 90, é que estas integrações económicas se generalizariam no mundo. No lado Americano verificam-se, com preponderância, os blocos económicos Nafta, Mercosul e com um peso relativo menor o Pacto Andino e o Caricom; na Europa existem a UE e a Comunidade de Estados Independentes (CEI); na África o SADC e na Ásia o Asean. A construção de super blocos também está prevista, para além do acordo de associação bi-regional UE-Mercosul e a Alca, a Apec que une todos os países da América e da Ásia.

O Apec (Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico) é um bloco económico que tem por missão liberalizar os mercados entre a Austrália, o Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas Singapura, Coreia do Sul, Tailândia, EUA (1989); China, Hong Kong (China), Taiwan (Formosa -1991); México, Papua Nova Guiné (1993); Chile (1994); Peru, Federação Russa e Vietname (1998). Este bloco é responsável por 40% do comércio mundial. As negociações começaram em 1993 e prevê-se que esteja concluído até 2020.

Os Estados Unidos propuseram um projecto que promete unir todo o continente americano e unificar de vez as mais de trinta economias (ALCA). O projecto norte-americano é distinto do europeu por propor a abolição apenas de barreiras económicas e não dar ênfase aos aspectos da integração política – esta é a chave mestra para a qual devem ser dirigidas a nossa análise crítica. O Apec é interessante mas não é uma barreira primária à União Europeia porque esta já mantém contactos relevantes com esta

região. A Alca é um obstáculo à União Europeia porque é uma extensão natural do território norte-americano.

1.2 A CRIAÇÃO DA ALCA COMO UM DESAFIO À PROMOÇÃO DO MODELO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO MUNDO

A concretização do projecto ALCA pode ser um passo decisivo para reafirmar o modelo de integração americano no mundo em detrimento do europeu. A ALCA é um projecto de integração essencialmente económico que segue a abolição das barreiras para os mercados como norma e leva bem em conta o liberalismo americano sem se preocupar, como no caso europeu, em aprofundar também um relacionamento político através da cooperação. Segundo o cientista político Andres Malamud, especialista na área, em resposta a algumas questões colocadas para esta investigação de Mestrado a ALCA constitui-se apenas como “... *acordos de livre comércio com enforcement jurídico e regulação comum em certas áreas: trabalho, ambiente, patentes. Mais ou menos como a OMC. A UE é outra coisa, é partilha de soberania...*” Fica bem evidente que se tratam de dois projectos distintos e que se a UE se quiser continuar a ter um papel relevante no mundo tem que se empenhar por um multilateralismo em que tenha uma voz activa. Para além de estar a defender os seus próprios interesses está aqui em jogo o papel que os direitos humanos e a democracia têm nas relações internacionais. Não se quer dizer que os Estados Unidos desprezem estes factores, muito pelo contrário, mas a União Europeia ao colocar ênfase destes direitos nas suas relações com países terceiros e ao prestar-lhes apoio e cooperação promove-os de uma forma mais eficaz.

O segredo em lutar contra a extensão de influência dos Estados Unidos no mundo, ao estabelecer uma relação próxima com a Ásia e o espaço latino-americano, é por aprofundar as relações que já existem entre a União Europeia e o Mercosul com a concretização da *Zona de Livre Comércio*. (Valladão, 1999)

Só através de ligações mais estreitas com espaços regionais distintos em contraponto ao poderio e interesses americanos é que esses mesmos projectos de integração poderão dar o seu contributo no moldar de um sistema internacional multipolar. Os Estados Unidos ao saberem que tem unipolaridade no mundo tendem a reforçá-la e mantê-la no tempo com um poderoso estado nas relações internacionais que consegue impor a sua vontade aos demais estados. É difícil que existam normas mais éticas e plurais que façam representar os anseios de todos os povos. A União Europeia com todo o seu soft power e com os direitos que vêm defendendo, até hoje, pode ser o fiel da balança que faça pender o sistema internacional para uma visão mais ampla. A integração europeia pode servir de espelho, como tem servido pelo pioneirismo, para outros projectos de integração e o relacionamento entre a UE e os outros processos de integração quer seja ao nível político, comercial ou económico fica facilitado porque é um relacionamento inter-pares. Com o interesse de proteger a sua própria projecção no mundo a UE terá que avaliar bem o que seria perder o Mercosul ou ficar com um acordo mais modesto pela concretização da ALCA, com este novo acordo, antagónico aos interesses europeus. A UE poderia ver o seu soft power enfraquecer e a imposição do modelo americano ou, pior ainda, o fechamento do mundo em super-blocos comerciais nada benéficos aos *interesses europeus*. *Tanto a União Europeia como o Mercosul têm assim um duplo desafio: o de manter as suas especificidades políticas e culturais perante a imposição americana e a junção de forças para que consigam impulsionar com os*

Estados Unidos (não se pode menosprezar o seu poder) um novo modelo de globalização e mundialização económica (Valladão, 1999).

Com o fracasso das negociações na OMC a tendência será o fechamento do mundo em super-espacos regionais que impulsionem a economia. Caso os Estados Unidos consigam fechar um acordo com o Mercosul, primeiro que a União Europeia, para além de o modelo que vão impor divergir dos ideais europeus estes vão perder um importante mercado em termos económicos pois para aqui estão projectadas elevadas taxas de crescimento. A União Europeia não se pode dar ao luxo de perder um mercado tão importante ou de ficar com um acordo tímido pois certamente que o seu comércio se ressentiria principalmente num cenário em que as negociações da OMC ficassem paralisadas por muito tempo. A ALCA pode se constituir como um desafio para a União Europeia porque ao conduzir os sistemas de integração para modelos fechados fará cair por terra a visão europeia de espacos de integração abertos e cooperantes que levem a um novo multilateralismo¹⁵⁹. (Vasconcelos, 1993)

Com o modelo europeu de integração reflectido no mundo ficariam a ganhar também as instituições internacionais que terão uma voz mais activa nos problemas mundiais como a ONU e a OMC (Teló, 1999)

1.3 AS NEGOCIAÇÕES NA OMC

A OMC foi criada em 1995 como parte de uma nova ordenação mundial e visa regular o comércio entre os países através de negociações que são aprovadas pelos parlamentos nacionais. Esta instituição internacional vem no seguimento de outras surgidas após a segunda guerra mundial como o FMI e as Nações Unidas. Estas instituições são apologistas do reforço das normas internacionais e apreciam o papel dos Estados e das integrações regionais que lhes conferem força por acreditarem nos seus projectos (a UE é um deles).

Os efeitos das integrações regionais têm sido salutareos pois conseguem perpetuar o espírito do GATT¹⁶⁰, de 1947, que foi adoptado mais tarde pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em abrir gradualmente os mercados ao comércio mundial incentivando um maior espírito de concorrência e aproveitando as vantagens do comércio ultra liberal. Neste espírito constrói-se uma ordem multilateral equilibrada em que nenhum dos actores tem o poder suficiente para se impor de forma arbitral e um único parceiro não é suficiente para dinamizar a economia, é necessário estabelecer vários acordos potenciando o comércio.

As relações entre a União Europeia e o Mercosul são possíveis neste quadro com o *Acordo Inter-regional*, de 1995, porque existem recursos e massa crítica suficientes em ambos os blocos o que evita correspondências de correlação baseadas no

¹⁵⁹ Se estes permanecerem fechados irão ser erigidos em torno dos EUA, China e Japão.

¹⁶⁰ General Agreement on Tariffs and Trade

neocolonialismo. Existe um reforço de benefícios mútuos contribuindo para a integração mundial através do comércio. Segundo o artigo XXIV do GATT a integração regional deve se fundamentar nos efeitos do *trade creation* impondo-se aos de *trade diversion*.

Tanto a União Europeia como o Mercosul enfrentam contrariedades que se espelham nas negociações da OMC. No caso do Mercosul as diferentes aspirações do mercado, quer se trate da Argentina ou do Brasil, leva a que haja incertezas quanto aos fins procurados para o porvir (uma união aduaneira, um mercado comum ou uma zona de livre comércio?) No lado da União Europeia a questão agrícola é uma mácula nas negociações da OMC porque faz-se questão de manter esta posição (pelas fortes pressões internas que enfrenta) o que já levou, por diversas vezes, ao esvaziamento das negociações como na Conferencia Ministerial de Seattle. Os negociadores procuram soluções temporárias mas que não são muito ambiciosas porque cada bloco quer ceder pouco na sua posição. Torna-se necessário superar este desafio e fazer um balanço dos prós e contras para que se encontre um meio-termo cujas perdas num determinado sector sejam compensadas por outros. As negociações entre a União Europeia e o Mercosul têm estado reféns de uma visão diminuta dos negociadores e cheia de palavras com boas intenções mas com poucos efeitos práticos. Têm que ser concluídas algumas cedências de, parte a parte, que caso fossem executadas naturalmente inspirariam a OMC beneficiando outras regiões do mundo. Com o *Comité Birregional de Negociações* a ter um relevante papel neste cenário é preciso pressionar os actores a envolverem-se em estratégias de ajuda e cooperação económica para que tais processos alavanquem outros que não avançam por estarem à espera de um modelo que supere a divisão tradicional do mundo em primeiro e segundo mundo.

Será que com os novos rounds das negociações na OMC as relações com a União Europeia vão melhorar ou serão colocadas em segundo plano? Para já, com o fracasso das negociações na OMC, têm se potenciado os acordos bi-regionais como polifonia a uma dinamização económica e neste sentido o Mercosul ganha uma importância complementar estando na mira da União Europeia e dos Estados Unidos.

A União Europeia tem sido um dos elementos que mais consegue dinamizar a OMC e as suas negociações ao atribuir uma importância superior, através do Comité 133, a áreas relativamente novas como o *comércio e a concorrência, o comércio e o investimento, o comércio e o meio ambiente e ao aflorar a dimensão social do comércio*. Estas são áreas importantes mas que não são percebidas na sua

superabundância pelos países em desenvolvimento como áreas prioritárias porque continuam a salientar a Política Agrícola Comum como um entrave à livre circulação do comércio. A União Europeia tenta, a todo o custo, defender esta questão e coloca a culpa do impasse das negociações nos países em desenvolvimento. Estamos perante um embaraço em que ambos os lados se acusam mutuamente e quanto a medidas concretas e passos para uma maior abertura comercial deixam muito a desejar. Mais recentemente o Mercosul propôs novas concessões à União Europeia no sector automóvel em troca da eliminação correspondente de tarifas em alguns produtos agrícolas. Estas propostas foram processadas para destravar as negociações que tinham ficado quase congeladas há seis anos. A União Europeia acenou, por sua parte, com uma maior flexibilidade agrícola por meio de uma bolsa comum de concessões que reduziria o número de cotas de 14 para 3 do Mercosul. A UE irá realizar uma reunião no final de Abril, em Bruxelas, para discutir as cedências que podem ser feitas para fechar um acordo de livre comércio na reunião de presidentes da UE e do Mercosul (marcada para Maio, em Madrid). Este será um passo histórico. Ambos os blocos estão dispostos a uma negociação audaz sendo que o Mercosul melhorou a sua oferta no sector de automóveis e de peças reduzindo de 18 para 15 anos o prazo de eliminação de tarifas¹⁶¹. Alguns produtos sensíveis têm um prazo de eliminação de tarifas maior mas a maior parte dos bens industriais têm as suas tarifas de importação abolidas em 10 anos. As negociações visam fechar um acordo rapidamente para que se possa começar a usufruir as vantagens de um mercado bi-regional que até agora tem sido muito favoráveis ao Mercosul.

As negociações na OMC podem ficar activadas se um acordo for fechado entre a União Europeia e o Mercosul e todos ganhariam com este desbloqueamento dos mercados: *empresas, pessoas e capitais* (dos dois processos de integração regionais). Se é certo que existem determinados produtos em que todos ganham com a abertura dos mercados os ganhos não se reflectem imediatamente para os países em desenvolvimento e por isso estes tendem a fechar-se obstruindo o livre comércio (em relação a possíveis acordos). A importância de uma economia solidária que dinamize e seja um factor de crescimento dos países em desenvolvimento é da máxima importância.

A União Europeia é, no seio da OMC, uma das tácticas políticas de cooperação mais úteis para a independência económica e política dos Estados Unidos por parte do Mercosul. Todos sabemos que os Estados Unidos exploram ao máximo o comércio

¹⁶¹ Este acordo é muito mais vantajoso se compararmos com a anterior proposta que propunha uma margem de preferência de apenas 25% a 50% em relação a outros parceiros.

liberal por estabelecerem zonas de livre comércio mas, apenas, isso não provoca o reforço das instituições que permitiria uma cooperação política. A soberania dos Estados Unidos, em termos económicos, é facilmente reflectida nesses blocos que ficam submetidos á sua predominância e visão de mercado. Não existe por, assim dizer, um meio-termo que seja de ajuda para os países do continente americano a superarem as dificuldades crónicas que têm quanto ao fortalecimento das suas democracias e a negociação de uma economia responsável. A União Europeia é uma alternativa para a consolidação do projecto do Mercosul a um nível mais penetrante porque permite resistir aos intentos e sedução do mercado americano contendo a influência deste país em termos económicos e políticos (por ganhar relevância económica e capital critico de ideias quanto ao futuro da região).

As negociações na OMC embora se encontrem em crise, por falta de saídas para os impasses criados, ainda assim são de importantíssima ajuda para o comércio. Já se conseguiu, pela sua regulamentação do comércio internacional, através das comissões e comités uma jurisprudência na área. A União Europeia e o Mercosul podem aproveitar a senda de luz que já foi trilhada, até aqui, pela OMC para relançar esforços através do reforço das suas relações o que possibilita desencadear determinadas negociações pendentes. Com o congelamento ou as dificuldades de entendimento na OMC os países e os agrupamentos regionais voltaram-se para entendimentos mútuos com vista a uma vasta rede de relações que garantam escoamento e mercados para os seus produtos. Agora joga-se em vários níveis: na OMC e a nível bi-regional. Pede-se aos agrupamentos regionais habilidade e sapiência económica e política para garantir rendimentos e ganhos de escala que permitam trunfos nos diversos tabuleiros de jogos em que se maneja o comércio mundial. Este é um tópico importantante para a difusão da integração europeia no mundo pois caso as negociações com o Mercosul falhem a resolução do impasse na OMC ainda assim seria uma via de escape.

1.4 O PAPEL DA UE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MULTILATERALISMO

Os Estados Unidos são uma super-potência em todos os sentidos (económico, cultural, político e militar) e os projectos de difusão do seu modelo, como se de uma Praxis Romana se tratasse, tem sido levados acabo deixando os outros países

encurralados numa posição fraca para se fazerem projectar no mundo. Com o fim da guerra fria e a derrota da União Soviética não existe, neste momento, um país que possa fazer frente aos Estados Unidos colocando um espectro mais largo no domínio do mundo das ideias para que exista um multilateralismo abrangente os países precisam unir-se sobre a forma de acordos (de integração ou bilaterais) que lhe confirmem mais força para poderem ser influentes no mundo. A União Europeia, ao celebrar uma série de acordos que contemplam os direitos humanos e o respeito pela democracia, projectam um modelo alternativo que com a adesão de mais países constitui-se como um caminho para o multilateralismo. Os fenómenos da actualidade são dominados pela mundialização e globalização, consequências e causas de múltiplas mudanças, directa ou indirectamente relacionadas com a questão do desenvolvimento. Daí que a UE pelo seu grau de desenvolvimento e amadurecimento político, enquanto um projecto de integração sólido tenha um grande interesse em ter uma voz mais activa no mundo.

A mundialização designa a integração crescente das diferentes partes do Mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação e dos meios de transporte. Mas a mundialização é igualmente um conceito que traduz mudanças de todo o tipo¹⁶² provocadas por essa troca generalizada no conjunto da Humanidade. Com efeito, os fenómenos de mundialização em curso são acompanhados de turbulências e de recomposições de regiões, países, camadas sociais e profissionais. Os fluxos económicos e as redes de natureza diversa redesenham os contornos das comunidades políticas. Os espaços destas últimas já não são unicamente delimitados por fronteiras territoriais, sendo reconstruídos em função das estratégias políticas mas também económicas, dos circuitos comerciais, da deslocação de pessoas e dos efeitos da comunicação. A União Europeia pela sua grandeza económica, a maior potência comercial do mundo, está muito bem colocada neste parâmetro.

A globalização traduz a estratégia destinada a uniformizar os aspectos da actividade económica à escala mundial conduzindo à integração económica e tecnológica dos países. No entanto, face a estas evidências, urge fazer as seguintes perguntas: **(1)** Até que ponto esta interdependência consegue moldar os sistemas políticos ao nível nacional? **(2)** É possível viver e integrar-se, neste contexto de mundialização, sem alianças efectivas como a possível Zona de Livre Comércio entre a União Europeia e o

¹⁶²Inovações, criações, destruições e aculturações

Mercosul? Para respondermos a estas questões temos que atentar para as relações entre a União Europeia e o Mercosul e ver como podem ser benéficas para a construção de um novo multilateralismo baseadas no modelo da projecção europeia no mundo face ao cenário da globalização.

A União Europeia e o Mercosul têm todo o interesse em intensificar o diálogo político que vêm fomentando desde há muito tempo. É chegada a hora de colher alguns desses frutos e lançar pontes para o futuro numa cooperação mais estreita. Com as incertezas quanto ao processo de globalização que assolam o mundo e o futuro do modelo capitalista importa construir alianças em estruturas fortes que tenham, para além de interesses económicos subjacentes, a relevância política, cultural e de singularidade dos povos. Sem todas as premissas anunciadas, um acordo pode não conseguir perdurar muito no tempo pois se uma entrar em crise as outras não estarão lá para reparar os estragos feitos. A União Europeia e o Mercosul têm o privilégio de ter uma cultura em comum que compreende as singularidades dos dois espaços e o desejo de ver as relações internacionais ladeadas por uma multipolaridade cada vez maior. Não existe o objectivo de deixar os Estados Unidos isolados porque o seu papel no mundo é relevante mas sim de o obrigar a deixar um espectro mais largo nas relações internacionais em que todos se possam fazer ouvir e impor os seus ideais quanto ao futuro das relações internacionais e das suas instituições com base no diálogo. Para o Mercosul o fortalecimento das relações políticas com a União Europeia para além de tornar o seu projecto de integração mais forte e estruturado, com impacto nas suas relações internacionais, dá-lhe um novo ímpeto quanto às negociações que mantém com o norte.¹⁶³ O diálogo político entre a UE e o Mercosul pode ser visto de forma natural atendendo aos laços culturais comuns, o longo caminho de ajuda e cooperação e ao forte sentido humanista que tem das relações internacionais comungando, em muitos aspectos, um futuro comum. Com o esmagamento da bipolaridade a solidariedade internacional desenharia um novo quadro da geografia dos interesses.

As relações entre a UE e o Mercosul são um alicerce importante para um novo multilateralismo. A unificação da Europa representou uma das tendências mais importantes na definição do nosso novo mundo, do terceiro milénio. Um dos factores de importância desta unificação foi o fim das guerras milenares entre as principais potências europeias, prática recorrente que tanta destruição, sofrimento e morte trouxe à

¹⁶³ O Mercosul poderá impor as suas particularidades e especificidades à ALCA exigindo um acordo mais flexível, para além da simples abolição de barreiras alfandegárias.

Europa, em especial na primeira metade do sec. XX. Outro dos factores de primordial importância, na unificação é que uma Europa unificada, com laços comerciais e políticos com outras regiões, conseguirá com o seu poder económico, tecnológico, influência cultural e política servi de apoio ao sistema de poder mundial numa estrutura policêntrica - impedindo a existência de qualquer superpotência hegemónica, apesar da contínua superioridade militar (e tecnológica) dos Estados Unidos. É precisamente neste ponto que as relações entre a UE e o Mercosul são tão importantes para um novo multilateralismo porque comungam de muitos valores em comum e as relações políticas que tem procurado fortalecer servirão de apoio para o futuro. Em torno do processo da União Europeia estão a ser criadas novas formas de governo e novas instituições governamentais, no âmbito europeu, nacional, regional e local. A UE tem servido como referencial para outras partes do mundo e apoiado ai os seus processos de integração, à semelhança do que aconteceu consigo mesmo. Os vários processos de integração regional, como a União Europeia e o Mercosul, são ao mesmo tempo uma reacção ao processo de globalização e à sua expressão mais avançada. A Nova Economia, à escala global, é informacional, global e em rede:

- **Informacional** – porque a produtividade e a competitividade dos agentes (empresas, regiões ou nações) dependem da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficaz a informação baseada no conhecimento.
- **Global** - porque as principais actividades produtivas, o consumo e a circulação bem como as suas componentes (capital, trabalho, matérias primas, gestão, informação, tecnologia e mercados) estão organizados à escala global, directamente ou através de uma rede de relações entre os agentes económicos
- **Em Rede** - porque as novas condições históricas, a produtividade e a competitividade se estabelecem numa rede global de interacções entre redes comerciais

A intensificação da integração europeia foi parcialmente devida à necessidade de dar resposta ao défice tecnológico que se verificava em relação aos EUA e ao Japão.

A Europa e o Mercosul não conseguiram acompanhar a dinâmica da economia americana com a mesma flexibilidade e competitividade. A sua hegemonia em todos os níveis fez com que existisse a necessidade de acordos para lhe fazer frente e obrigar a que respeitasse uma visão das relações internacionais que é diferente da sua. A relação

entre a União Europeia e o Mercosul tem um grande potencial na construção de uma alternativa à hegemonia americana porque as suas relações e o modelo de integração que pretendem leva em conta outros aspectos que não são as económicas (culturais, políticos...) pois se a base do acordo for esta terá desvantagens que o poderão fazer cair. Para sintetizar este aspecto, o quadro abaixo resume algumas das principais vantagens e desvantagens do capitalismo de mercado e da democracia, como um conjunto, focando também a globalização em geral.

Vantagens e desvantagens do capitalismo de mercado e da democracia no cenário da globalização .

Vantagens	Desvantagens
Capitalismo de mercado	
Favorece o desenvolvimento da democracia até ao nível da democracia poliárquica	As desigualdades nos recursos que o capitalismo de mercado agita produzem desigualdades políticas sérias entre os cidadãos
Solvente poderoso dos regimes autoritários	Eventuais monopólios, se não existir uma intervenção estatal
Prosperidade material	Pobreza
Desenvolvimento das potencialidades individuais	Aumento da diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
Maior circulação de bens, pessoas e mercadorias	Excedentes de matérias-primas
...	...
Globalização	
Multiplica a riqueza	Destruição de empregos que ocorre também a uma escala global e a um ritmo veloz
Torna universais valores como a liberdade e a democracia	Em virtude de os governos não conseguirem deter os movimentos do capital internacional, deixam de ter controlo sobre a sua política económica interna
Aumenta a interdependência entre os povos, solidarizando-os	Criação de economias nacionais deficitárias no seu sistema produtivo
Criação de instituições de índole diversa ao nível internacional	Maior poluição
Disponibilidade de bens em maior quantidade a um preço reduzido	Fuga de capitais provenientes dos bens de produção nomeadamente por parte de empresas multinacionais
Regulamentação em áreas que a todos interessa no plano internacional	Perca dos centros de decisão interna
...	...

Fonte: Elaboração própria.

Como vimos atrás, todo este processo tem vantagens e desvantagens mas se o modelo de integração seguido for apenas o de aprofundamento dos mercados sem dar a máxima importância ao relacionamento político muito provavelmente em algum momento, de crise, este relacionamento vai gorar. A União Europeia e o Mercosul podem construir um multilateralismo forte em que a União Europeia contribua para a consolidação política do Mercosul e para a sua dinamização económica e o Mercosul para uma sociedade mais plural na União Europeia junto com a sua vivência de uma sociedade multiétnica - é o berço de uma nova sociedade internacional no processo da globalização. Esta relação tem um grande potencial para a criação de um novo multilateralismo.

Conclusão

Para concluir esta dissertação importa fazer um breve resumo do que foi tratado ao longo da investigação e lançar as principais conclusões.

Na actual fase, o capitalismo, como sistema mundial presente e na origem das regionalizações, na sua luta pela conquista de territórios, parece estar a atingir todo o planeta. Uniformização, unificação, homogeneização são palavras-chave numa época de horizontes alargados, circulações incessantes, tempos comprimidos e informação instantânea. Uma das primeiras vítimas é o mercado nacional. O novo capitalismo internacional obriga a que tenham que ser feitos acordos comerciais, de integração regional ou de associação bi-regional para poderem continuar a ser competitivos, especialmente com o falhanço das negociações da OMC. O ritmo alucinante a que todas estas transformações estão a ocorrer é relativamente novo e foi interessante, para esta pesquisa científica, alargar o tema em discussão na comunidade científica. O Mercosul e a União Europeia são exemplos vívidos destes acordos e a sua urgência é dada pelo acordo ALCA que pode desvirtuar os acordos de associação da União Europeia, por lhes tirar protagonismo, e em último caso isolá-la na manta de acordos quase exclusivamente económicos dos Estados Unidos. Segundo os idealistas explorados, na introdução da tese, os processos de integração regional e de associações bi-regionais, em espaços cada vez mais amplos estão a multiplicar a riqueza e a desencadear forças produtivas numa escala sem precedentes tornando universais valores como a liberdade e a democracia. Tratar-se-ia de uma nova civilização genuinamente transnacional, alimentada pela exposição à tecnologia e pelas mesmas fontes de informação que pode acabar numa comunidade que almeje um governo mundial (talvez uma república universal como afirmava Kant). Outro aspecto deste fenómeno está no desaparecimento das fronteiras nacionais, tais como as conhecemos. Uma vez que os governos não conseguem deter os movimentos do capital, pessoas e serviços deixando de ter controlo sobre a política económica interna e de mobilidade a todos os níveis. Tal aspecto dos acordos de integração regional ou bi-regional, em menos parâmetros, promovem uma cultura em comum com impactos desconhecidos na sua totalidade. Existem também os críticos. A primeira denúncia refere-se à destruição de empregos, que ocorre igualmente a uma escala global e a um ritmo veloz. Os economistas apontam o desemprego estrutural como um paradoxo do sistema da integração regional económica. Esta afirmou-se para produzir coisas boas e baratas, vendidas numa escala regional e planetária, fabricada por robôs orientados por computadores. Mas, por cortar o emprego das pessoas e o seu rendimento corre o risco de não ter para quem vender os seus produtos. No entanto, através de esquemas de cooperação mais abrangentes, envolvendo a política e a ajuda económica, pode se evitar estes malefícios e conseguir-se um crescimento económico elevado ao mesmo tempo que se aprofunda os laços de integração. A União Europeia e o Mercosul têm estes objectivos.

Comprova-se que o capitalismo de mercado juntamente com a promoção da democracia e dos direitos humanos em espaços de integração alargados é uma óptima combinação pois reforça as identidades culturais de cada um dos espaços e torna a sua influência universal maior. A União Europeia e o Mercosul ao concluírem o acordo irão sair reforçados do processo, a UE por manter uma posição influente no mundo e inspirando outros processos de regionalização (ajuda a criar um novo multilateralismo) e o Mercosul por ganhar uma força política maior impondo-se nas negociações com os Estados Unidos e projectando-se nas relações internacionais.

Quanto às questões que foram levantadas no início da investigação conseguiram, com base nos textos recolhidos de autores que abordaram assuntos relacionados, serem respondidas por se estabelecer uma correlação e analisar as últimas notícias da imprensa sobre as negociações.

Assim podemos, em jeito de recapitulação, aferir que a resposta à primeira pergunta de partida (*De que forma a integração regional da Alca pode ser um desafio para a difusão do modelo de integração europeia no mundo?*) foi dada na parte III e IV da dissertação. A Alca pode ser um desafio para a difusão do modelo de integração europeia no mundo porque com a paralisação das negociações na OMC tornou-se urgente criar relações inter-regionais com vários blocos ou países. Com o abarcar do Mercosul na esfera de influência dos EUA estes tenderão a espelhar o seu modelo de integração que se rege por princípios essencialmente económicos. Em virtude de a Alca criar um dos maiores blocos económicos do mundo este aumentaria a sua influência podendo levar ao isolamento da União Europeia em termos económicos. As relações culturais são um outro aspecto que potencia o interesse europeu no Mercosul pois já tem uma longa história de cooperação sendo mais fácil influir neste aliado e ajudá-lo nos requisitos básicos à sua integração. A Alca pode acentuar a unipolaridade nas relações internacionais em vez de deixar fluir o projecto europeu e do Mercosul tendente à multipolarização.

Quanto à segunda pergunta (Qual o papel da União Europeia na difusão de um novo multilateralismo?) podemos observar que o papel da União Europeia é importantíssimo porque tem um caminho trilhado na ajuda aos países terceiros de forma individual e também com os processos de integração regional. A resposta a esta questão foi debatida na parte IV. O acordo de associação bi-regional é importante para promover um novo multilateralismo e uma discussão mais ampla nas relações internacionais. Não existe o objectivo de colocar de parte os Estados Unidos, estes são um parceiro muito importante, mas sim de obrigar a potência a um novo multilateralismo em que se escute as vozes de outros actores internacionais que se reforçaram por alianças entre si. A União Europeia e o Mercosul são uma via de cooperação bastante interessante e importante face ao projecto ALCA que, apesar de estar quase paralisado neste momento, voltou ao debate político nas eleições brasileiras em que José Serra se afirma como um grande defensor do projecto ALCA em detrimento, até mesmo, do Mercosul cujo projecto quer fazer regredir. Para além desta vertente a União Europeia respeita e apoia os organismos internacionais influenciado positivamente a sua respeitabilidade política e encorajando o reforço dos poderes (ONU, FMI...).

A terceira questão (Quais os constrangimentos e oportunidades que o Mercosul representa e que vantagens tem a União Europeia para oferecer ao bloco?) foi explorada em todo o corpo da tese e concluiu-se que o Mercosul oferece vantagens incomensuráveis pelas potencialidades económicas e o vigor que a região apresenta numa altura de crise mundial. Os factores de ligação cultural e política são outros tópicos que realçam as vantagens da União Europeia. Os constrangimentos só advirão caso não se consiga ultrapassar o proteccionismo agrícola europeu e, as imposições feitas pela França, perdendo este mercado para os Estados Unidos e isolando ainda mais a UE, economicamente. A UE tem para oferecer ao mercado vantagens económicas e políticas pois é a maior potência comercial do mundo e coloca uma grande ênfase no diálogo político - conforme foi constantemente aflorado a questão da *condicionalidade política*. A União Europeia espera, com o acordo, conseguir vantagens económicas como a abertura do Mercosul a bens industriais e, auferir de um maior protagonismo sensibilizando outros espaços a promoverem a democracia e os direitos humanos através de relações de cooperação com cariz política. O Mercosul, por sua vez, espera

conseguir um bom mercado para os seus produtos agrícolas e aproveitar a cooperação política europeia para reforçar a sua identidade e assim ganhar protagonismo nas relações internacionais e uma posição mais forte nas negociações com os Estados Unidos.

Podemos ainda ver nesta dissertação um espectro de como evoluíram as negociações ao longo dos anos e chegou-se a conclusão, que neste momento, é propício a finalização do acordo porque as negociações foram retomadas, após anos de paralisação, com a presidência espanhola da UE e, porque o impasse na OMC e a ameaça da ALCA obrigam a uma resposta rápida.

A reforma agrícola na UE e a maior abertura do Mercosul a produtos com um alto valor agregado são necessários para que as negociações cheguem a bom porto. A França é um dos grandes travões deste processo porque receia as estruturas da PAC da qual é uma das maiores beneficiadas. As responsabilidades são, de facto, compartilhadas porque a UE tem uma *Política Externa* que valoriza mais as ameaças que ficam perto do seu território e canaliza para aí quase a totalidade da ajuda e o Mercosul porque receia abrir o mercado na sua totalidade atrasando a sua inserção na economia global.

As negociações para a ALCA foram também atrasadas por diversos impasses, alguns deles até, semelhantes aos da UE embora com especificidades quanto às políticas e natureza das divergências comerciais. O Mercosul tem uma pauta exportadora mais diversificada com o projecto ALCA mas as suas vantagens competitivas seriam diluídas por todo o continente Sul-americano. A ALCA é uma ameaça ao projecto da União Europeia porque pode deixá-la de fora de uma área com um grande crescimento económico, isolá-la na teia de acordos comerciais dos Estados Unidos e decair a sua influência no mundo através de um modelo de integração que promove o reforço das instituições políticas, laços culturais e económicos. As visões dos especialistas são díspares. As principais dúvidas recaem sobre em qual dos dois projectos o Mercosul deve ingressar e em que moldes. Todos apontam dados económicos para explicitar a sua preferência mas dão também opiniões sobre as vantagens políticas. Quanto ao reforço institucional por uma maior cooperação UE – Mercosul existe uma opinião bastante alargada que tal seria benéfico para os dois processos de integração e que o Mercosul poderia ganhar mais força para negociar com os Estados Unidos impondo maiores privilégios tais como a preservação e respeito pelo Mercosul com a sua integração na ALCA e o direito de firmar acordos com outras regiões. Para plasmar aqui a opinião de um cientista político, através de entrevista feita para esta dissertação, Andres Malamud afirmou-me que: *“As negociações UE-Mercosul estão em marcha. Pessoalmente duvido que tenham sucesso, porque os países que contam (França na UE e Brasil no Mercosul) ou não querem porque prejudica sectores eleitoralmente poderosos ou não podem porque têm eleições em breve e a confusão doméstica faz barulho.”*

A UE e o Mercosul, antes de retirarem todos os benefícios, que foram apontados, tem de resolver diferendos nas negociações comerciais que não se avizinham fáceis. O primeiro passo para que esta concretização seja feita, de uma forma célere, já foi dado ao lançarem-se novamente as negociações na cimeira espanhola da União Europeia. Caso o acordo seja alcançado poderemos observar o sucesso político, económico e cultural entre duas regiões distintas que poderão culminar num berço para uma maior homogeneização da sociedade internacional tornando-a, possivelmente, num “*povo*” que poderá vir a construir uma nova forma de governo em comum. Tal projecto embora não seja fácil nem muito realista, por isso mesmo também foi escolhida a óptica idealista das relações internacionais, os primeiros passos de cooperação e da globalização económica deixam perceber sinais de que tal poderá vir a concretizar-se no tempo.

Bibliografia

- AAVV; «Atlas da Globalização, Le Monde Diplomatique»; Campo da Comunicação, Lisboa, 2000
- Agencia Lusa de Noticias acedido online e diariamente <http://www.lusa.pt/lusaweb/>
- ALEMANN, Roberto, «Relnet – Resenha Económica», 15/06/2000
- APEC site oficial <http://www.apec.org/> (acessado em 11/04/2010)
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do, «OMC e o Comércio Internacional», 2003
- ANDERSON, Michael A. E SMITH, Stephen L. S., “NAFTA Expansion”, in *The World Economy*, Ed. Greenway, David e Whalley, John, Vol. 20, nº 4, Julho, 1997, pp. 477-489.
- ARAUJO, Leandro Rocha de, «Blocos Económicos e Integração na América Latina», Editora Juruá, 2007, pp 198-200
- ARELLANO, Sérgio Alejandro Berumen, «Mexico, Analisis de un Proceso de Integracion Político-Economico», Extracto de la Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Pontificia de Salamanca, Madrid, Mayo, 1995, 35 p
- BALASSA, B. «Teoria da integração económica», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1973.
- BARBOSA, Rubens A., «Comércio Brasil-EUA e o Desafio de Exportar», Relatório Especial nº 26/2000, Gazeta Mercantil, 09/03/2000, 3 p.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz «A crise da Argentina e os objectivos dos EUA» Revista Espaço Académico, ago.2002, ano II, nº 15
- BÃNEZ, Manuela A. da Paz «Economia Mundial, Pirâmide», Madrid, 1993
- BEZERRA, Vicente Amaral, «Participação de grupos empresariais em negociações comerciais: o caso das negociações entre Mercosul e União Europeia», 2004
- BONIFACE, Pascal (dir.); «Atlas das Relações Internacionais»; Plátano, Portugal, 2000
- BONIFACE, Pascal, «Dicionário das Relações Internacionais», Plátano Editora Lisboa, 1997
- BRANCO, Marcello Simão, «Democracia na América Latina», editora: Humanitas, 2007, pp. 1-20
- BONOMO, Diego Zancan, «A mobilização empresarial para a tríplice negociação comercial: ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC», 2004
- «Chile: low intensity democracy», in *Social Watch Report 2004: Fear and Want*, Montevideu: Instituto del Tercer Mundo, 144 p.
- CAMARGO, Sónia de, «Mercosul: Integração em Desintegração», in *Relnet*, Relatório Especial nº 188/99, 23/11/99, 12 p.
- CARISIO, Maria Clara Duclos: «A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil», editora: Thesaurus Editora, 2006
- CARNEIRO, Patrícia Helena dos Santos: «Uma Avaliação Crítica do Processo de Integração do Mercosul, à Luz dos seus Antecedentes, Instrumentos e Relações Externas, em Especial com União Europeia», in *Tese de Doutoramento na Universidade de Compostela*, Compostela, pp. 1788-1798
- “Chile: low intensity democracy”, in *Social Watch Report 2004: Fear and Want*, Montevideu: Instituto del Tercer Mundo, 144 p
- CIA site com várias estatísticas <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html> (acessado em 08/04/20010)
- CRISTINI, Marcela «Mercosul-União Europeia. Baes e Perspectivas da Negociação» Europa América Latina: Análises e Informações. Korand, Adenauer-Stifung. nº 12. Jul.

2003: DAUSTER, Jorio. O Brasil no contexto do acordo União Europeia-Mercosul. Konrad Adenauer Stiftung-Debates. Nº 13. 1997: GIORDANO, Paolo. The External Dimension of Mercosur. Prospects for North-South Integration with the European Union. Intal. ITD-STA. Occasional Paper. Nº 19. Jan. 2003

CUNHA, Arlindo, «A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural», Plátano, Lisboa, 2002.

COHEN-TANUGI, Laurent, «L'Europe en Danger», Fayard, Paris, 1992

DELVIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni; KRIVONOS, Ekaterina, «The trade and cooperation nexus: how does the Mercosur-EU process measure up?» In GIORDANO, Paolo (Ed). An integrated approach to the EU-Mercosur association, Chaire Mercosur Science Po. 2002

Declaração Ministerial de Quito, 1 de Novembro de 2002, item 5.

DI BIASI, Héctor N, «Acuerdo Mercosur-Unión-Europea: las oportunidades políticas, comerciales y de inversión», SELA-Capítulos, nº 46, 1996

DIEDTRICH, Udo; WESSELS, Wolfgang, «O Mercosul nas prioridades da União Europeia após o tratado de Amesterdão», in Regular e Democratizar o Sistema Global, Principia, Cascais, 1999 pp. 167-189

ELLSWORTH, P. T, «Economia Internacional», Ed. Atlas, 2000

FERNANDES, A. José, «Relações Internacionais – factos, teorias e organizações», Editora Presença, Lisboa 1991

FREITAS, R. E.; COSTA C. C, «Tarifas Agrícolas Europeias: uma contribuição para a sua interpretação», IPEA, Rio de Janeiro, 2005. 40p. (Texto para Discussão, n. 1071)

FONTAINE, Pascal. A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias. Lisboa: Gradiva, 1998.

GARCIA, Valeria Paola. A Dimensão Social dos Processos de Integração Regional: as estratégias do Mercosul e da União Europeia, Dissertação

Gazeta Mercantil Latino Americana, nº 207, 17-23/04/2000 p.3

GIDDENS, Anthony, «As consequências da modernidade», Celta Editores, Oeiras, 1992

Jornal Globo consultado no site

<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/05/12/hillary-obama-esta-comprometido-com-acordos-de-livre-comercio-916562166.asp> (acedido em 02/04/2010)

Kant, Immanuel, «A Paz Perpétua e Outros Opúsculos», Edições 70, Lisboa, 1988

KUME, H.; MIRANDA, P.; PIANI, G.; CASTILHO, M.R, «Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL-União Europeia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro», IPEA, 2004. 34p. (Texto para Discussão, n. 1054).

MACIENTE, A.N «A formação de um acordo de livre-comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia: uma análise comparada», 2000. Dissertação de Mestrado

MALLMANN, Maria Izabel «Os Ganhos da década Perdida», editora: Edipucrs, 2008, pp. 89-106

MEDEIROS, Eduardo Raposo de, «Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo», Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998, 398 p.

Mercosul site oficial <http://www.mercosul.gov.br/textos> (consultado 04/12/2009)

MORAIS, A.G, «Criação e desvio de comércio no MERCOSUL e no NAFTA», Dissertação de Mestrado, 2005, 88p

MORAIS, Paulo, «A Área de Livre Comércio das Américas numa Perspectiva do Mercosul», Fórum Euro-Latino Americano, Working Paper 7, Abril de 2000.

MOURA RAMOS, Rui Manuel, «Das Comunidades à União Europeia» Coimbra Editora, Coimbra, 1999.

MURTEIRA, Mário, «Desenvolvimento Económico e Comércio Internacional», Moraes Ed. Lisboa, 1978

NOGUEIRA, Uziel, «Cuidemos del Mercosur», in Relnet – Relatório Especial nº 18/2000, 21/02/2000

Noticias da RTP acedidas diariamente no site <http://tv2.rtp.pt/noticias/index.php>

PROCÓPIO, Agemiro, «Subdesenvolvimento Sustentável». 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

PORTO, Manuel Carlos Lopes, «Teoria da Integração e Políticas Comunitárias» Almedina, Coimbra, 2002.

PUTMAN, Robert D.; EVANS, Peter B. e JACOBSON, HAROLD K., «Double-Edged Diplomacy», Berkeley: University of Califórnia Press, 1993, 4 p.

QUADROS, Fausto de, «Direito das comunidades europeias e direito internacional Public», Almedina, Lisboa, 1991. 541p.

Revista Veja consultada online no site <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/proximo-presidente-tera-de-reconhecer-a-paralisia-do-mercosul> (acedido em 26/09/2010)

SANCHEZ, Rodrigo Elian, «Quem tem medo da ALCA?: desafios e perspectivas para o Brasil», Edytora del Rey, 2005

Site de Noticias Brasileiro <http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=326956> (acedido em 02/04/2010)

Site sobre o Mercosul <http://www.somosmercosur.net/general/la-opinion-de-renato-martins-sobre-las-declaraciones-de-serra-%C2%BFcuales-son-las-implicancias-de-flexibilizar-el-mercosur.html> (consultado em 04/06/2010)

SÖDESRSTEN, B, «Economia internacional», Interciência, 1979

VALLADÃO, Alfredo G. A., «À espera da Eurpa», in revista O Mundo em Português, IEEI, nº 5. Fevereiro de 2000

VIGEVANI, Tullo e MARIANO, Marcelo Passini, «ALCA: o gigante e os anões», Senac, 2001

ANEXOS

Anexo 1

Tarifa Externa Comum para o Mercosul prevista para 2006, nominal e efectiva por sector de actividade

Tabela 5
Tarifa externa comum do MERCOSUL prevista para 2006,
nominal e efetiva por setor de atividade

Código	Atividade	Nominal (%)	Efetiva (%)
1	Agropecuária	3,8	2,9
2	Extrativa Mineral (exceto combustíveis)	3,9	1,7
3	Petróleo e Carvão	0,0	-1,8
4	Produtos Minerais Metálicos	11,5	13,3
5	Siderurgia	8,0	12,5
6	Metalurgia dos Não-ferrosos	10,0	10,3
4	Outros Produtos Metalúrgicos	15,8	21,2
8	Máquinas e Tratores	13,8	14,2
10	Material Elétrico	16,0	20,0
11	Equipamentos Eletrônicos	13,1	12,9
12	Automóveis, Caminhões e Ônibus	34,0	124,0
13	Outros Veículos e Peças	13,8	14,2
14	Madeira e Mobiliário	11,0	13,1
15	Celulose, Papel e Gráfica	11,9	12,7
16	Borracha	12,8	14,7
17	Fabricação de Elementos Químicos	12,8	13,9
18	Refino de Petróleo	4,6	5,3
19	Produtos Químicos Diversos	8,8	10,6
20	Farmacêutica e Perfumaria	10,0	9,9
21	Artigos de Plástico	16,5	20,6
22	Têxtil	16,4	21,8
23	Vestuário	19,6	22,3
24	Couros e Calçados	14,2	15,7
25	Indústria do Café	11,3	11,7
26	Beneficiamento de Produtos Vegetais	12,1	22,2
27	Abate de Animais	9,8	9,8
28	Indústria de Laticínios	15,6	16,6
29	Açúcar	16,0	16,9
30	Fabricação de Óleos Vegetais	8,7	9,9
31	Bebidas e outros Produtos Alimentares	15,7	23,6
32	Produtos Diversos	14,4	16,1
	Média Simples	12,4	17,2
	Média Simples, Exceto Automóveis, Ônibus	11,7	13,6
	Mediana	12,8	13,9
	Mediana, Exceto Automóveis, Ônibus	12,5	13,6
	Mínimo	0,0	- 1,8
	Máximo	34,0	124,0
	Máximo, exceto Automóveis, Ônibus	19,6	23,6
	Desvio-padrão	5,9	20,7
	Desvio-padrão, exceto Automóveis, Ônibus	4,4	6,2

Fonte: Dados brutos: Tarifa Externa Comum do Mercosul. Elaboração própria.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131572005000400004&script=sci_arttext

Anexo 2

TRATADO DE ASSUNÇÃO
TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A
REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A
REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
(26/03/1991)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

ENTENDENDO que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base no princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

TENDO em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

EXPRESSANDO que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimento;

CONSCIENTES de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu de 1980;

CONVENCIDOS da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

REAFIRMANDO sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de ALCAnçar os objetivos supramencionados;

ACORDAM:

CAPÍTULO I

Propósito, Princípios e Instrumentos

Artigo 1º - Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Artigo 2º - O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

Artigo 3º - Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

Artigo 4º - Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Parte coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Artigo 5º - Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);

b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;

c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;

d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e ALCAnçar escalas operativas eficientes.

Artigo 6º - Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

Artigo 7º - Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

Artigo 8º - Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países-membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPÍTULO II

Estrutura

Artigo 9º - A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo do Mercado Comum.

Artigo 10 - O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

Artigo 11 - O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 12 - A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

Artigo 14 - O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideu.

Artigo 16 - Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Artigo 17 - Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Artigo 18 - Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPÍTULO III

Vigência

Artigo 19 - O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPÍTULO IV

Adesão

Artigo 20 - O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países-membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPÍTULO V

Denúncia

Artigo 21 - O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

Artigo 22 - Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Parte, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado

denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais

Artigo 23 - O presente Tratado se chamará "Tratado de Assunção".

Artigo 24 - Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

Programa de Liberalização Comercial

ANEXO I

Artigo 1º - Os Estados Partes acordam eliminar, o mais tardar a 31 de dezembro de 1994, os gravames e demais restrições aplicadas ao seu comércio recíproco.

No que se refere às Listas de Exceções apresentadas pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, o prazo para sua eliminação se estenderá até 31 de dezembro de 1995, nos termos do Artigo Sétimo do presente Anexo.

Artigo 2º - Para efeito do disposto no Artigo anterior, se entenderá:

a) por "gravames", os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de feito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados; e

b) por "restrições", qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 50 do Tratado de Montevidéu de 1980.

Artigo 3º - A partir da data de entrada em vigor do Tratado, os Estados Partes iniciarão um programa de desgravação progressivo, linear e automático, que beneficiará os produtos compreendidos no universo tarifário, classificados em conformidade com a nomenclatura tarifária utilizada pela Associação Latino-Americana de Integração, de acordo com o cronograma que se estabelece a seguir:

DATA	PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO
30/06/91	47
30/12/91	54
30/06/92	61
31/12/92	67
30/06/93	58
31/12/93	82
30/06/94	89
31/12/94	100

As preferências serão aplicadas sobre a tarifa vigente no momento de sua aplicação e consistem em uma redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

No caso de algum dos Estados Partes elevar essa tarifa para a importação de terceiros países, o cronograma estabelecido continuará a ser aplicado sobre o nível tarifário vigente a 1 de janeiro de 1991.

Se reduzirem-se as tarifas, a preferência correspondente será aplicada automaticamente sobre a nova tarifa na data de entrada em vigência da mesma.

Para tal efeito, os Estados Parte intercambiarão entre si e remeterão à Associação Latino-Americana de Integração, dentro de trinta dias a partir da entrada em vigor do Tratado, cópias atualizadas de suas tarifas aduaneiras, assim como das vigentes em 1 de janeiro de 1991.

Artigo 4º - As preferências negociadas nos Acordos de ALCAnce Parcial, celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração pelos Estados Partes entre si, serão aprofundadas dentro do presente Programa de Desgravação de acordo com o seguinte cronograma:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

	31/12/90	30/06/91	30/12/91	30/06/92	31/12/92	30/06/93	31/12/93	30/06/94	31/12/94
00 a 40	47	54	61	68	75	82	89	100	
41 a 45	52	59	66	73	80	87	94	100	
46 a 50	57	64	71	78	85	92	100		
51 a 55	61	67	73	79	86	93	100		
56 a 60	67	74	81	88	95	100			
61 a 65	71	77	83	89	96	100			
66 a 70	75	80	85	90	95	100			
71 a 75	80	85	90	95	100				
76 a 80	85	90	95	100					
81 a 85	89	93	97	100					
86 a 90	95	100							
91 a 95	100								
96 a 100									

Estas desgravações se aplicarão exclusivamente no âmbito dos respectivos Acordos de ALCAnce Parcial, não beneficiando os demais integrantes do Mercado Comum, e não ALCAnçarão os produtos incluídos nas respectivas Listas de Exceções.

Artigo 5º - Sem prejuízo do mecanismo descrito nos Artigos Terceiro e Quarto, os Estados Partes poderão aprofundar adicionalmente as preferências, mediante negociações a efetuarem-se no âmbito dos Acordos previstos no Tratado de Montevidéu 1980.

Artigo 6º - Estarão excluídos do cronograma de desgravação a que se referem os Artigos Terceiro e Quarto do presente Anexo os produtos compreendidos nas Listas de Exceções apresentadas por cada um dos Estados Partes com as seguintes quantidades de itens NALADI:

República Argentina	394
República Federativa do Brasil	324
República do Paraguai	439
República Oriental do Uruguai	960

Artigo 7º - As Listas de Exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário de acordo com o cronograma que se detalha a seguir:

a) Para a República Argentina e a República Federativa do Brasil na razão de vinte por cento (20%) anuais dos itens que a compõem, redução que se aplica desde 31 de dezembro de 1990;

b) Para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, a redução se fará na razão de:

10% na data de entrada em vigor do Tratado,
10% em 31 de dezembro de 1991,
20% em 31 de dezembro de 1992,
20% em 31 de dezembro de 1993,
20% em 31 de dezembro de 1994,
20% em 31 de dezembro de 1995.

Artigo 8º - As Listas de Exceções incorporadas nos Apêndices I, II, III e IV incluem a primeira redução contemplada no Artigo anterior.

Artigo 9º - Os produtos que forem retirados das Listas de Exceções nos termos previstos no Artigo Sétimo se beneficiarão automaticamente das preferências que resultem do Programa de Desgravação estabelecido no Artigo Terceiro do presente Anexo com, pelo menos, o percentual de desgravação mínimo previsto na data em que se opere sua retirada dessas Listas.

Artigo 10 - Os Estados Partes somente poderão aplicar até 31 de dezembro de 1994, aos produtos compreendidos no programa de desgravação, as restrições não tarifárias expressamente declaradas nas Notas Complementares ao Acordo de Complementação que os Estados Partes celebram no marco do Tratado de Montevidéu 1980.

A 31 de dezembro de 1994 e no âmbito do Mercado Comum, ficarão eliminadas todas as restrições não tarifárias.

Artigo 11 - A fim de assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação estabelecido nos Artigos Terceiro e Quarto, assim como o Estabelecimento do Mercado Comum, os Estados Partes coordenarão as políticas macroeconômicas e as setoriais que se acordem, a que se refere o Tratado para da Constituição do Mercado Comum, começando por aquelas relacionadas aos fluxos de comércio e à configuração dos setores produtivos dos Estados Partes.

Artigo 12 - As normas contidas no presente Anexo não se aplicarão aos Acordos de ALCAnce Parcial, de Complementação Econômica Números 1, 2, 13 e 14, nem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.

Regime Geral de Origem

ANEXO II

CAPÍTULO I

Regime Geral de Qualificação de Origem

Artigo 1º - Serão considerados originários dos Estados Partes:

- a) Os produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados Partes;
- b) Os produtos compreendidos nos capítulos ou posições da Nomenclatura Tarifária da Associação Latino-Americana de Integração que se identificam no Anexo I da Resolução 78 do Comitê de Representante da citada Associação, pelo simples fato de serem produzidos em seus respectivos territórios.

Considerar-se-ão produzidos no território de um Estado Parte:

- i - Os produtos dos reinos minerais, vegetal ou animal, incluindo os de caça e da pesca, extraídos, colhidos ou apanhados, nascidos e criados em seu território ou em suas Águas Territoriais ou Zona Econômica Exclusiva;
- ii - Os produtos do mar extraídos fora de suas Águas Territoriais e Zona Econômica Exclusiva por barcos de sua bandeira ou arrendados por empresas estabelecidas em seu território; e
- iii - Os produtos que resultem de operações ou processos efetuados em seu território pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, exceto quando esses processos ou operações consistam somente em simples montagens ou ensamblagens, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção e classificação, marcação,

composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos equivalentes.

c) Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais não originários dos Estados Partes, quando resultem de um processo de transformação, realizado no território de algum deles, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração em posição diferente à dos mencionados materiais, exceto nos casos em que os Estados Partes determinem que, ademais, se cumpra com o requisito previsto no Artigo Segundo do presente Anexo.

Não obstante, não serão considerados originários os produtos resultantes de operações ou processos efetuados no território de um Estado Parte pelos quais adquiram a forma final que serão comercializados, quando nessas operações ou processos forem utilizados exclusivamente materiais ou insumos não originários de seus respectivos países e consistam apenas em montagem ou ensamblagens, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes;

d) Até 31 de dezembro de 1994, os produtos resultantes de operações de ensamblagem e montagem realizadas no território de um Estado Parte utilizando materiais originários dos Estados Partes e de terceiros países, quando o valor dos materiais originários não for inferior a 40% do valor FOB de exportação do produto final, e

e) Os produtos que, além de serem produzidos em seu território, cumpram com os requisitos específicos estabelecidos no Anexo 2 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Artigo 2º - Nos casos em que o requisito estabelecido na letra "C" do Artigo Primeiro não possa ser cumprido porque o processo de transformação operado não implica mudança de posição na nomenclatura, bastará que o valor CIF porto de destino ou CIF porto marítimo dos materiais de terceiros países não exceda a 50 (cinquenta) por cento do valor FOB de exportação das mercadorias de que se trata.

Na ponderação dos materiais originários de terceiros países para os Estados Partes sem litoral marítimo, ter-se-ão em conta, como porto de destino, os depósitos e zonas francas concedidos pelos demais Estados Partes, quando os materiais chegarem por via marítima.

Artigo 3º - Os Estados Partes poderão estabelecer, de comum acordo, requisitos específicos de origem, que prevalecerão sobre os critérios gerais de qualificação.

Artigo 4º - Na determinação dos requisitos específicos de origem a que se refere o Artigo Terceiro, assim como na revisão dos que tiverem sido estabelecidos, os Estados Partes tomarão como base, individual ou conjuntamente, os seguintes elementos:

I. Materiais e outros insumos empregados na produção:

a) Matérias primas:

- i - Matéria prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e
- ii - Matéria primas principais.

b) Partes ou peças:

- i - Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial;
- ii - Partes ou peças principais; e
- iii - Percentual das partes ou peças em relação ao peso total.

c) Outros insumos.

II. Processo de transformação ou elaboração utilizado.

III. Proporção máxima do valor dos materiais importados de terceiros países em relação ao valor total do produto, que resulte do procedimento de valorização acordado em cada caso.

Artigo 5º - Em casos excepcionais, quando os requisitos específicos não puderem ser cumpridos porque ocorrem problemas circunstanciais de abastecimento: disponibilidade, especificações técnica, prazo de entrega e preço, tendo em conta o disposto no Artigo 4 do Tratado, poderão ser utilizados materiais não originários dos Estados Partes.

Dada a situação prevista no parágrafo anterior, o país exportador emitirá o certificado correspondente informando ao Estado Parte importador e ao Grupo Mercado Comum, acompanhando os antecedentes e constância que justifiquem a expedição do referido documento.

Caso se produza uma contínua reiteração desses casos, o Estado Parte exportador ou o Estado Parte importador comunicará esta situação ao Grupo Mercado Comum, para fins de revisão do requisito específico.

Este Artigo não compreende os produtos que resultem de operações de ensablagem ou montagem, e será aplicável até a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum para os produtos objeto de requisitos específicos de origem e seus materiais ou insumos.

Artigo 6º - Qualquer dos Estados Partes poderá solicitar a revisão dos requisitos de origem estabelecidos de conformidade com o Artigo Primeiro. Em sua solicitação, deverá propor e fundamentar os requisitos aplicáveis ao produto ou produtos de que se trate.

Artigo 7º - Para fins do cumprimento dos requisitos de origem, os materiais e outros insumos, originários do território de qualquer dos Estados Partes, incorporados por um Estado Parte na elaboração de determinado produto, serão considerados originários do território deste último.

Artigo 8º - O critério de máxima utilização de materiais ou outros insumos originários dos Estados Partes não poderá ser considerado para fixar requisitos que impliquem a imposição de materiais ou outros insumos dos referidos Estados Partes, quando, a juízo dos mesmos, estes não cumpram condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço, ou que não se adaptem aos processos industriais ou tecnologias aplicadas.

Artigo 9º - Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas deverão ter sido expedidas diretamente do país exportador ao país importador. Para tal fim, se considera expedição direta:

a) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não participante do Tratado.

b) As mercadorias transportadas em trânsito por um ou mais países não participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância de autoridade alfandegária competente em tais países, sempre que:

i - o trânsito estiver justificado por razões geográficas ou por considerações relativas a requerimentos do transporte;

ii - não estiverem destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito, e

iii - não sofram, durante o transporte e depósito, nenhuma operação distinta às de carga ou manuseio para mantê-las em boas condições ou assegurar sua conservação.

Artigo 10 - Para os efeitos do presente Regime Geral se entenderá:

a) que os produtos procedentes das zonas francas situadas nos limites geográficos de qualquer dos Estados Partes deverão cumprir os requisitos previstos no presente Regime Geral;

b) que a expressão "materiais" compreende as matérias primas, os produtos intermediários e as partes e peças utilizadas na elaboração das mercadorias.

CAPÍTULO II

Declaração, Certificação e Comprovação

Artigo 11 - Para que a importação dos produtos originários dos Estados Partes possa beneficiar-se das reduções de gravames e restrições outorgadas entre si, na documentação correspondente às exportações de tais produtos deverá constar uma declaração que certifique o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de Acordo com o disposto no Capítulo anterior.

Artigo 12 - A declaração a que se refere o Artigo precedente será expedida pelo produtor final ou pelo exportador da mercadoria, e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica, credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

Ao credenciar entidades de classe, os Estados Partes velarão para que se trate de organizações que atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a

entidades regionais ou locais, conservando sempre a responsabilidade direta pela veracidade das certificações que forem expedidas.

Os Estados Partes se comprometem, no prazo de 90 dias a partir da entrada em vigor do Tratado, a estabelecer um regime harmonizado de sanções administrativas para casos de falsidade nos certificados, sem prejuízo das ações penais correspondentes.

Artigo 13 - Os certificados de origem emitidos para os fins do presente do presente Tratado terão prazo de validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição.

Artigo 14 - Em todos os casos, se utilizará o formulário-padrão que figura anexo ao Acordo 25 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, enquanto não entrar em vigor outro formulário aprovado pelos Estados Partes.

Artigo 15 - Os Estados Partes comunicarão à Associação Latino-Americana de Integração a relação das repartições oficiais e entidades de classe credenciadas a expedir a certificação a que se refere o Artigo anterior, com o registro e fac-símile das assinaturas autorizadas.

Artigo 16 - Sempre que um Estado Parte considerar que os certificados emitidos por uma repartição oficial ou entidade de classe credenciada de outro Estado Parte não se ajustam às disposições contidas no presente Regime Geral, comunicará o fato ao outro Estado Parte para que este adote as medidas que estime necessárias para solucionar os problemas apresentados.

Em nenhum caso o país importador deterá o trâmite de importação dos produtos amparados nos certificados a que se refere o parágrafo anterior, mas poderá, além de solicitar as informações adicionais que correspondam às autoridades governamentais do país exportador, adotar as medidas que considere necessárias para resguardar o interesse fiscal.

Artigo 17 - Para fins de um controle posterior, as cópias dos certificados e os documentos respectivos deverão ser conservados durante dois anos a partir de sua emissão.

Artigo 18 - As disposições do presente Regime Geral e as modificações que lhe forem introduzidas não afetarão as mercadorias embarcadas na data de sua adoção.

Artigo 19 - As normas contidas no presente Anexo não se aplicam aos Acordos de ALCAnce Parcial, de Complementação Econômica no 1, 2, 13 e 14, idem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas posições neles estabelecidas.

Solução de Controvérsias

ANEXO III

1. As controvérsias que possam surgir entre os Estados Partes como consequência da aplicação do Tratado serão resolvidas mediante negociações diretas.

No caso de não lograrem uma solução, os Estados Partes submeterão a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum que, após avaliar a situação, formulará no lapso de sessenta (60) dias as recomendações pertinentes às Partes para a solução do diferendo. Para tal fim, o Grupo Mercado Comum poderá estabelecer ou convocar painéis de especialistas ou grupos de peritos com o objetivo de contar com assessoramento técnico.

Se no âmbito do Grupo Mercado Comum tampouco for ALCAnçada uma solução, a controvérsia será elevada ao Conselho do Mercado Comum para que este adote as recomendações pertinentes.

2. Dentro de cento e vinte (120) dias a partir da entrada em vigor do Tratado, o Grupo Mercado Comum elevará aos Governos dos Estados Partes uma proposta de Sistema de Solução de Controvérsias, que vigorará durante o período de transição.

3. Até 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum.

Cláusula de Salvaguarda

ANEXO IV

Artigo 1º - Cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.

Os Estados Partes acordam que somente deverão recorrer ao presente Regime em casos excepcionais.

Artigo 2º - Se as importações de determinado produto causarem dano ou ameaça de dano grave a seu mercado, como consequência de um sensível aumento, em um curto período, das importações desse produto provenientes dos outros Estados Partes, o país importador solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização da consultas com vistas a eliminar essa situação.

O pedido do país importador estará acompanhado de uma declaração pormenorizada dos fatos, razões e justificativas do mesmo.

O Grupo Mercado Comum deverá iniciar as consultas no prazo máximo de dez (10) dias corridos a partir da apresentação do pedido do país importador e deverá concluí-las, havendo tomado uma decisão a respeito, dentro de vinte (20) dias corridos após seu início.

Artigo 3º - A determinação do dano ou ameaça de dano grave no sentido do presente Regime será analisada por cada país, levando em conta a evolução, entre outros, dos seguintes aspectos relacionados com o produto em questão:

- a) Nível de produção e capacidade utilizada;
- b) Nível de emprego;
- c) Participação no mercado;
- d) Nível de comércio entre as Partes envolvidas ou participantes de consulta;
- e) Desempenho das importações e exportações com relação a terceiros países.

Nenhum dos fatores acima mencionados constitui, por si só, um critério decisivo para a determinação do dano ou ameaça de dano grave.

Não serão considerado, na determinação do dano ou ameaça de dano grave, fatores tais como as mudanças tecnológicas ou mudanças nas preferências dos consumidores em favor de produtos similares e/ou diretamente competitivos dentro do mesmo setor.

A aplicação da cláusula de salvaguarda dependerá, em cada país, da aprovação final da seção nacional do Grupo Mercado Comum.

Artigo 4º - Com o objetivo de não interromper as correntes de comércio que tiverem sido geradas, o país importador negociará uma quota para a importação do produto objeto de salvaguarda, que se regerá pelas mesmas preferências e demais condições estabelecidas no Programa de Liberação Comercial.

A mencionada quota será negociada com o Estado Parte de onde se originam as importações, durante o período de consulta a que se refere o Artigo 2. Vencido o prazo da consulta e não havendo acordo, o país importador que se considerar afetado poderá fixar uma quota, que será mantida pelo prazo de uma ano.

Em nenhum caso a quota fixada unilateralmente pelo país importador será menor que a média dos volumes físicos importados nos últimos três anos calendário.

Artigo 5º - As cláusulas de salvaguarda terão um ano de duração e poderão ser prorrogadas por um novo período anual e consecutivo, aplicando-se-lhes os termos e condições estabelecidas no presente Anexo. Estas medidas apenas poderão ser adotadas uma vez para cada produto.

Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994.

Artigo 6º - A aplicação das cláusulas de salvaguarda não afetará as mercadorias embarcadas na data de sua adoção, as quais serão computadas na quota prevista no Artigo 4.

Artigo 7º - Durante o período de transição no caso de algum Estado Parte se considerar afetado por graves dificuldades em suas atividades econômicas, solicitará do Grupo Mercado Comum a realização de consultas, a fim de que se tomem as medidas corretivas que forem necessárias.

O Grupo Mercado Comum, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 2 do presente Anexo, avaliará a situação e se pronunciará sobre as medidas a serem adotadas, em função das circunstâncias.

Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum

ANEXO V

O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação os seguintes Subgrupos de Trabalho:

Subgrupo 1 : Assuntos Comerciais

Subgrupo 2 : Assuntos Aduaneiros

Subgrupo 3 : Normas Técnicas

Subgrupo 4 : Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio

Subgrupo 5 : Transporte Terrestre

Subgrupo 6 : Transporte Marítimo

Subgrupo 7 : Política Industrial e Tecnológica

Subgrupo 8 : Política Agrícola

Subgrupo 9 : Política Energética

Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

Nota:

- Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 11/1991(I), criou o Subgrupo de Trabalho Nº 11 - Assuntos Trabalhistas.

- Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 11/1992, modificou o nome do Subgrupo de Trabalho Nº 11 para Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social.

ANEXO 3

Receitas da UE no ano de 2006

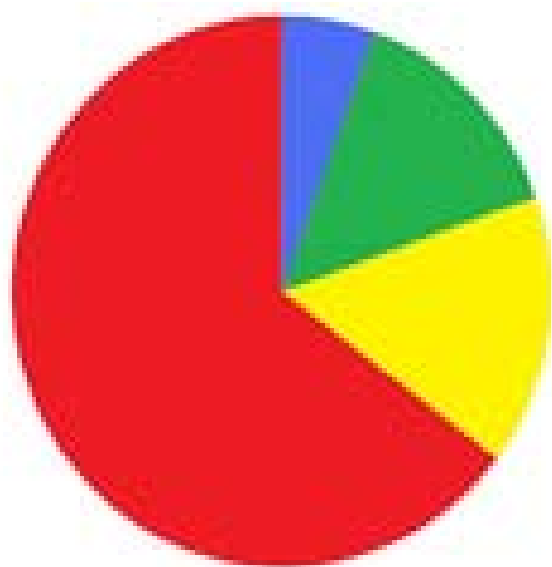


Gráfico circular que mostra o total de receitas em milhões de euros para 2006.

- Receitas próprias baseadas no PIB: 70.132,1 (aprox. 65%)
- Receitas próprias baseadas no IVA: 17.206,2 (aprox. 16%)
- Receitas próprias tradicionais: 15.028,3 (aprox. 14%)
- Outras receitas: 6.056,5 (aprox. 6%)

Total: 108.423 milhões

ANEXO 4

PROTOCOLO DE OURO PRETO

**PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A
ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL
(Ouro Preto, 17/12/1994)**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

CONSCIENTES da importância dos avanços Alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

ATENTOS para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

RECONHECENDO o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

ACORDAM:

Capítulo

I

Estrutura do Mercosul

Artigo 1 - A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);

II. O Grupo Mercado Comum (GMC);

III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);

IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);

V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);

VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Artigo 2 - São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Seção

I

Do Conselho do Mercado Comum

Artigo 3 - O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Artigo 4 - O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

Artigo 5 - A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Artigo 6 - O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 7 - As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 8 - São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;

III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.

IV. Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o ALCAnce de suas Decisões;

IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.

X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Artigo 9 - O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção
Do Grupo Mercado Comum

II

Artigo 10 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul.

Artigo 11 - O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 12 - Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

Artigo 14 - São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

I. Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;

III. Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV. Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V. Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI. Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências;

VII. Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul;

VIII. Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul;

IX. Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X. Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI. Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII. Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIII. Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIV. Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social;

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção

III

Da Comissão de Comércio do Mercosul

Artigo 16 - À Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

Artigo 17 - A Comissão de Comércio do Mercosul será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 18 - A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

Artigo 19 - São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul:

I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;

II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;

IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;

V. Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;

VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;

VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul;

VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;

IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;

X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;

XI. Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

Artigo 20 - A Comissão de Comércio do Mercosul manifestar-se-á mediante Diretrizes ou Propostas. As Diretrizes serão obrigatórias para os Estados Partes.

Artigo 21 - Além das funções e atribuições estabelecidas nos artigos 16 e 19 do presente Protocolo, caberá à Comissão de Comércio do Mercosul considerar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, relacionadas com as situações previstas nos artigos 1 ou 25 do Protocolo de Brasília, quando estiverem em sua área de competência.

Parágrafo primeiro - O exame das referidas reclamações no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul não obstará a ação do Estado Parte que efetuou a reclamação ao amparo do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias.

Parágrafo segundo - As reclamações originadas nos casos estabelecidos no presente artigo obedecerão o procedimento previsto no Anexo deste Protocolo.

Seção Da Comissão Parlamentar Conjunta

IV

Artigo 22 - A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul.

Artigo 23 - A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

Artigo 24 - Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

Artigo 25 - A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

Artigo 26 - A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Artigo 27 - A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

Seção V
Do Foro Consultivo Econômico-Social

Artigo 28 - O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artigo 29 - O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 30 - O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

Seção VI
Da Secretaria Administrativa do Mercosul

Artigo 31 - O Mercosul contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevideu.

Artigo 32 - A Secretaria Administrativa do Mercosul desempenhará as seguintes atividades:

- I. Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul;
- II. Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, lhe corresponderá:
 - i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no artigo 39.
 - ii) Editar o Boletim Oficial do Mercosul.
- III. Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em

sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.

IV. Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo.

V. Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;

VI. Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do Mercosul;

VII. Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;

VIII. Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

Artigo 33 - A Secretaria Administrativa do Mercosul estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Capítulo II Personalidade Jurídica

Artigo 34 - O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

Artigo 35 - O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

Artigo 36 - O Mercosul celebrará acordos de sede.

Capítulo III Sistema de Tomada de Decisões

Artigo 37 - As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Capítulo IV Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do Mercosul

Artigo 38 - Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39 - Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40 - A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;
- ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;
- iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Capítulo V Fontes Jurídicas do Mercosul

Artigo 41 - As fontes jurídicas do Mercosul são:

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
- III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42 - As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Capítulo VI Sistema de Solução de Controvérsias

Artigo 43 - As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 44 - Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

Capítulo VII Orçamento

Artigo 45 - A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Capítulo VIII Idiomas

Artigo 46 - Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Capítulo IX Revisão

Artigo 47 - Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do Mercosul estabelecida pelo presente Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

Capítulo X Vigência

Artigo 48 - O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

Artigo 49 - O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50 - Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao

Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, ipso iure, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

Capítulo XI Disposição Transitória

Artigo 51 - A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

Capítulo XII Disposições Gerais

Artigo 52 - O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

Artigo 53 - Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

ANEXO

Artigo 1 - As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

Artigo 2 - O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do Mercosul, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do Mercosul, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do Mercosul remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

Artigo 3 - O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do Mercosul, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do Mercosul, quando esta decidir sobre a reclamação.

Artigo 4 - A Comissão de Comércio do Mercosul decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua

ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.

Artigo 5 - Se não for ALCAnçado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do Mercosul encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 6 - Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do Mercosul ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão ALCAnçada, seja na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

Artigo 7 - Se não for ALCAnçado consenso na Comissão de Comércio do Mercosul e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão ALCAnçada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do Mercosul.

O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília. Bibliografia

ANEXOS

Anexo 5 Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Canadá

Ano	Produto Interno Bruto (PIB) per capita	Posição	Mudança Porcentual	Data da Informação
2003	\$29.400	9		2002 est.
2004	\$29.800	11	1,36%	2003 est.
2005	\$31.500	15	5,70%	2004 est.
2006	\$33.900	16	7,62%	2005 est.
2007	\$35.600	16	5,01%	2006 est.
2008	\$38.200	21	7,30%	2007 est.

Fonte: CIA World Factbook

Anexo 7

PROTOCOLO AL TRATADO GENERAL DE INTEGRACION ECONOMICA CENTROAMERICANA

(PROTOCOLO DE GUATEMALA)

LOS GOBIERNOS DE LAS REPUBLICAS DE COSTA RICA,

EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, NICARAGUA Y PANAMA

CONVENCIDOS: de la necesidad de afrontar conjuntamente los desafíos que plantea la consecución y consolidación de la paz, la libertad, la democracia y el desarrollo, objetivo fundamental del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA);

TOMANDO EN CONSIDERACION: que los seis Estados son signatarios del Protocolo de Tegucigalpa de 13 de diciembre de 1991, que crea el "Sistema de la Integración Centroamericana" como marco jurídico e institucional de la integración global de Centroamérica, y que dentro del mismo la integración económica constituye un subsistema;

CONSIDERANDO: que la ampliación de sus mercados nacionales, a través de la integración constituye un requisito necesario para impulsar el desarrollo en base a los principios de solidaridad, reciprocidad y equidad, mediante un adecuado y eficaz aprovechamiento de todos los recursos, la preservación del medio ambiente, el constante mejoramiento de la infraestructura, la coordinación de las políticas macroeconómicas y la complementación y modernización de los distintos sectores de la economía;

CUMPLIENDO: las disposiciones del Protocolo de Tegucigalpa de Reformas a la Carta de la ODECA que establece el Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) y modifica la estructura y funcionamiento de los órganos e instituciones de La integración, los que gozarán de autonomía funcional en el marco de una necesaria y coherente coordinación intersectorial;

CONSTATANDO: las condiciones actuales del entorno internacional, de manera especial la consolidación de grandes espacios económicos y la necesidad de una adecuada inserción de sus países en las corrientes del mercado mundial para un mayor bienestar de los pueblos de la región;

TOMANDO EN CUENTA: que ya se han aprobado instrumentos reguladores del comercio, que constituyen una buena base para impulsar el proceso de integración regional;

RECONOCIENDO: que el Protocolo de Tegucigalpa suscrito el 13 de diciembre de 1991 y las directrices presidenciales han dado una nueva dinámica al proceso de integración y, a su vez, el Tratado General de Integración Económica Centroamericana suscrito el 13 de diciembre de 1960 ha permitido avances en diversos campos, los cuales deben preservarse y fortalecerse, siendo necesario readecuar sus normas a la realidad y necesidades actuales del proceso de integración regional;

COINCIDIENDO: que dicha readecuación debe orientarse al establecimiento y consolidación del Subsistema de Integración Económica Centroamericana en el marco del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA).

POR TANTO: deciden suscribir el presente Protocolo al Tratado General de Integración Económica Centroamericana, suscrito en la ciudad de Managua, Nicaragua, el día 13 de diciembre de 1960, que se denominará Protocolo de Guatemala.

TITULO I. CONCEPTUALIZACION DEL PROCESO DE INTEGRACION ECONOMICA CENTROAMERICANA

Artículo 1

Los Estados Parte se comprometen a ALCAnzar de manera voluntaria, gradual, complementaria y progresiva la Unión Económica Centroamericana cuyos avances deberán responder a las necesidades de los países que integran la región, sobre los siguientes fundamentos:

- a) La integración económica regional es un medio para maximizar las opciones de desarrollo de los países centroamericanos y vincularlos más provechosa y efectivamente a la economía internacional.
- b) La integración económica se define como un proceso gradual, complementario y flexible de aproximación de voluntades y políticas.
- c) El proceso de integración económica se impulsará mediante la coordinación, armonización y convergencia de las políticas económicas, negociaciones comerciales extrarregionales, infraestructura y servicios, con el fin de lograr la concreción de las diferentes etapas de la integración.
- d) El proceso de integración económica se regulará por este Protocolo, en el marco del ordenamiento jurídico e institucional del SICA, y podrá ser desarrollado mediante instrumentos complementarios o derivados.

TITULO II. OBJETIVOS Y PRINCIPIOS DE LA INTEGRACION ECONOMICA CENTROAMERICANA

Artículo 2

En observancia y cumplimiento de los objetivos, propósitos y principios establecidos en el Protocolo de Tegucigalpa, los Estados Parte observarán también los que se detallan en los artículos siguientes.

Artículo 3

El objetivo básico del Subsistema de Integración Económica creado por este Instrumento complementario del Protocolo de Tegucigalpa es ALCAnzar el desarrollo económico y social equitativo y sostenible de los países centroamericanos, que se

traduzca en el bienestar de sus pueblos y el crecimiento de todos los países miembros, mediante un proceso que permita la transformación y modernización de sus estructuras productivas, sociales y tecnológicas, eleve la competitividad y logre una reinserción eficiente y dinámica de Centroamérica en la economía internacional.

Artículo 4

Para la consecución de este objetivo básico, los Estados se comprometen a buscar consistentemente el equilibrio macroeconómico y la estabilidad interna y externa de sus economías, mediante la aplicación de políticas macroeconómicas congruentes y convergentes.

Artículo 5

El Subsistema de la Integración Económica se ajustará a los siguientes principios y enunciados básicos: legalidad; consenso; gradualidad; flexibilidad; transparencia; reciprocidad; solidaridad; globalidad; simultaneidad y complementariedad.

TITULO III. ALCANCES DEL PROCESO DE INTEGRACION ECONOMICA CENTROAMERICANA

CAPITULO I. EL PERFECCIONAMIENTO DE LOS DIFERENTES ESTADIOS DEL PROCESO DE INTEGRACION ECONOMICA

Artículo 6

El avance del proceso de integración hacia la Unión Económica, se realizará mediante la voluntad de los Estados Parte expresada según lo dispone el artículo 52 del presente Protocolo, referido a la toma de decisiones de los órganos del Subsistema. Lo cual significa que todos o algunos Miembros podrán progresar con la celeridad que acuerden dentro de ese proceso.

Sección Primera: La Zona de Libre Comercio Centroamericana

Artículo 7

Los Estados Parte convienen en perfeccionar la zona de libre comercio para todos los bienes originarios de sus respectivos territorios, para cuyo fin se eliminarán gradualmente todas las barreras arancelarias y no arancelarias al comercio intrarregional, eliminando toda restricción de carácter cuantitativo y cualquier otra medida de efecto equivalente, mediante la cual una de las Partes impida o dificulte unilateralmente el libre comercio. Las mercancías originarias de los Estados Parte gozarán de tratamiento nacional en el territorio de todos ellos.

Queda a salvo el derecho de los Estados a establecer medidas de seguridad, policía y sanidad. Los Estados Parte acordarán a su vez un Reglamento Uniforme que regule todo lo referente a las medidas relativas a sanidad.

Los Estados Parte se comprometen, en materia de normas técnicas, a conservar la aplicación del trato nacional a las ya existentes y convienen en establecer un proceso de

armonización regional de la normativa técnica en general, que propicie el mejoramiento de la calidad de la producción y favorezca al consumidor, sin que ello implique obstáculos al comercio intrarregional.

Artículo 8

Los Estados Parte se comprometen a perfeccionar y actualizar las normas comunes de comercio que proscriban el uso de subsidios y subvenciones, el "Dumping" y demás prácticas de comercio desleal.

Dichas disposiciones serán aprobadas y reglamentadas por el Consejo de Ministros de Integración Económica y aplicadas por el Comité Ejecutivo de Integración Económica a que se refiere el Artículo 42 de este Protocolo.

Artículo 9

Los Estados Parte propiciarán la libertad cambiaria y la estabilidad de sus respectivas tasas de cambio y el funcionamiento de un mercado libre de monedas nacionales en la región, para facilitar los pagos entre los países.

Sección Segunda: Relaciones Comerciales Externas

Artículo 10

Los Estados Parte se comprometen a perfeccionar el Arancel Centroamericano de Importación para propiciar mayores niveles de eficiencia de los sectores productivos, y coadyuvar al logro de los objetivos de la política comercial común.

Artículo 11

Los Estados Parte se comprometen en forma gradual y flexible a coordinar y armonizar sus relaciones comerciales externas, hasta llegar a adoptar una política conjunta de relaciones comerciales con terceros países, que contribuya a mejorar el acceso a mercados, desarrollar y diversificar la producción exportable, y fortalecer la capacidad de negociación.

Artículo 12

En la celebración de acuerdos comerciales con terceros países, los Estados Parte se comprometen a seguir normas comunes de comercio, especialmente en el campo de las reglas de origen, prácticas de comercio desleal, cláusulas de salvaguardia y normas técnicas que no afecten el comercio intrarregional.

Los Estados Parte podrán negociar unilateralmente acuerdos con terceros países, siempre que, informen previamente su intención al Comité Ejecutivo de Integración Económica y acuerden un mecanismo de coordinación e información sobre los avances de las negociaciones, y que el resultado de dichos acuerdos respeten los compromisos contraídos en este Protocolo.

El Comité Ejecutivo de Integración Económica, velará por el cumplimiento de esta norma, para lo cual el país interesado le deberá informar sobre los términos finales de la negociación previo a su suscripción.

Artículo 13

Los Estados Parte convienen en mantener en sus relaciones comerciales con terceros países, la Cláusula Centroamericana de Excepción, así como la preferencia centroamericana.

Artículo 14

Los Estados Parte convienen en propiciar la convergencia y la armonización gradual de las políticas nacionales de desarrollo de exportaciones a nivel regional. :

Sección Tercera: La Unión Aduanera Centroamericana

Artículo 15

Los Estados Parte se comprometen a constituir una Unión Aduanera entre sus territorios, con el propósito de dar libertad de tránsito a las mercancías independientemente del origen de las mismas, previa nacionalización en alguno de los Estados Miembros, de los productos procedentes de terceros países. Dicha Unión Aduanera se ALCAnzará de manera gradual y progresiva, sobre la base de programas que se establecerán al efecto, aprobados por consenso.

Artículo 16

Para los fines del artículo anterior, los Estados Parte convienen en establecer un Servicio Aduanero Común, que aplique procedimientos, sistemas administrativos y pautas uniformes.

Artículo 17

Los Estados Parte en forma flexible y gradual coordinarán y armonizarán sus políticas para eliminar divergencias, particularmente en el campo de los impuestos, tasas y otros cobros que afecten el comercio intrarregional.

Sección Cuarta: La libre Movilidad de los Factores Productivos

Artículo 18

Los Estados Parte convienen en procurar la libre movilidad de la mano de obra y del capital en la región, mediante la aprobación de las políticas necesarias para lograr ese propósito.

Sección Quinta: La Integración Monetaria y Financiera Centroamericana

Artículo 19

La integración monetaria y financiera se realizará progresivamente, para lo cual los Estados Parte propiciarán la armonización de las políticas macroeconómicas, especialmente la monetaria y fiscal, para asegurar, ALCAnzar y mantener la estabilidad interna y externa de las economías.

En tanto se logra ese objetivo, los Estados Parte convienen en perfeccionar la integración monetaria y financiera centroamericana, de acuerdo a sus respectivas legislaciones nacionales y mediante acciones como las siguientes:

- a) Mantener una irrestricta libertad de pagos dentro de la zona y permitirá el uso de diferentes medios de pago;
- b) Promover el uso de las monedas nacionales de los Estados Parte en los pagos intrarregionales y facilitar su libre negociación;
- c) Facilitar la libre transferencia de capitales y promover el desarrollo y fortalecimiento del mercado de capitales centroamericano;
- d) Promover la integración financiera y de los mercados de capitales de los Estados Parte facilitando el establecimiento y operación de bancos y aseguradoras, sucursales, subsidiarias y otras entidades financieras nacionales entre los Estados Parte y la vinculación de las bolsas de valores;
- e) Prevenir y contrarrestar movimientos financieros de carácter especulativo; y
- f) Actuar coordinadamente en las relaciones monetarias internacionales y fomentar la cooperación financiera con otras entidades regionales e internacionales.

CAPITULO II. EL PERFECCIONAMIENTO DE LAS POLITICAS

SECTORIALES

Artículo 20

Los Estados Parte acuerdan fomentar y desarrollar los instrumentos necesarios para la consecución de una política regional en materia turística.

Artículo 21

En el sector agropecuario, los Estados Parte se comprometen a ejecutar gradualmente una política agrícola centroamericana, que propugne por la modernización y reconversión del sistema productivo a fin de mejorar la eficiencia y la competitividad.

Artículo 22

Los Estados Parte procurarán que el sistema de precios agrícolas de mercado se convierta en estímulo claro para el incremento de la producción, el mejoramiento de la eficiencia productiva, el desarrollo de ventajas comparativas y la complementariedad en el abastecimiento entre las Partes.

Artículo 23

Los Estados Parte, mientras sea necesario, adoptarán medidas para contrarrestar la competencia desleal derivada de las políticas agrícolas y comerciales de terceros países.

Artículo 24

En el sector industrial, los Estados Parte se comprometen a estimular la modernización del aparato productivo a fin de mejorar su eficiencia y promover la competitividad de los países.

Artículo 25

En el sector comercio, los Estados Parte convienen en adoptar disposiciones comunes para evitar las actividades monopólicas y promover la libre competencia en los países de la región.

Artículo 26

Los Estados Parte se comprometen a armonizar y adoptar normas y reglamentos técnicos comunes de mercado que se dirigirán únicamente a satisfacer los requerimientos para la protección de la salud humana, animal y vegetal, el medio ambiente, la seguridad y el cumplimiento de estándares mínimos de calidad.

Artículo 27

Los Estados Parte se comprometen a establecer mecanismos ágiles de protección de los derechos del consumidor, mediante reglamentos derivados.

Artículo 28

1. Los Estados Parte promoverán el desarrollo de la infraestructura física y los servicios, particularmente energía transporte y telecomunicaciones, para incrementar la eficiencia y la competitividad de los sectores productivos, tanto a nivel nacional y regional, como internacional. Asimismo, convienen en armonizar las políticas de prestación de servicios en los sectores de infraestructura, a fin de eliminar las dispersiones existentes, particularmente en el ámbito tarifario, que afecten la competitividad de las empresas de la región.

2. En consecuencia, los Estados Parte mantendrán plena libertad de tránsito a través de sus territorios para las mercancías destinadas a cualquiera de los otros Estados Parte o procedentes de ellos, así como para los vehículos que transporten tales mercancías. Garantizarán asimismo la libre competencia en la contratación del transporte sin perjuicio del país de origen o destino.

Artículo 29

Los Estados Parte se comprometen a definir una estrategia regional de participación privada en la inversión y en la prestación de servicios en los sectores de infraestructura.

Artículo 30

En el sector de servicios los Estados Parte convienen en armonizar, entre otras, sus legislaciones en materia de banca, entidades financieras, bursátiles y de seguros. Asimismo, armonizarán sus leyes sobre propiedad intelectual e industrial, y los registros para que tengan validez en todos los países del área, efectuados en cualquiera de ellos, de sociedades y demás personas jurídicas, registros sanitarios y la autenticidad de actos y contratos.

Artículo 31

.

Los Estados Parte acuerdan armonizar sus legislaciones para el libre ejercicio de las profesiones universitarias en cualquier país de la región, a efecto de hacer efectiva la aplicación del Convenio sobre el Ejercicio de Profesiones Universitarias y Reconocimiento de Estudios Universitarios, suscrito el 22 de junio de 1962, en la ciudad de San Salvador, República de El Salvador, el cual es de aplicación plena en los Estados Contratantes de ese Convenio.

CAPITULO III. MEJORAMIENTO DE LA PRODUCTIVIDAD EN EL PROCESO DE INTEGRACION

Artículo 32

Los Estados Parte convienen en adoptar estrategias convergentes para aumentar la competitividad, basada en el mejor aprovechamiento y rendimiento de los recursos humanos y naturales, mediante la educación, la conservación de los recursos naturales y la transformación del conocimiento científico y tecnológico.

Artículo 33

Los Estados Parte convienen en establecer estrategias convergentes para promover la formación de los recursos humanos y vincularlos con la estrategia de apertura y transformación productiva que se impulse en la región.

Artículo 34

Los Estados Parte se comprometen a ejecutar una estrategia regional para procurar la incorporación de la ciencia y la tecnología en el proceso productivo, mediante el mejoramiento de la capacitación tecnológica del recurso humano; el reforzamiento de la capacidad de investigación aplicada; el incremento, la diversificación y el mejoramiento de los servicios tecnológicos; el establecimiento de mecanismos de financiamiento para la innovación tecnológica en las empresas; y el fomento de la colaboración, en este campo, entre las entidades de la región.

Artículo 35

En el campo de los recursos naturales y el medio ambiente, los Estados Parte convienen en desarrollar estrategias comunes, con el objetivo de fortalecer la capacidad de los

Estados para valorizar y proteger el patrimonio natural de la región, adoptar estilos de desarrollo sostenible, utilizar en forma óptima y racional los recursos naturales del área, controlar la contaminación y restablecer el equilibrio ecológico, entre otros, mediante el mejoramiento y la armonización a nivel regional de la legislación ambiental nacional y el financiamiento y la ejecución de proyectos de conservación del medio ambiente.

TITULO IV. ASPECTOS INSTITUCIONALES

CAPITULO I. ORGANIZACION INSTITUCIONAL

Artículo 36

El Subsistema de Integración Económica será impulsado y perfeccionado por los actos de los órganos creados por el Protocolo de Tegucigalpa y el presente Instrumento.

Artículo 37

1. El Subsistema de Integración Económica Centroamericana, comprende los órganos e instituciones que se detallan a continuación:

2. Son órganos:

- a) El Consejo de Ministros de Integración Económica;
- b) el Consejo Intersectorial de Ministros de Integración Económica;
- c) el Consejo Sectorial de Ministros de Integración Económica; y
- d) el Comité Ejecutivo de Integración Económica.

3. Son órganos técnico administrativos:

- a) La Secretaria de Integración Económica Centroamericana (SIECA);
- b) la Secretaria del Consejo Agropecuario Centroamericano (SCA);
- c) la Secretaria del Consejo Monetario Centroamericano (SCMCA);
- d) la Secretaria de Integración Turística Centroamericana (SITCA).

4. Son instituciones:

- a) El Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE);
- b) el Instituto Centroamericano de Administración Pública (ICAP);
- c) el Instituto Centroamericano de Investigación y Tecnología Industrial (ICAITI).

5. Forma parte también del Subsistema el Comité Consultivo de Integración Económica (CCIE), de conformidad a lo dispuesto en el artículo 12 del Protocolo de Tegucigalpa.

Artículo 38

El Consejo de Ministros de Integración Económica estará conformado por los Ministros de los Gabinetes Económicos y los Presidentes de los Bancos Centrales de los Estados Parte, que se denominará también Gabinete Económico Centroamericano y tendrá a su cargo la coordinación, armonización, convergencia o unificación de las políticas económicas de los países. Si un Estado Parte no tuviere Banco Central, la designación recaerá en el titular de la entidad bancaria estatal, que ese Estado designe.

Artículo 39

1. Las propuestas de políticas generales y directrices fundamentales del Subsistema de Integración Económica Centroamericana, serán formuladas por el Consejo de Ministros de Integración Económica, con la finalidad de someterlas a aprobación de la Reunión de Presidentes Centroamericanos.
2. Los órganos del Subsistema de Integración Económica, a través de actividades, programas, proyectos y actos administrativos ejecutarán directamente o por delegación en los órganos correspondientes las indicadas políticas y directrices del Subsistema.
3. El Consejo de Ministros de Integración Económica aprobará los reglamentos sobre la conformación y funcionamiento de todos los órganos del Subsistema Económico.

Artículo 40

Si la interrelación de los asuntos económicos lo requiere, el Consejo de Ministros de Integración Económica podrá reunirse con los titulares de otros ramos ministeriales.

Artículo 41

1. El Consejo Sectorial de Ministros de Integración Económica, lo integra la Reunión de Ministros por ramo entre otros, el Consejo Agropecuario Centroamericano, el Consejo Monetario Centroamericano y los Consejos de Ministros de Hacienda o Finanzas, de Economía, de Comercio, de Industria, de Infraestructura, de Turismo y Servicios. Cada Consejo Sectorial dará tratamiento a los temas específicos que le correspondan de conformidad a su competencia, con el objeto de coordinar y armonizar sectorialmente sus acciones y fortalecer a su vez el proceso de integración económica.
2. Con este mismo fin, también se podrán realizar reuniones análogas de titulares de las entidades nacionales especializadas no comprendidas en el artículo 37.

Artículo 42

1. El Comité Ejecutivo de Integración Económica depende organizativamente del Consejo de Ministros de Integración Económica y estará conformado por un Representante Permanente titular y un alterno nombrados por el Gabinete Económico de cada Estado Parte.
2. Le corresponde al Comité Ejecutivo de Integración Económica aprobar los planes, programas y proyectos, así como adoptar los actos administrativos para ejecutar las

decisiones del Consejo de Ministros de Integración Económica. Este órgano se reunirá con la frecuencia que demande una eficaz administración de este Protocolo.

Artículo 43

1. La Secretaría de Integración Económica Centroamericana (SIECA) es el órgano técnico y administrativo del proceso de integración económica centroamericana, de los órganos que no tengan una Secretaría específica y del Comité Ejecutivo de Integración Económica (CEIE); tendrá personalidad jurídica de derecho internacional; y le corresponde servir de enlace de las acciones de las otras Secretarías del Subsistema Económico, así como la coordinación con la Secretaría General del Sistema de la Integración Centroamericana (SIECA); en concordancia con lo dispuesto en el Artículo 28 del Protocolo de Tegucigalpa y en ejercicio de una autonomía funcional.

2. La SIECA estará a cargo de un Secretario General, nombrado por el Consejo de Ministros de Integración Económica para un período de cuatro años, a quien corresponde la representación legal.

Artículo 44

1. La SIECA velará a nivel regional por la correcta aplicación del presente Protocolo y demás instrumentos jurídicos de la integración económica regional y la ejecución de las decisiones de los órganos del Subsistema Económico.

2. Realizará los trabajos y estudios que los órganos del Subsistema Económico le encomienden. Tendrá, además, las funciones que le asignen el Consejo de Ministros de Integración Económica o su Comité Ejecutivo. En materia de Integración Económica, tendrá capacidad de propuesta.

3. Tendrá su sede en la Ciudad de Guatemala, República de Guatemala, y su organización administrativa, operativa y presupuestaria se establecerán en un Reglamento Interno que será aprobado por el Comité Ejecutivo de Integración Económica.

Artículo 45

1. El Consejo Agropecuario Centroamericano se integra con los Ministros de Agricultura o la autoridad competente de los países del Istmo y estará encargado de proponer y ejecutar las acciones necesarias, conducentes a conformar acciones, programas y proyectos regionales en el campo agropecuario, forestal y pesquero, tanto en lo que se refiere a las políticas de sanidad vegetal y animal, como a los aspectos de la investigación científico tecnológica y modernización productiva. En lo referente al comercio intrazonal e internacional de los productos agropecuarios, que se comercialicen en la región, se coordinará con el Consejo de Ministros encargados del comercio exterior.

2. El Consejo Agropecuario Centroamericano contará con una Secretaría de apoyo técnico y administrativo.

Artículo 46

1. Los órganos a que se refiere el artículo 37, numeral 2, de este Protocolo, podrán integrarse por los Viceministros del ramo respectivo, cuando por cualquier circunstancia no pudieren hacerse presente en las reuniones los titulares de los Ministerios de que se trate. Esta disposición se aplicará también en ausencia de los titulares de los Bancos Centrales, a los Vicepresidentes o Representantes debidamente autorizados.

2. Los Consejos mencionados en el numeral anterior, podrán delegar en la reunión de los Viceministros de sus respectivos ramos, el estudio o la decisión de determinados asuntos cuando así convenga a los intereses del Subsistema de Integración Económica. Esta disposición también se aplicará, si es el caso, a los Vicepresidentes o Representantes debidamente autorizados de los Bancos Centrales.

Artículo 47

1. El Consejo Monetario Centroamericano está integrado por los Presidentes de los Bancos Centrales y tendrá a su cargo proponer y ejecutar, de conformidad con su acuerdo constitutivo, este Protocolo y las decisiones del Consejo de Ministros de Integración Económica, las acciones necesarias para lograr la coordinación, armonización, convergencia o unificación de las políticas monetaria, cambiaria, crediticia y financiera de los Estados Parte.

2. El Consejo Monetario Centroamericano contará con una Secretaría de apoyo técnico y administrativo.

Artículo 48

1. El Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE), el Instituto Centroamericano de Administración Pública (ICAP) y el Instituto Centroamericano de Investigación y Tecnología Industrial (ICAITI), en su condición de instituciones especializadas del proceso de integración económica de los Estados Parte, deberán tomar en cuenta, al formular políticas, planes y proyectos, los objetivos y principios establecidos en el Protocolo de Tegucigalpa, en este instrumento y en las políticas y directrices regionales adoptadas en el Subsistema de Integración Económica Centroamericana.

2. Las instituciones a que se refiere el numeral 1, anterior, conservarán su plena autonomía funcional de conformidad con sus respectivos convenios o acuerdos constitutivos.

Artículo 49

1. Los órganos e instituciones del Subsistema de Integración Económica Centroamericana, serán asesorados por el Comité Consultivo de la Integración Económica (CCIE) que es un Comité Sectorial de Carácter exclusivamente consultivo. Dicho Comité se integrará con representantes del sector privado organizado regionalmente y estará vinculado a la SIECA y relacionado con el Comité Consultivo general previsto en el artículo 12 del Protocolo de Tegucigalpa.

2. El Comité Consultivo, en todo caso, actuará a instancia de los órganos o instituciones del Subsistema Económico para evacuar consultas sobre determinados asuntos de integración económica, o por iniciativa propia para emitir opinión ante éstos.

3. La organización y funcionamiento del Comité Consultivo serán objeto de un Reglamento especial que aprobará el Consejo de Ministros de Integración Económica a propuesta de aquél.

Artículo 50

1. Se otorga personalidad jurídica a las respectivas Secretarías del Consejo Monetario Centroamericano y del Consejo Agropecuario Centroamericano, las cuales, en cuanto a sus atribuciones y funciones, se registrarán por sus propias normas y acuerdos constitutivos.

2. Dichas Secretarías suscribirán convenios de sede con los respectivos gobiernos de su domicilio.

Artículo 51

1. Los órganos del Subsistema Económico celebrarán sus reuniones mediante convocatoria escrita que efectuará la respectiva Secretaría, a petición de cualquiera de sus miembros o a iniciativa propia, previa consulta con los países miembros.

2. El quórum para dichas reuniones se constituirá con la presencia de la mayoría de representantes de todos los países miembros.

3. Si la reunión no pudiere celebrarse por falta de quórum en la fecha señalada en la primera convocatoria, aquella podrá tener lugar en la fecha que determine una segunda convocatoria, para la misma agenda, con la presencia de la mayoría de sus miembros. Si en dicha agenda figurará un asunto que atañe única y exclusivamente a determinado país, éste no será tratado sin la presencia del país interesado; sin perjuicio de que se traten los demás temas de agenda.

Artículo 52

Las decisiones de los órganos del Subsistema Económico se adoptarán mediante el consenso de sus miembros. Ello no impedirá la adopción de decisiones por algunos de los países pero sólo tendrán carácter vinculante para éstos. Cuando un país miembro no haya asistido a la Reunión del Órgano correspondiente, podrá manifestar por escrito a la SIECA su adhesión a la respectiva decisión.

Artículo 53

La fiscalización financiera de los órganos e instituciones contemplados en este Instrumento, se efectuará de conformidad con lo dispuesto en el artículo 33 del Protocolo de Tegucigalpa.

Artículo 54

El Consejo de Ministros de Integración Económica acordará el sistema de financiamiento autónomo para los órganos e instituciones del Subsistema.

CAPITULO II. DE LOS ACTOS ADMINISTRATIVOS

Artículo 55

1. Los actos administrativos del Subsistema de Integración Económica se expresarán en Resoluciones, Reglamentos, Acuerdos y Recomendaciones.
2. Las Resoluciones son los actos obligatorios mediante los cuales, el Consejo de Ministros de Integración Económica adoptará decisiones referentes a asuntos internos del Subsistema, tales como los relativos al funcionamiento de los órganos y el seguimiento de políticas institucionales de la integración económica.
3. Los Reglamentos tendrán carácter general, obligatoriedad en todos sus elementos y serán directamente aplicables en todos los Estados Parte. En el procedimiento de su adopción se consultará al Comité Consultivo de Integración Económica.
4. Los Acuerdos tendrán carácter específico o individual y serán obligatorios para sus destinatarios.
5. Las Recomendaciones contendrán orientaciones que sólo serán obligatorias en cuanto a sus objetivos y principios y servirán para preparar la emisión de Resoluciones, Reglamentos o Acuerdos.
6. Las Resoluciones, Reglamentos y Acuerdos serán depositados en la Secretaría General del Sistema de la Integración Centroamericana (SGSICA) y entrarán en vigor en la fecha en que se adopten, salvo que en los mismos se señale otra fecha.
7. Las Resoluciones, Reglamentos y Acuerdos deberán publicarse por los Estados Parte.
8. Las Resoluciones podrán ser objeto de reposición ante el Consejo de Ministros de Integración Económica.

CAPITULO III. DISPOSICIONES ESPECIALES

Artículo 56

1. Es cometido esencial de la integración económica centroamericana, establecer vínculos de cooperación o procesos de convergencia con otros esquemas de integración.
2. A los efectos del numeral anterior, el Consejo de Ministros de Integración Económica adoptará las decisiones que estime del caso, siguiendo lo previsto en los artículos 20, 26 numeral d) y 31 del Protocolo de Tegucigalpa.
3. Corresponderá a las Secretarías del Subsistema de Integración Económica, en coordinación con la Secretaría General del SICA, efectuar los trabajos técnicos que sean necesarios para lo dispuesto en este artículo.

Artículo 57

1. Cuando cualquiera de los Estados Parte, considere que la ejecución del presente Protocolo y sus instrumentos complementarios y derivados, en una o más de sus normas, afecta gravemente algún sector de su economía, podrá solicitar autorización al Comité Ejecutivo de Integración Económica para suspender temporalmente la aplicación de dicha disposición o disposiciones.

2. El citado Consejo procederá de inmediato a examinar la situación planteada y como resultado de sus trabajos, denegar o autorizar lo solicitado. En este último caso, señalará el plazo de la suspensión de la norma o normas de que se trate, así como las medidas que el Estado petionario deberá adoptar para superar aquel estado de cosas, comprometiendo, si es del caso, el apoyo regional que sea necesario para lograr este propósito.

Artículo 58

1. Los órganos, instituciones y funcionarios del Subsistema de la Integración Económica gozarán en el territorio de los Estados Parte, de los privilegios e inmunidades que dichos Estados reconozcan a la institucionalidad regional dentro del Marco del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA).

TITULO V. DISPOSICIONES FINALES

Artículo 59

1. Este Protocolo será sometido a ratificación en cada Estado Signatario, de conformidad con sus respectivas normas constitucionales y legales.

2. Los instrumentos de ratificación deberán depositarse en la Secretaría General del Sistema de la Integración Centroamericana (SGSICA)

3. Este Protocolo tendrá duración indefinida y entrará en vigor ocho días después de la fecha en que sedeposite el tercer instrumento de ratificación, para los tres primeros depositantes y para los demás, en la fecha de depósito de sus respectivos instrumentos.

4. El presente instrumento podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes y la denuncia producirá efectos cinco años después de su presentación, pero el Protocolo quedará en vigor entre los demás Estados, en tanto permanezcan adheridos a él, por lo menos dos de ellos.

Artículo 60

Este Protocolo queda abierto a la adhesión o asociación de cualquier Estado del Istmo Centroamericano que no lo hubiere suscrito originalmente.

Artículo 61

El presente Protocolo será depositado en la Secretaría General del Sistema de la Integración Centroamericana (SGSICA), la cual, al entrar éste en vigor, procederá a

enviar copia certificada del mismo a la Secretaría General de la Organización de las Naciones Unidas, para los fines del registro que señala el artículo 102 de la Carta de dicha Organización.

Artículo 62

1. El presente Protocolo prevalecerá entre los Estados Parte sobre los demás instrumentos de libre comercio, suscritos bilateral o multilateralmente entre los Estados Parte, pero no afectará la vigencia de los mismos. Asimismo prevalecerá sobre las disposiciones de cualquier otro instrumento de integración económica regional, que se le opongan.

2. Entre los respectivos Estados Parte se aplicarán los convenios de comercio e integración económica a que se refiere el numeral anterior, en lo que no se considere en el presente Protocolo.

3. Mientras alguno de los Estados Parte no hubiere ratificado el presente Protocolo, o en el caso de denuncia por cualquiera de ellos, sus relaciones comerciales con los demás Estados Signatarios se regirán por los compromisos contraídos previamente en los instrumentos vigentes a que se hace referencia en el numeral 1 de este artículo.

Artículo 63

Se derogan: el Convenio sobre el Régimen de Industrias Centroamericanas de Integración; el Convenio Centroamericano de Incentivos Fiscales al Desarrollo Industrial; el Protocolo Especial sobre Granos (Protocolo de Limón).

Artículo 64

El presente protocolo no admite reserva alguna.

TITULO VI. DISPOSICIONES TRANSITORIAS.

Artículo I

En tanto entran en vigor los instrumentos complementarios y derivados de este Protocolo, se estará a lo que disponen los emitidos sobre las mismas materias con base al Tratado General de Integración Económica Centroamericana y cualquier otra disposición adoptada por los órganos creados por dicho instrumento.

Artículo II

Mientras se establece el sistema de financiamiento contemplado en el artículo 54 de este Protocolo, los Estados Parte continuarán contribuyendo al sostenimiento de los órganos e instituciones del Subsistema de Integración Económica en la forma en que lo han venido haciendo.

Artículo III

Los productos que son objeto de regímenes de excepción al libre comercio de conformidad con el Anexo "A" del Tratado General de Integración Económica Centroamericana, deberán ser negociados en el seno del Comité Ejecutivo de Integración Económica para su incorporación al Régimen de Libre Comercio, por lo menos una vez al año.

Artículo IV

La suscripción por Panamá del presente Protocolo, no producirá efecto alguno en sus relaciones económicas y comerciales con las otras Partes, en las materias a que se refiere dicho instrumento, mientras aquel país y los restantes Estados Signatarios, no establezcan, en cada caso, los términos, plazos, condiciones y modalidades de la incorporación de Panamá en el proceso centroamericano de integración económica y los términos de su aprobación y vigencia.

Las disposiciones transitorias I, II y III anteriores no se aplicarán a la República de Panamá, en tanto dicho Estado no sea Parte del Tratado General de Integración Económica y del presente Protocolo.

Artículo V

Las Partes Contratantes deciden otorgar a Nicaragua un tratamiento preferencial y asimétrico transitorio en el campo comercial y excepcional en los campos financiero, de inversión y deuda, a fin de propiciar eficazmente la reconstrucción, rehabilitación y fortalecimiento de su capacidad productiva y financiera. El consejo de Ministros de Integración Económica aprobará los programas y términos específicos para hacer efectiva esta disposición.

En fe de lo cual los Presidentes de las Repúblicas Centroamericanas suscribimos el presente Protocolo en la ciudad de Guatemala, el veintinueve de octubre de mil novecientos noventa y tres.

Anexo 9

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA MERCOSUL-MÉXICO

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e os Estados Unidos Mexicanos, doravante as Partes;

CONSIDERANDO

Que é necessário fortalecer e aprofundar o processo de integração da América Latina a fim de ALCAnçar os objetivos previstos no Tratado de Montevideu 1980;

Que a integração econômica regional é um dos instrumentos de que dispõem os países da América Latina para avançar seu desenvolvimento econômico e social a fim de assegurar uma melhor qualidade de vida para seus povos;

Que é fundamental oferecer aos agentes econômicos regras claras para o desenvolvimento do intercâmbio de bens e serviços, bem como para a promoção dos investimentos entre os países membros do MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos;

Que o presente Acordo constitui um importante fator para a expansão do intercâmbio comercial entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos;

CONVÊM EM

Celebrar o presente Acordo de Complementação Econômica entre os Estados Partes do MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos de conformidade com o estabelecido no Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 2 do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), bem como as seguintes disposições:

OBJETIVOS

Artigo 1

O presente Acordo tem por objetivos:

- a) Criar uma Área de Livre Comércio mediante a eliminação de gravâmes, restrições e demais obstáculos que afetam o comércio recíproco a fim de lograr a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial;
- b) Estabelecer um quadro jurídico que permita oferecer segurança e transparência aos agentes econômicos das Partes;
- c) Estabelecer um quadro normativo para promover e impulsionar os investimentos recíprocos;
- d) Promover a complementação e a cooperação econômicas.

COBERTURA DO ACORDO

Artigo 2

1.- Formam parte do presente Acordo de Complementação Econômica os seguintes acordos:

- os Acordos celebrados ou que venham a ser celebrados pelos Estados Unidos Mexicanos com cada um dos Estados Partes do MERCOSUL ao abrigo do Tratado de Montevideu 1980. ANEXOS I (Estados Unidos Mexicanos - República Argentina), II (Estados Unidos Mexicanos – República Federativa do Brasil); III (Estados Unidos Mexicanos – República do Paraguai); IV (Estados Unidos Mexicanos – República Oriental do Uruguai);
- o Acordo sobre o setor automotor entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos e seus respectivos anexos (AnexoV); e
- os Acordos que sejam celebrados entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos ao abrigo do presente Acordo e do Tratado de Montevideu 1980.

2.- A partir da data de assinatura do presente Acordo, serão desenvolvidas negociações periódicas para ampliar e aprofundar, progressivamente, quaisquer dos acordos referidos no parágrafo anterior.

3.- Os Acordos incluídos nos anexos ao presente Acordo serão regidos pelas disposições neles estabelecidas e permanecerão em vigência até a implementação do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL

Artigo 3

Para apoiar as ações tendentes a incrementar os intercâmbios comerciais de bens e serviços, as Partes Signatárias estimularão as seguintes iniciativas entre outras:

- a) A promoção de reuniões empresariais e outras atividades complementares que ampliem as relações de comércio e investimento entre os setores privados das Partes;
- b) O fomento e apoio às atividades de promoção comercial, tais como: seminários, missões comerciais, simpósios, feiras e exposições comerciais e industriais;
- c) O desenvolvimento de atividades de facilitação de comércio; e
- d) O intercâmbio de informação sobre políticas comerciais.

ADMINISTRAÇÃO DO ACORDO

Artigo 4

A administração do presente Acordo estará a cargo de uma Comissão Administradora integrada, por uma parte, pelo Grupo Mercado Comum do MERCOSUL e, por outra parte, pela Secretaria de Economia dos Estados Unidos Mexicanos.

A Comissão Administradora aprovará seu regulamento interno e se reunirá de forma ordinária duas vezes por ano.

A Comissão Administradora adotará suas decisões por consenso.

ADESÃO

Artigo 5

O presente Acordo estará aberto à adesão dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, mediante a negociação correspondente.

VIGÊNCIA

Artigo 6

O presente Acordo entrará em vigência trinta (30) dias depois que todas as Partes comuniquem à Secretaria Geral da ALADI o cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação para esse fim e terá vigência até ser substituído por um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos.

EMENDAS E ADIÇÕES

Artigo 7

As Partes, por consenso, poderão convir em qualquer emenda ou adição ao presente Acordo. Tais emendas ou adições serão formalizadas mediante a subscrição de protocolos adicionais ou modificativos.

As emendas ou adições aos Anexos do presente Acordo serão efetuadas de conformidade com os procedimentos neles previstos e entrarão em vigência para as Partes Signatárias nos termos por elas acordados.

PROTOCOLIZAÇÃO E DEPÓSITO

Artigo 8

As Partes instruirão seus representantes junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para que o presente Acordo seja protocolizado junto à Associação. A Secretaria Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) será depositária do presente Acordo, do qual entregará cópias devidamente autenticadas às Partes.

EM FÉ DO QUE se subscreve o presente Acordo na cidade de Buenos Aires, aos cinco dias do mês de julho de 2002, em um original nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelos Estados Unidos Mexicanos Pelos Estados Partes do MERCOSUR
Luis Ernesto Derbez Bautista

Pela República Argentina
Carlos Ruckauf

Pela República Federativa do Brasil
Celso Lafer

Pela República do Paraguai
José Antonio Moreno Ruffinelli

Pela la República Oriental do Uruguai
Didier Opertti